

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL

Luciane Leoratto Pozobon

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS DE  
PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Santa Maria, RS  
2019



**Luciane Leoratto Pozobon**

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão de Educação Básica e Superior do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre**.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elisiane Machado Lunardi

Santa Maria, RS  
2019

Pozobon, Luciane Leoratto

Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior / Luciane Leoratto  
Pozobon.- 2019.

162 p.; 30 cm

Orientadora: Elisiane Machado Lunardi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2019

1. Política de Assistência Estudantil 2. Estudante Universitário 3. Permanência na Educação Superior I. Lunardi, Elisiane Machado II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

---

© 2019

Todos os direitos autorais reservados a Luciane Leoratto Pozobon. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: lupozobon@gmail.com

**Luciane Leoratto Pozobon**

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

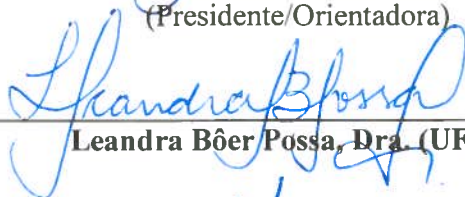
Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão de Educação Básica e Superior do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Aprovada em 06 de agosto de 2019:**



---

**Elisiane Machado Lunardi, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



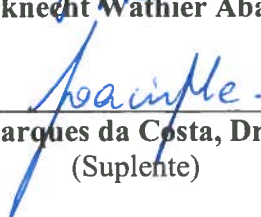
---

**Leandra Bôer Possa, Dra. (UFSM)**



---

**Josiane Lieberknecht Wathier Abaid, Dra. (UFN)**



---

**Joacir Marques da Costa, Dr. (UFSM)**  
(Suplente)

Santa Maria, RS  
2019



## AGRADECIMENTOS

Chegar ao momento de escrever essas palavras é muito gratificante. Foram dois anos de intenso aprendizado, tanto pessoal, quanto profissional. Por isso, ao concluir essa etapa, quero agradecer.

Primeiramente, sem querer parecer clichê, agradeço a Deus, ao qual, todos os dias, entrego minha vida, confio que as coisas irão dar certo, aceito cada experiência porque me traz aprendizado e agradeço por estar viva e poder desfrutar de todas as maravilhas desse mundo. Tenho certeza que sem Ele, não teria chegado até aqui.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Alexandre (Neni), que há 26 anos apoia minhas escolhas, me respeita, me compreende e a cada dia me incentiva a ser uma pessoa melhor. Te amo.

Agradeço aos meus pais, Elci (*in memorian*) e Marli, por pautarem suas vidas com princípios éticos sendo minha base e exemplo de coragem, superação e resiliência e ainda, por não medirem esforços para me proporcionar uma educação de qualidade.

Agradeço aos meus familiares e amigos, que estiveram sempre dispostos a me ouvir e que souberam compreender minha ausência nesse período do Mestrado Profissional.

Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Elisiane Machado Lunardi, que com sua experiência, conhecimento e objetividade me encorajou para realização do trabalho e foi me mostrando, a cada orientação, que eu seria capaz de realizá-lo.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Leandra Bôer Possa, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Josiane Lieberknecht Wathier Abaid e Prof.<sup>o</sup>. Dr.<sup>o</sup>. Joacir Marques da Costa, pelas contribuições, provocações e inquietações para a realização deste trabalho.

Agradeço aos colegas, e agora amigos, que o Mestrado Profissional me presenteou: Cármen, Carla, Davi, Fernanda, Laiane e Nicole. Vocês foram fundamentais nesse período. Grata pelos cafés no Okay, pelo pronto atendimento e apoio via Whatsapp. Com vocês, esses dois anos se tornaram mais leves e divertidos.

Agradeço à gestão da PRAE por permitir meu afastamento para a realização desta dissertação e à UFSM por proporcionar meu desenvolvimento profissional e pessoal.

Agradeço aos colegas, e principalmente aos meus amigos, do Núcleo de Atenção ao Estudante, por me apoiarem e me incentivarem para realização desse Mestrado. Sem querer citar nomes, cada um, a seu modo e seu jeito, sabe o quanto contribuiu para que eu chegasse até aqui.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos estudantes com benefício socioeconômico da UFSM, Campus Sede, que se dispuseram a responder essa pesquisa, sem vocês esse trabalho não teria se concretizado e a minha atuação na UFSM não teria sentido.





## RESUMO

### **POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

AUTORA: Luciane Leoratto Pozobon  
ORIENTADORA: Elisiane Machado Lunardi

O presente trabalho apresenta a pesquisa de Mestrado Profissional desenvolvida na linha de Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM. A dissertação busca responder a seguinte questão: Quais são as estratégias de permanência do estudante na educação superior atendidas pelas ações de assistência estudantil da UFSM? Tem como objetivo geral reconhecer as estratégias de permanência do estudante na educação superior atendidas pelas ações de assistência estudantil da UFSM e estabelece como objetivos específicos: pesquisar sobre a política de assistência estudantil da UFSM; investigar se as ações de assistência estudantil influenciam na permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica; pesquisar a opinião desse estudante sobre as políticas de AE da instituição e por fim, propor um instrumento de avaliação do risco de evasão e um serviço de acompanhamento da permanência do estudante com benefício socioeconômico. O estudo começa com o mapeamento das produções científicas e de discussões significativas referente ao tema proposto. A metodologia constitui-se por uma abordagem mista quali-quantitativa com análise documental, bibliográfica e estudo de caso. O referencial teórico foi organizado a partir do estudo sobre as políticas de acesso e permanência na educação superior, os estudos sobre o estudante universitário e sua permanência na educação superior. Para construção dos dados foi aplicado, aos estudantes com benefício socioeconômico do Campus Sede da UFSM, um questionário que tem como base o *The College Persistence Questionnaire* desenvolvido por Davidson, Beck e Milligan (2009). O instrumento também contou com perguntas abertas onde o estudante teve oportunidade de expressar o que pensa sobre a política de assistência estudantil da instituição, o papel da mesma na sua permanência na instituição, além de dados sociodemográficos. Fica evidente nos resultados a importância das ações de assistência estudantil para os estudantes com benefício socioeconômico, principalmente no que tange a assistência material. Também aparece, nos dados, que os estudantes, em sua grande maioria, consideram que a assistência estudantil da UFSM cumpre com o seu objetivo. No entanto, ainda se observa em suas respostas que eles a consideram insuficiente e que tecem críticas da forma como ela é efetivada na instituição, principalmente em relação a gestão das moradias estudantis, o valor das bolsas, a pouca divulgação das ações, a falta de profissionais e de ações para atender as demandas de saúde mental. Tais resultados são importantes para se pensar novas e melhores estratégias de intervenção para esses estudantes. Com isso, ao final deste trabalho, apresenta-se um instrumento de avaliação do risco de evasão dos estudantes com benefício socioeconômico e um serviço de acompanhamento da permanência desses estudantes, visando contribuir para sua permanência e conclusão de curso e para política de assistência estudantil da UFSM.

**Palavras-chave:** Política de Assistência Estudantil. Estudante Universitário. Permanência na Educação Superior.



## ABSTRACT

### STUDENT ASSISTANCE POLICIES OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA / RS: STUDENT PERMANENCE STRATEGIES IN HIGHER EDUCATION

AUTHOR: Luciane Leoratto Pozobon  
ADVISOR: Elisiane Machado Lunardi

The present study shows the research on Professional Master's degree developed on Superior and Basic Education Policies and Management, of the Post-Graduation Program on Public Policies and Educational Management of UFSM. The dissertation intends to answer the following question: Which are the permanence strategies of the college student offered by the students' assistance of UFSM. It aims at recognizing the permanence strategies of the college student offered by the actions of students' assistance of UFSM. It also establishes as specific goals: researching about the Students' Assistance of UFSM; investigating if the actions taken actually influence the permanence of the student in vulnerable socioeconomic situation; finding out the students' opinion about the Students' Assistance actions and finally proposing an assessment instrument of the student dropout risk and a service to follow the permanence of the students with socioeconomic benefit. The study begins by mapping of the scientific production and significative debates concerning the proposed theme. The methodology is made up of a mixed qualitative-quantitative approach with documental bibliographic and case study analyses, the theoretical reference was organized from the study of access policies and permanence in college education, the studies about the university students and their permanence in college. A questionnaire based on *The College Persistence Questionnaire*, developed by Davidson, Beck e Milligan (2009) was applied in order to build the data. The instrument also counted on open questions where the students were able to express what they think about the Students' Assistance, its role in their permanence in the institution, besides demographic data. It is notorious in the results the importance of Student Assistance for students with socioeconomic benefit, mainly when it concerns material assistance. Moreover, according to the data students do believe that the SA fulfils its objectives. Nevertheless, it is still possible to understand, according to the answers, that the students who consider the Students' Assistance not sufficient and they criticize the way it is effective in the institution, mainly about the management of student housing, the investment in scholarships, the little publicity given to Students' Assistance, the lack of professionals and actions aiming at understanding the demands about mental health. Such results are important to think about new and better strategies of intervention to these students. Therefore, at the end of the research, we presented a risk assessment evaluation of the dropout of students with socioeconomic benefit and a service to follow the permanence of such students in socioeconomic vulnerability situation, aiming at contribute for their permanence and helping them finish college.

**Keywords:** Student Assistance Policies. University Student. Permanence in Education.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Intersecção entre Políticas de Democratização e Permanência .....	56
Figura 2 – Campi das IFES antes X depois do Reuni.....	59
Figura 3 – Nota emitida pelas entidades empresariais de Santa Maria contra a adesão da UFSM ao SISU .....	70
Figura 4 – Modelo de Integração e Desgaste do Estudante Tinto .....	102
Figura 5 – Modelo Integrado de Permanência – Cabrera, Nora, Castañeda e Hengstler.....	104
Figura 6 – Estratégias de Permanência na Educação Superior .....	106
Figura 7 – Serviço de Acompanhamento da Permanência – SAP/SATIE/PRAE .....	130
Figura 8 – Estratégias de permanência do estudante com BSE .....	134



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Antecedentes da evasão e/ou da permanência e Origem teórica.....	34
Quadro 2 – Legislação pertinente a assistência estudantil .....	43
Quadro 3 – Trajetória dos estudos sobre permanência.....	99
Quadro 4 – Dimensões e perguntas que compõe o QPA_UFSM.....	124
Quadro 5 – Instrumento de avaliação do risco de evasão – QPA_UFSM.....	125





## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos participantes da pesquisa.....	46
Gráfico 2 – Idade dos participantes da pesquisa.....	46
Gráfico 3 – Centro de Ensino dos participantes da pesquisa.....	47
Gráfico 4 – Semestre dos participantes da pesquisa.....	48
Gráfico 5 – Número de vagas nas CEU (s) da UFSM (2005 -2018).....	61
Gráfico 6 – Estudantes com BSE nos últimos anos.....	65
Gráfico 7 – Estudante conhece o PNAES?.....	77
Gráfico 8 – Assistência Estudantil afeta sua permanência?.....	81
Gráfico 9 – O que é importante para sua permanência na UFSM?.....	83
Gráfico 10 – Opinião sobre a assistência estudantil da UFSM.....	86
Gráfico 11 – Quais ações de AE da UFSM você utiliza? (Múltipla escolha).....	90
Gráfico 12 – Conhece o Setor de Atenção Integral ao Estudante SATIE/PRAE?.....	91
Gráfico 13 – Já utilizou e/ou utiliza algum dos serviços do SATIE?.....	91
Gráfico 14 – Qual serviço do SATIE já utilizou e/ou utiliza?.....	92
Gráfico 15 – Vê empecilhos em procurar os serviços do SATIE/PRAE?.....	93
Gráfico 16 – Quais empecilhos?.....	93
Gráfico 17 – Apoio Institucional.....	107
Gráfico 18 – Compromisso com a Diplomação.....	110
Gráfico 19 – Consciência Acadêmica.....	112
Gráfico 20 – Compromisso Institucional.....	114
Gráfico 21 – Integração Acadêmica.....	117
Gráfico 22 – Integração Social.....	119
Gráfico 23 – Apoio Financeiro.....	121



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantitativo de registros encontrados no Banco de Teses da CAPES .....	32
Tabela 2 – Quantitativo de registros encontrados no <i>Web of Science</i> .....	32
Tabela 3 – Paralelo 10 anos do REUNI na UFSM .....	60
Tabela 4 – Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – Brasil.....	73
Tabela 5 – Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – UFSM .....	76



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior
AE	Assistência Estudantil
BSE	Benefício Socioeconômico
PBP	Programa Bolsa Permanência
CAED	Coordenadoria de Assuntos Educacionais
CEIP	Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia
CEPE	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CONSU	Conselho Universitário
COPLEC	Coordenadoria de Planejamento Econômico
CPD	Centro de Processamento de Dados.
DRGAE	Departamento de Registros Gerais e Assuntos Estudantis
EAD	Educação à distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ES	Ensino Superior
FIES	Fundo de Financiamento de Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Comunitária e Estudantil
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Base de Educação
ME	Movimento Estudantil
NAE	Núcleo de Atenção ao Estudante
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PRAE	Pró-reitora de Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
RU	Restaurante Universitário
SAME	Setor de Acompanhamento da Moradia Estudantil
SATIE	Setor de Atenção Integral ao Estudante
SBSE	Setor de Benefício Socioeconômico
SENCE	Secretária Nacional de Casas do Estudante
SIE	Sistema de Informação para o Ensino
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificado
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences.</i>
TAE	Técnico Administrativo em Educação
UAP	Unidade de Apoio Pedagógico
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>ESTADO DA ARTE ACERCA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SUA PERMANÊNCIA .....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA .....</b>	<b>37</b>
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	37
3.2	SUJEITOS DA PESQUISA .....	42
3.3	INSTRUMENTOS E CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....	42
3.4	ANÁLISE DOS DADOS .....	45
3.5	PRODUTO FINAL .....	49
<b>4</b>	<b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL E NA UFSM.....</b>	<b>51</b>
4.1	UM POUCO DA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL .....	51
4.2	MARCOS LEGAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA .....	55
4.2.1	Democratização do Acesso.....	56
4.2.2	Permanência na Educação Superior .....	71
<b>5</b>	<b>O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL E NA UFSM.....</b>	<b>97</b>
5.1	A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR.....	99
5.1.1	Teoria de Integração do Estudante.....	100
5.1.2	Modelo Integrado de Permanência - Cabrera, Nora, Casteñeda e Henstler .....	103
5.2	ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE ATENDIDO PELAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSM .....	105
5.2.1	Apoio Institucional .....	107
5.2.2	Compromisso com a Diplomação.....	109
5.2.3	Consciência Acadêmica.....	111
5.2.4	Compromisso Institucional.....	113
5.2.5	Integração Acadêmica.....	116
5.2.6	Integração Social .....	118
5.2.7	Apoio Financeiro .....	121
<b>6</b>	<b>PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE EVASÃO E DE UM SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA PERMANÊNCIA NA UFSM .....</b>	<b>123</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENCERRANDO CICLOS E ABRINDO NOVAS POSSIBILIDADES .....</b>	<b>133</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>139</b>
	<b>APENDICE A – INSTRUMENTO PARA PRODUÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>155</b>
	<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>159</b>
	<b>ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE .....</b>	<b>161</b>
	<b>ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>162</b>





## 1 APRESENTAÇÃO

Dentre as diversas atuações que a universidade pode ter na comunidade, é unânime sua função como promotora de desenvolvimento social. O compromisso das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) torna-se maior, visto sua relevância como produtora de ensino, pesquisa e extensão com recursos públicos.

O Brasil possui uma trajetória excludente que se reflete com maior peso sobre a educação superior. Buscando reverter esse quadro de desigualdade social, a legislação brasileira concebe a educação como um direito fundamental, universal e inalienável. Contudo, o acesso ao ensino superior ainda é restrito à população vulnerável socioeconomicamente. Para Neves, Raizer e Fachinetti (2007, p. 153), no Brasil, “[...] a pirâmide educacional continua muito aguda” refletindo baixos índices de acesso ao ensino superior se comparado a outros países da América Latina.

As políticas públicas que versam sobre a educação superior vêm, ao longo dos últimos anos, tentando dar conta dessas desigualdades. O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), em seu capítulo sobre a educação superior, prevê, como uma das metas e objetivos, a criação de políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação e o acesso à educação superior através de programas que minimizem as desigualdades sociocognitivas e emocionais. Da mesma forma, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como, a política de ações afirmativas, a lei das cotas, e o Sistema de Seleção Unificado (SISU) caminham para universalização do acesso ao ensino superior no Brasil.

A Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, pioneira na interiorização do ensino superior no Brasil, na década de 60, e reconhecida pela sua assistência estudantil, aderiu aos programas e políticas propostas pelo governo federal nos últimos anos. Assim, ampliou o número de estudantes pardos e negros egressos da escola pública, aumentou o número de estudantes incluídos no seu programa de assistência estudantil, criou novos *campi*, aumentou seu número de edificações, entre outras ações.

O interesse pela temática dessa dissertação surgiu da minha trajetória profissional como servidora técnico-administrativa em educação – cargo: psicóloga da UFSM, lotada na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE.

Ingressei na UFSM em janeiro de 2005 e fui lotada na PRAE. Esta é responsável pela elaboração e execução de ações que cumprem com o estabelecido no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Desenvolve ações e serviços, tais como: promoção e

manutenção dos benefícios financiados pelo PNAES, elaboração e execução de regulamentações institucionais; avaliação socioeconômica dos estudantes; atendimento e acompanhamento dos estudantes em risco de perder o benefício socioeconômico; colaboração na gestão da moradia estudantil; atendimento psicossocial em situações de crise; atendimento odontológico entre outros.

Quando do meu ingresso na UFSM, não havia ,na PRAE, um trabalho sistematizado de apoio, acolhimento e atendimento dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A pró-reitoria restringia-se à análise socioeconômica dos estudantes que necessitavam dos auxílios que a instituição disponibilizava: moradia estudantil, Restaurante Universitário, pagamento de bolsas e cogestão da Casa do Estudante Universitário I e II. A equipe era formada pelos pró-reitores, servidores técnico-administrativos de nível médio e uma assistente social. Também, há menos de um ano, contava com outra assistente social e uma psicóloga, esta era cedida para o Núcleo de Apoio ao Estudante - Anima, um órgão suplementar do Centro de Educação (CE) da instituição.

Cheguei na PRAE em 2005, com o desafio de implementar um serviço para garantir a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Como a psicóloga que estava cedida para o Anima solicitou exoneração, acabei ocupando o seu lugar no Anima, porém com carga horária também na PRAE. Assim, iniciei de forma bastante incipiente o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na PRAE, ao mesmo tempo em que assistia à implementação das políticas públicas e as mudanças no perfil do estudante e na estrutura da instituição.

Foram balizadoras dessas mudanças a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI no ano de 2007, a Política de Ações Afirmativas da instituição também em 2007; o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES em 2010, a Lei das Cotas em 2012, e mais recentemente a adesão da UFSM ao Sistema de Seleção Unificado – SISU em 2014.

A partir das vagas do REUNI destinadas a despesas com custeio e pessoal e associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação, a equipe técnica de psicólogos e assistentes sociais da PRAE teve um acréscimo de profissionais. Assim, houve a ampliação do trabalho do psicólogo na assistência estudantil (AE) que, trabalhando em conjunto com os assistentes sociais, buscam a meta de promoção e prevenção da saúde dos estudantes. Também, com a adesão da UFSM ao REUNI, a assistência estudantil entrou em evidência, uma vez que o mesmo previa o combate à evasão, a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil, bem como, a ampliação do acesso e permanência na Educação Superior.

Com o aumento da equipe de psicólogos e assistentes sociais da PRAE, foi criado, dentro da estrutura organizacional da pró-reitoria, no ano de 2011, o Núcleo de Atenção ao Estudante - NAE. Este é subdividido em Setor de Benefício Socioeconômico - SBSE; Setor de Atenção Integral ao Estudante - SATIE e Setor de Acompanhamento da Moradia Estudantil - SAME (Resolução 046/2011).

Nesse momento, passei a desenvolver meu trabalho no SATIE. Este busca garantir a permanência do aluno na UFSM e a conclusão do seu curso em uma perspectiva de prevenção, promoção e assistência, contribuindo para sua qualidade de vida e bem-estar. Trabalho diretamente com os alunos que possuem o Benefício Socioeconômico (BSE) e que por alguma razão não conseguem cumprir as exigências para permanecer com o BSE Ativo (Resolução 035/15).

A instituição exige do estudante com BSE, a aprovação em 50% das disciplinas cursadas no semestre anterior e uma carga horária de 240h para a manutenção do benefício. Essa exigência de contrapartida, que a resolução determina, esteve presente desde início do meu trabalho na PRAE. No entanto, a mudança que se deu anteriormente a Resolução 035/15 foi que o estudante que não cumpria as contrapartidas exigidas para manter seu BSE não tinha a possibilidade de ser “analisado e acompanhado” pelo Núcleo de Atenção ao Estudante da PRAE, a fim de garantir a permanência no Programa BSE.

Foi apenas no ano de 2015, após diversas tentativas da equipe técnica, que foi aprovada a Resolução 035/2015 que prevê a análise e o acompanhamento, pelo NAE, do estudante que estiver passando por situações de vulnerabilidade que impliquem o não cumprimento das contrapartidas impostas pela instituição, a fim de garantir a permanência no Programa BSE.

O conceito de regulação serve para definir o modo como são produzidos e aplicados as regras e o modo como os atores se apropriam delas e a transformam. Nesse último caso, refere-se a um processo ativo, que compreende não só a definição das regras que orientam o sistema, mas também seu reajustamento provocado pela diversidade de estratégias e ações dos vários atores envolvidos (BARROSO, 2006, p. 12-13).

Assim, a Resolução 035/2015 legitimou a atuação do psicólogo na AE, pois possibilitou que este, em uma perspectiva psicossocial, possa acolher, analisar, entender e acompanhar o estudante com dificuldade de cumprir a Resolução 035/2015. No que se refere ao acolhimento, quando cheguei à UFSM, não acontecia e favorecia que o estudante evadisse da instituição, ou pior, fosse taxado como “vagabundo”, “burro”, “coitadinho” ou “carente” perpetuando o assistencialismo e, por vezes, a exclusão dentro da UFSM.

Busco dentro da AE, não reduzir a análise das políticas à mera descrição dos seus processos de concepção e/ou de execução, importando, sobremaneira, apreendê-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade (DOURADO, 2007, p. 922).

Embora já existam estudos sobre quais fatores levam um estudante a abandonar a Educação Superior, ainda é difícil encontrar, na literatura nacional e internacional, estudos que tenham procurado identificar métodos que possam auxiliar as IES no diagnóstico do real risco de evasão.

De acordo com Tinto (1989, p. 1),

El campo de la investigación del abandono escolar se presenta desordenado, fundamentalmente, porque hemos sido incapaces de convenir los tipos de comportamientos que merecen, en sentido estricto, la denominación de deserción. Como resultado existe confusión y contradicción en lo que se refiere al carácter y a las causas del abandono de la educación superior [...] esa definición puede variar de acuerdo a las diferentes partes interesadas, en relación con el tipo de abandono de la educación superior [...] aquellas partes se refieren a los estudiantes que adoptan comportamientos de abandono escolar, a los funcionarios universitarios dedicados a reducirlo en sus instituciones, y a los responsables estatales y nacionales encargados de formular políticas destinadas a limitar ese abandono a nivel regional o nacional.

Nesse sentido, questiono o impacto que as ações de assistência têm na vida desses estudantes, que muitas vezes chegam na UFSM sem saber ao certo o porquê estão no Ensino Superior, que curso desejam realizar e também muitas vezes não conseguem dar conta das exigências desse nível de ensino. De acordo com Franco, Luxen e Oliven (2016), as desigualdades educacionais se traduzem em privação de oportunidades e discrepâncias no que concerne ao gozo de direitos assegurados aos cidadãos, reforçando o ciclo de exclusão.

Tradicionalmente a UFSM é considerada a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) brasileira com menor índice de evasão, estando abaixo da média das universidades federais. Enquanto a UFSM apresentou um índice de evasão de 13,46% no ano de 2013 as outras instituições apresentaram um índice de 20,14% (HOFFMAN, 2016). Esses dados brutos pouco explicam a evasão no contexto de uma IFES, no entanto, muito desses índices, na UFSM, são creditados a qualidade da sua AE. Desde que ingressei na instituição esses dados sobre a evasão me intrigam. Seriam mesmo as ações de AE da UFSM responsáveis por garantir a permanência desses estudantes e impactar nos baixos índices de evasão?

Lobo (2011) afirma que toda vez que um aluno deixa de estudar em um curso, por qualquer razão, o curso teve uma perda que precisa ser analisada, mesmo que essa perda seja “compensada” pela ocupação de uma vaga em outro curso da IES, ou até no mesmo curso por

outro aluno. Para o autor, medir a evasão não se trata só de verificar quantos alunos entraram em relação aos que saíram, mas quem entrou e quem saiu e por quais razões.

É visível em meu trabalho no SATIE/PRAE a dificuldade de criar estratégias que viabilizem a permanência do estudante e a conclusão do curso, especialmente para aqueles que encontram este direito ameaçado por fatores econômicos, sociais, psicológicos e culturais. Trabalhando diretamente com os estudantes assistidos pelas políticas públicas de democratização do acesso à educação superior, tenho refletido sobre a influência que tais ações têm na permanência desses estudantes. Por que alguns conseguem concluir sua formação e outros não?

A literatura traz que os conceitos de evasão e a permanência estão intimamente ligados e possuem elementos complementares. Pode-se relacionar a evasão como complementar a permanência, e vice-versa, pois as ações para inibir a evasão podem contribuir para a permanência, assim como, investir na permanência é estar atento para a possibilidade de não-evasão (HOFFMAN, 2016; SANTOS; GIRAFÁ, 2013).

Nessa perspectiva, ao tentar elucidar as causas da evasão do estudante universitário, tem-se condições de avaliar os motivos pelos quais eles permanecem na instituição e conseguem concluir seus cursos. Da mesma forma, esse olhar contribui para a elaboração e planejamento de ações que privilegiem e qualifiquem sua permanência na universidade.

Segundo Hoffman (2016) a evasão não é um ato que se dá unicamente por conta do aluno, mas algo que parece ser, na grande maioria dos casos, decorrente de uma, ou várias lacunas no relacionamento entre a instituição que oferta o curso e quem se vincula a um projeto educacional.

Silva Filho et al. (2007) aponta que a evasão se torna um desperdício social, acadêmico e econômico. Para a instituição, acarreta ociosidade do espaço físico, de professores, de funcionários e de equipamentos, o que, nas instituições públicas, se reflete em desperdícios dos investimentos do Estado e faz com que os recursos públicos investidos não tenham o devido impacto social ao qual estão vinculados. Para os estudantes, por sua vez, a evasão pode representar o atraso ou cancelamento de um sonho, perda de oportunidades de trabalho, de crescimento pessoal e de melhoria de renda, entre muitas outras consequências.

Autores ainda pontuam que o conceito de evasão é definido e é utilizado por levantamentos de dados mais macro que utilizam informações do Inep, mas insuficiente quando se trata de entender de perto o que se passa em um curso ou em uma instituição. Nesse sentido, independentemente do método utilizado, o que vale é analisar a evolução da evasão, não podendo dissociar seu entendimento dos condicionamentos sociais, políticos e

socioeconômicos do contexto a ser analisado (LOBO, 2011; MOROSINI et al., 2011; ZAGO, 2016).

De acordo com Silva Filho et al. (2007), o número de instituições brasileiras que desenvolvem programas institucionalizados de combate à evasão é incipiente. Tontini e Walter (2014) apontam que mesmo existindo estudos sobre a evasão e permanência na educação superior, não foi possível constatar neles métodos que possam auxiliar as instituições de ensino superior a terem uma avaliação do risco de evasão de seus estudantes.

Os autores, ainda, pontuam que identificar o risco de evasão favoreceria às instituições realizarem uma melhor gestão dos recursos tanto financeiros como humanos, além de contribuir para avaliação e acompanhamento das políticas públicas. Também, ao se identificar os estudantes com maior risco de evasão, seria possível desenvolver estratégias integradas entre os diferentes setores das instituições para garantir a permanência daqueles que realmente almejam concluir uma graduação.

Santos e Girafa (2013) apontam a necessidade de estudos que permitam viabilizar ações futuras de permanência a partir do olhar do estudante, pois para os autores, são eles os mais indicados para informar o que pode ser melhorado e o que é esperado do sistema de Educação Superior. Ações específicas devem ser pensadas para que as vozes dos estudantes se tornem fonte para novos fazeres em prol da qualidade, seja institucional ou do sistema como um todo.

Segundo Trindade (2016, p. 49),

[...] promover ações afirmativas de permanência, como as indicadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por exemplo, pode ser uma forma concreta de favorecer a igualdade de resultados proposta pelas políticas de discriminação positiva. Entretanto, é razoável discutir se a forma como o PNAES vem sendo colocado em prática significa que as universidades estão, com efeito, cumprindo o seu compromisso de preparar indivíduos realmente capazes de participarem, efetivamente, como membros integrais da sociedade, em condições de igualdade com aqueles que não pertencem aos grupos historicamente segregados [...].

É frente a esse contexto que apresento esta dissertação de Mestrado Profissional, na linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional. A mesma serviu como uma oportunidade de qualificar o trabalho que já desenvolvo há 14 anos na UFSM, bem como, busca responder algumas perguntas que há tempo me inquietam. A partir deste trabalho, pretendo desenvolver ações que busquem qualificar os encaminhamentos das ações de AE para garantir a permanência e a conclusão do curso do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica na UFSM.

Diante disso, esta dissertação é resultado da investigação que buscou responder a seguinte questão: Quais são as estratégias de permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atendidos pelas políticas de assistência estudantil da UFSM?

Para tanto, tem como objetivo geral reconhecer as estratégias de permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, atendido pelas políticas de assistência estudantil da UFSM. Ainda, estabelece como objetivos específicos: pesquisar sobre as políticas de assistência estudantil implementadas na UFSM; investigar se as políticas de AE da UFSM influenciam na permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica; pesquisar a opinião desse estudante sobre as políticas de AE da instituição e por fim propor um instrumento de avaliação do risco de evasão do estudante com BSE e um serviço de acompanhamento da permanência desses estudantes na UFSM.

Parto do estudo caracterizado estado da arte, para elaboração desta dissertação. Esse estudo possibilitou um mapeamento da produção científica sobre a temática das políticas de assistência estudantil em relação ao estudante da educação superior e sua permanência nesse nível de ensino.

A seguir, apresento os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, a fim de responder aos objetivos. Após, discorro sobre a trajetória histórica das políticas de assistência estudantil na Educação Superior para então analisar as políticas de democratização do acesso e permanência no contexto da educação superior pública brasileira. Também busco a interlocução das mesmas com o que foi sendo implementado em termos de políticas de acesso e permanência na UFSM.

No decorrer do trabalho, ainda, exponho as características do estudante universitário, bem como, abordo estudos que dão conta dos conceitos de permanência do discente na educação superior e exponho e analiso as estratégias de permanência do estudante com BSE identificadas na pesquisa.

Finalizando a escrita proponho um instrumento de avaliação do risco de evasão do estudante com BSE e um Serviço de Acompanhamento da Permanência dos estudantes atendidos pelas políticas de AE da UFSM.

Por fim, concluo o trabalho, apontando a complexidade do tema proposto e a necessidade constante de pesquisa nessa área.





## 2 ESTADO DA ARTE ACERCA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E SUA PERMANÊNCIA

Realizei, previamente a elaboração desta dissertação, uma pesquisa no banco de dados acadêmicos, denominada “estado da arte”. Essa contribuiu para a elaboração do projeto de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional e consequentemente possibilitou a construção dos dados, fundamentação teórica e escrita do trabalho.

Segundo Romanowski e Ens (2006 p. 39) “estados da arte podem significar contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento.” Ainda segundo os autores, esses estudos possibilitam uma visão geral do que vem sendo produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas, bem como, suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes.

Um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática de uma área do conhecimento (MESSINA, 1998 apud ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 40).

Ao apontar as restrições sobre o campo e identificar experiências inovadoras, esses estudos trazem uma contribuição importante na constituição do campo teórico de determinada área. Servem também para compreender como se dá a produção do conhecimento em uma determinada área de conhecimento em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações. Os estudos de estado arte não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Realizei uma busca nas bases de dados: Banco de Teses da CAPES e *Web of Science*, que teve como objetivo investigar o que vem sendo publicado sobre a temática das políticas de assistência estudantil, sobre o estudante do ensino superior e sua permanência nesse nível de ensino. Foram usados como descritores: “assistência estudantil”, “estudante do ensino superior” e “permanência no ensino superior”.

A seguir apresento uma tabela do quantitativo de trabalhos encontrados e revisados para essa discussão:

Tabela 1 – Quantitativo de registros encontrados no Banco de Teses da CAPES

PESQUISA	ESTADO DA ARTE	
REPOSITÓRIO	<i>Banco de Teses da CAPES</i>	
FILTROS	Ciências humanas, educação, educação, gestão e avaliação da educação pública, educação, cultura e políticas públicas, educação e contemporaneidade, diversidade, desigualdades sociais e educação, psicologia da educação.	
DESCRITOR	REGISTROS ENCONTRADOS	REGISTROS REVISADOS
Assistência estudantil	24	9
Estudante do ensino superior	653	6
Permanência no ensino superior	641	9
TOTAL DE REGISTROS	1318	24

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Tabela 2 – Quantitativo de registros encontrados no *Web of Science*

PESQUISA	ESTADO DA ARTE	
REPOSITÓRIO	<b>Web of Science</b>	
FILTROS		
DESCRITOR	REGISTROS ENCONTRADOS	REGISTROS REVISADOS
Assistência estudantil	11	11
Estudante do ensino superior	66	7
Permanência no ensino superior	47	12
TOTAL DE REGISTROS	124	30

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Foi possível observar que, embora tenham sido encontrados no Banco de Teses e Dissertações da CAPES inúmeros registros com os descritores escolhidos, menos de 1,5%, no que diz respeito ao descritor “estudante do ensino superior” e “permanência no ensino superior” se relacionam diretamente com a temática pretendida na investigação. Da mesma forma, ao analisar os registros encontrados com o descritor “assistência estudantil” apenas 37% dos registros são relevantes para o trabalho proposto. Quase a totalidade dos trabalhos revisados traz um resgate histórico sobre as políticas públicas de ensino superior e assistência estudantil no Brasil, além de descrever como é realizada a assistência estudantil nas universidades pesquisadas (ASSIS, 2013; FERREIRA, 2016; HOURI, 2016; NOVAES, 2014; OLIVEIRA, 2013; OLIVEIRA, 2015; PINTO, 2015; SANTOS, 2016; SACRAMENTO, 2015; SOUZA, 2014; TAUFICK, 2013; TRINDADE, 2016).

Esses trabalhos têm como metodologia de pesquisa o estudo de caso e como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, a pesquisa documental, o uso de grupos focais e questionários. A pesquisa qualitativa com análise de conteúdo é a metodologia de análise de dados que mais se sobressai. Também observei, nessa base de dados pesquisada, que muitos estudos aparecem repetidos com os descritores escolhidos, demonstrando que esses temas estão intimamente interligados. Vale destacar que, das teses e dissertações revisadas, a grande maioria foi realizada em instituições federais de ensino superior localizadas na Região Sudeste do Brasil, especialmente na Universidade Federal de Juiz de Fora em Minas Gerais.

Outro aspecto interessante desses achados é que se inserem em programas de pós-graduação vinculados a mestrados profissionais na área de avaliação e gestão pública (ALVES, 2014; ASSIS, 2013; FERREIRA, 2016; OLIVEIRA, 2013; PINTO, 2015; SACRAMENTO, 2015; SANTOS, 2016; SOUZA, 2014; SOUZA, 2016; TAUFICK, 2013; TRINDADE, 2013), bem como, mestrados em educação (NOVAES, 2014; OLIVEIRA, 2015) e doutorado em educação (HOURI, 2016).

No que tange a base de dados *Web of Science*, que possibilita a identificação de artigos em periódicos, foi possível observar um menor número de registros em relação aos mesmos descritores, porém os artigos encontrados têm melhor relação com a temática investigada. Percebo que essas publicações conseguem articular a política de assistência estudantil com a questão do estudante universitário e sua permanência no ensino superior (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017; DUTRA; SANTOS, 2017; IMPERATOR, 2017) de forma a fornecer subsídios para futuras discussões e fundamentação teóricas da dissertação.

Os artigos revisados seguem a mesma metodologia apresentada nas teses e dissertações pesquisadas. Foram encontradas publicações internacionais sobre o tema (BARROSO-TANOIRA, 2014; ISAZA; LUBERT; LONDOÑO, 2016; OSORIO; BOLANCÉ; CASTILLO-CAICEDO, 2012; VERA-NORIEGA et al., 2012), bem como, estudos comparando a realidade do Brasil e de Portugal (ALMEIDA et al., 2012). As publicações nacionais encontradas estão distribuídas em diferentes regiões do Brasil. Também, nessa base de dados, houve duplicação dos artigos encontrados para os diferentes descritores, no entanto, as instituições de ensino superior estudadas em sua maioria, diferentemente do que foi encontrado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, foram instituições privadas.

As revistas nas quais se encontram essas publicações distribuem-se em várias áreas do conhecimento, com destaque para periódicos relacionados à temática do ensino superior (ALMEIDA et al., 2012; ANDRADE; TEIXEIRA, 2017; BARROSO-TANOIRA, 2014; DUTRA; SANTOS, 2017; OSORIO; BOLANCÉ; CASTILLO-CAICEDO, 2012; PAULA,

2017; RISTOFF, 2014; TONTINI; WALTER, 2014; VERA-NORIEGA, et al., 2012); educação (ARAÚJO; LEITE, 2014; HAAS; LINHARES, 2012; ISAZA; LUBERT; LONDOÑO, 2016; LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017; PEREIRA, et al., 2015; SANTOS, 2012; SANTOS, 2016; SILVA, 2014) e psicologia (BLEICHER; OLIVEIRA, 2016; MACHADO; PAN, 2016; SOARES et al., 2014).

Destaca-se, entre os artigos revisados, a publicação da Revista Avaliação escrita por Gérson Tontini e Silvana Anita Walter intitulada: *Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior* (TONTINI; WALTER, 2014). Nesse artigo os autores discorrem sobre uma pesquisa que teve por objetivo desenvolver um método de identificação do risco de evasão de alunos de graduação. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário estruturado, que, orientado pela literatura, explora a percepção referente aos atributos de retenção dos alunos matriculados nos cursos de graduação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Com esse método desenvolvido, foi possível evidenciar, prever e diminuir fatores que influenciam no risco de evasão dos estudantes. Também Tontini e Walter (2014), apontam as dimensões que mais influenciaram a decisão de deixar a instituição: colocação profissional e vocação, dificuldade pessoal em seguir as aulas e tempo para estudo. Os autores trazem ainda um quadro ilustrativo dos antecedentes da evasão avaliados pelo estudo e os principais teóricos que trabalham sobre o tema.

Quadro 1 – Antecedentes da evasão e/ou da permanência e Origem teórica

(continua)

<b>Antecedentes da evasão e/ou da permanência</b>	<b>Origem teórica</b>
Qualidade do curso	Cislaghi (2008) e Moraes e Theóphilo (2006)
Organização do curso	Albuquerque (2008)
Atualização do curso	Spinosa (2003)
Relação entre teoria e prática	Albuquerque (2008)
Aplicação profissional do aprendizado	
Competência dos professores	Rollo e Pereira (2003) e Albuquerque (2008)
Atendimento do curso	Albuquerque (2008)
Atendimento da coordenação	
Atendimento do centro	
Atendimento da praça de alimentação	

Quadro 1 – Antecedentes da evasão e/ou da permanência e Origem teórica

(conclusão)

<b>Antecedentes da evasão ou da permanência</b>	<b>Origem teórica</b>
Qualidade dos laboratórios	Dias, Theóphilo e Lopes (2010).
Conservação das salas de aula	
Conservação da infraestrutura	
Limpeza e conservação dos banheiros	
Equipamentos em salas de aula	
Aprendizado com o curso	Tinto (2002)
Desenvolvimento pessoal	Spady (1970) e Pascarella (1980)
Obtenção de boas notas e/ou conceitos	Spady (1970), Pascarella (1980), Moraes e Theóphilo (2006), Allen et al. (2008) e Cislighi (2008)
Necessidade de reforço de aulas	Moraes e Theóphilo (2006)
Oportunidades profissionais	Hotza (2000), Santos (2001), Augustin (2005) e Albuquerque (2008).
Perspectivas de melhoria de vida	Leppel (2005) e Oliveira e Bittar (2010)
Integração com a turma	Spady (1970), Pascarella (1980), Santos (2001), Tinto (2002), Allen et al. (2008), Albuquerque (2008) e Cislighi (2008)
Escolha do curso	Leppel (2001), Dowd e Coury (2006) e Albuquerque (2008)
Identificação com o curso	Leppel (2001), Santos (2001), Moraes e Theóphilo (2006) e Albuquerque (2008)
Importância profissional do curso	Albuquerque (2008) e Cislighi (2008)
Comprometimento com o curso	Leppel (2001) e Cislighi (2008)
Tempo disponível para o estudo	Moraes e Theóphilo (2006) e Corrêa, Noronha e Miura (2004)
Disponibilidade para frequentar as aulas	Moraes e Theóphilo (2006)
Suficiência de renda pessoal ou familiar	Cabrera, Nora e Castañeda (1992), Dowd e Coury (2006), Moraes e Theóphilo (2006) e Allen et al. (2008)
Necessidade bolsa de estudo	Spinosa (2003)
Estabilidade pessoal e familiar	Albuquerque (2008)
Saúde pessoal	Corrêa, Noronha e Miura (2004) e Dias, Theóphilo e Lopes (2010)
Motivação para vida	Ruiz (2003) e Cislighi (2008)
Persistência pessoal nos objetivos	Hening-Thurau, Langer e Hansen (2001) e Anjos Neto e Moura (2004) e Cislighi (2008)

Fonte: Tontini e Walter (2014).

Percebo que as pesquisas realizadas para esse estado da arte corroboram com Tontini e Walter (2014) ao constatarem que mesmo existindo estudos sobre a evasão e permanência no

ensino superior, não foi possível identificar nas bases de dados, estudos que tenham procurado identificar métodos que possam auxiliar as instituições de ensino superior a terem um diagnóstico do risco real de evasão de seus estudantes. Tais pesquisas também têm dificuldade em responder à questão de porque alguns estudantes permanecem e concluem sua formação enquanto outros não.

Nesse sentido, os resultados desta dissertação podem ser considerados relevantes para área, tanto da educação, como da gestão e das políticas públicas de educação, uma vez que esta identifica as estratégias de permanência do estudante com BSE da UFSM, assim como propõe um instrumento de avaliação do risco de evasão e um Serviço de Acompanhamento da Permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

### 3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa objetivam demonstrar o caminho percorrido pelo pesquisador na construção de seu estudo, definindo e descrevendo os instrumentos e técnicas para coleta e análise dos dados. Também apontam o contexto e os sujeitos de pesquisa, os critérios de amostragem, bem como, estabelecem estratégias para realização da pesquisa.

#### 3.1 TIPO DE PESQUISA

Para pesquisa em questão foi desenvolvido um estudo voltado para as especificidades da situação e das pessoas pesquisadas, tentando captar a realidade como ela é e selecionando os aspectos mais relevantes para chegar a uma compreensão mais completa da questão a ser investigada. Neste sentido, a presente pesquisa constitui-se por uma abordagem mista quali-quantitativa e pretende estudar o fenômeno em suas múltiplas especificidades.

De acordo com Minayo (2010), as pesquisas qualitativa e quantitativa não são incompatíveis e podem ser complementares, enriquecendo a pesquisa. Mesmo tratando-se de uma pesquisa qualitativa, dados quantitativos e estatísticos foram levantados e apresentados nesse estudo para enriquecer e aprofundar as análises e interpretações do fenômeno investigado. Ainda segundo Minayo (2010), a abordagem quanti-qualitativa está relacionada a dados estatísticos e subjetivos, que nessa pesquisa foram organizados, classificados e analisados a partir da problemática e dos objetivos da pesquisa.

Como modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Mestrado Profissional está voltado para formação continuada de profissionais mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mundo do trabalho. Proporciona a aproximação entre universidade e a realidade profissional provocando a articulação entre as discussões teóricas e as situações reais.

Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido constitui-se como uma pesquisa aplicada. De acordo com Gil (2008), a pesquisa aplicada tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está mais voltada para a aplicação imediata numa realidade circunstancial do que para o desenvolvimento de teorias de valor universal.

Esta pesquisa apresenta como metodologia de trabalho o Estudo de Caso, pois o tema investigado traz uma complexidade para o campo educacional e, segundo Yin (2015, p. 4), o

estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos. O autor define estudo de caso como:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. (...) A investigação de estudo de caso enfrenta situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e, como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados (YIN, 2015, p. 4).

Nesse sentido, o autor ainda aponta que o estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

De acordo com Goldemberg (2004), o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos.

A escolha da UFSM para a realização do estudo de caso deve-se à familiaridade que tenho com a instituição, bem como, ao desejo de aprofundar meu conhecimento sobre o estudante universitário e sua permanência nesse nível de ensino, qualificando minha prática profissional. Também, serviu de motivação para realização desse estudo, na UFSM, o fato de ingressar na instituição justamente no momento em que as políticas de democratização do acesso e garantia da permanência começaram a ter destaque na agenda governamental. Acredito que também seja papel do servidor TAE questionar, propor e fomentar a discussão sobre essas políticas, garantindo a produção de conhecimento na sua área de atuação e a boa gestão dos recursos que garantam a ampliação da educação superior pública gratuita e de qualidade.

A UFSM é uma IFES, constituída como Autarquia Especial vinculada ao Ministério da Educação. Está localizada na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Tem sua sede localizada no Bairro Camobi, na Cidade Universitária “Prof. José Mariano da Rocha Filho”, onde acontece a maior parte de suas atividades acadêmicas e administrativas. Possui ainda, três *campi* fora de sede, um em Frederico Westphalen, um em Palmeira das Missões e outro em Cachoeira do Sul.

A atual estrutura estabelece na sua constituição onze Unidades Universitárias: Centro de Artes e Letras (CAL), Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE), Centro de Ciências Rurais (CCR), Centro de Ciências da Saúde (CCS), Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), Centro de Educação (CE), Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), Centro de



Tecnologia (CT), UFSM Cachoeira do Sul, UFSM Palmeira das Missões e UFSM Frederico Westphalen. Possui também três unidades de educação básica, técnica e tecnológica: o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), o Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria (CPUFSM) e a Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo.

Oferece 130 cursos/habilitações de graduação e 106 Cursos de Pós-Graduação permanentes, sendo 34 de doutorado, 59 de mestrado e 12 de especialização. Oferece ainda um Programa de Pós-Doutorado, além do ensino a distância<sup>1</sup>.

O corpo discente é constituído de 27.234 estudantes, em todas as modalidades de ensino e em todos *campi*. O quadro de pessoal conta com 4.717 servidores, incluindo docentes do ensino superior, docentes da educação básica, técnica e tecnológica e técnico-administrativos em educação<sup>2</sup>.

A Política de Assistência Estudantil da UFSM tem como perspectiva a inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão. Essa política destina-se prioritariamente aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica e tem como base o Decreto Lei n.7234/2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

A política de Assistência Estudantil da UFSM está baseada nos seguintes princípios: I) educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada; II) equidade de condições de acesso, permanência e conclusão de curso; III) formação ampliada que propicie o desenvolvimento integral dos estudantes; IV) qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; V) democracia e exercício pleno da cidadania; VI) defesa da justiça social, da inclusão e da eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação; VII) pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central; VIII) transparência na distribuição dos recursos; IX) indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão (PDI 2016-2026. p. 171).

Ainda, as ações de AE têm o caráter de integrar os estudantes à vida universitária, promovendo a sua formação integral e articulando atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão. O desenvolvimento de parcerias com a representação estudantil, a sociedade civil e o poder público também devem ser levados em consideração, junto a ações de atenção à qualidade de vida do estudante e projetos de inclusão, cidadania e sustentabilidade. Destacam-se a seguir as áreas estratégicas apontadas pelo PDI a serem consideradas nas atividades de AE da UFSM:

- a) Assistência básica: moradia, alimentação, transporte, bolsa de assistência e creche;

<sup>1</sup> Dados retirados do site: <https://ufsmpublica.ufsm.br/todoscampi/cursos>. Acesso em: 16 agos. 2019.

<sup>2</sup> Dados retirados do site: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 16 agos. 2019.

- b) Atenção à saúde: integralidade da atenção, promoção e prevenção de saúde;
- c) Inclusão digital: acesso à tecnologia digital; acesso à internet; aprendizagem informacional;
- d) Cultura, esporte e lazer: acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais; acesso a ações de educação física, esporte, recreação e lazer;
- e) Acessibilidade e ações afirmativas: políticas de acessibilidade; inclusão pedagógica; igualdade étnico-racial; diversidade sexual e igualdade de gênero;
- f) Política estudantil: construção da ética, cidadania e formação política; fomentar a participação político-acadêmica.

As ações de assistência estudantil são, na UFSM, historicamente desenvolvidas pela PRAE. Atualmente a PRAE é dividida em Secretaria Geral; Setor de Bolsas e Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) e conta com 36 servidores técnico administrativos em educação e 1 servidor docente da instituição.

A seguir serão detalhadas as funções de cada setor:

#### 1. Secretaria Geral da PRAE:

Fornece suporte aos demais setores da Pró-reitoria, recebendo pedidos e entrega dos certificados de Bolsas de Assistência ao Estudante PRAE e atestados de BSE; encaminha os alunos candidatos às bolsas do HUSM (verificação dos critérios de admissão na bolsa); realiza cadastro para entrada nas Moradias Provisórias; fornece informações e divulga as oportunidades de bolsas.

#### 2. Setor de Bolsas:

É o setor responsável pelo pagamento e análise das bolsas de assistência estudantil, entre essas bolsas destacam-se: Bolsa Transporte ( a UFSM subsidia em 50% o custo da passagem do transporte coletivo urbano e pode ser solicitada por alunos com BSE Ativo); Bolsa de Assistência ao Estudante PRAE e HUSM ( contribui para a implementação de atividades de ensino, pesquisa, extensão no âmbito da UFSM, para a formação do aluno e para o aperfeiçoamento da prática educativa, inter-relacionando aluno, servidor, conteúdos e contexto sociocultural); Bolsa de Formação Estudantil ( auxilia os alunos na participação em cursos, congressos, seminários, etc.), fora do município sede do campus da UFSM ao qual o aluno esteja vinculado; Bolsa da Orquestra Sinfônica ( como uma das ações de incentivo à cultura, a PRAE repassa recursos financeiros aos estudantes que fazem parte da Orquestra Sinfônica da cidade.

### 3. Núcleo de Atenção ao Estudante – NAE:

O NAE foi instituído pela Resolução 046/11 em 15 de dezembro de 2011 e tem o objetivo prestar a assistência ao discente em situação de vulnerabilidade social. Através de um enfoque interdisciplinar, essa assistência visa uma maior compreensão das situações individuais e coletivas que influenciam no desempenho acadêmico do aluno, na sua permanência na Universidade, bem como na sua qualidade de vida.

Está estruturando em três setores:

#### 3.1. Setor de Benefício Socioeconômico – SBSE:

O SBSE é o responsável por viabilizar o acesso ao Benefício Socioeconômico - BSE através da avaliação socioeconômica, realizada por assistentes sociais. Para ter acesso a esses direitos, entre outros critérios, o aluno deve estar regularmente matriculado na UFSM em curso presencial e participar de Processo Seletivo. Atualmente, a renda *per capita* máxima utilizada como critério para ingresso no BSE é de 1,5 salário mínimo. No entanto, a análise leva em conta outros fatores para além da renda, podendo algumas situações vivenciadas pelo aluno e seu grupo familiar impactarem na avaliação socioeconômica, tais como condições de moradia, acesso à educação básica pública, doença e/ou deficiência, entre outras.

Também têm direito a acessar o BSE estudantes que ingressam pelo SISU e que possuem renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, além dos deficientes; autodeclarados pretos, pardos ou indígenas com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

#### 3.2. Setor de Atendimento Integral ao Estudante – SATIE:

Acolhe o estudante e busca intervir em situações individuais e coletivas que influenciam no desempenho acadêmico do aluno e em sua permanência na Universidade. Está dividido nos seguintes serviços: Projeto Nenhum A Menos (atua em situações de vulnerabilidade que impliquem no descumprimento das contrapartidas presentes na Resolução 035/15 garantindo a permanência no BSE através do acolhimento e acompanhamento dos estudantes); Plantão Psicossocial (visa o acolhimento, fortalecimento e autonomia dos estudantes frente às situações de crise, buscando auxiliar no enfrentamento e resolução de conflitos psicológicos, sociais, interpessoais, acadêmicos e institucionais); Oficinas (espaço de vivência de expressões artísticas, culturais e esportivas para a população universitária) e Atenção em Saúde Bucal (tratamento preventivo ou curativo disponibilizados aos estudantes com BSE).

### 3.3. Setor de Acompanhamento da Moradia Estudantil – SAME:

Esse setor tem como principal objetivo acompanhar o estudante morador das CEU (s) I, II E III, em conjunto com suas respectivas diretorias<sup>3</sup>, em situações específicas referentes ao ingresso, a permanência e a saída da moradia estudantil.

### 4. Moradia Estudantil:

Cabe a PRAE a manutenção e gerenciamento, em conjunto com a Direção das CEU (s), da Moradia Estudantil da UFSM.

### 5. Restaurante Universitário (RU):

A PRAE faz ainda o gerenciamento dos recursos orçamentários destinados ao RU. Este oferece a toda comunidade universitária da UFSM refeições a baixo custo. Para alunos com BSE, viabiliza gratuitamente as três principais refeições diárias – café da manhã, almoço e jantar.

As ações de AE nos outros *campis* são desenvolvidas por setores específicos. Esses setores contam com equipe formada por no mínimo uma assistente social e uma psicóloga, além de outros profissionais tais como: pedagogos, enfermeiros, técnicos em assuntos educacionais.

## 3.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Na perspectiva de investigar as ações de AE na UFSM, Campus Sede, considerou-se como sujeitos, desta pesquisa, estudantes da instituição de todos os níveis de ensino, que possuem o BSE.

Os estudantes atendidos pelas ações de assistência estudantil da UFSM em Santa Maria, foram convidados, através de e-mail, a preencher um questionário que buscou responder aos objetivos da pesquisa.

## 3.3 INSTRUMENTOS E CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Para construção dos dados dessa dissertação, foi aplicado aos estudantes com BSE do Campus Sede da UFSM, um questionário que tem como base o *The College Persistence*

---

<sup>3</sup> Cada CEU (s) da instituição têm uma diretoria eleita por seus moradores e composta por seus pares.

*Questionnaire* desenvolvido por Davidson, W. B., Beck, H. P. e Milligan, M. (2009) e traduzido e adaptado para o Brasil com permissão dos autores.

O Questionário em questão contém perguntas a serem respondidas em uma escala do tipo Likert de 6 pontos. É um instrumento que incide em diversas dimensões que têm sido associadas à permanência do estudante no ensino superior, entre elas: 1) apoio institucional; 2) compromisso com a diplomação; 3) consciência acadêmica; 4) compromisso institucional; 5) integração acadêmica; 6) integração social e 7) apoio financeiro.

O instrumento também contou com perguntas abertas, nas quais o estudante teve oportunidade de expressar o que pensa sobre a política de assistência estudantil da instituição, o papel da mesma na sua permanência na instituição, além de dados sociodemográficos.

O protocolo de coleta de dados foi hospedado em uma plataforma online denominada *SurveyMonkey*. Cada questionário foi apresentado em uma tela distinta: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (tela 1) (Anexo A); Questionário de Permanência Acadêmica (QPA) (tela 2); perguntas sobre AE (tela 3) e questionário sociodemográfico (tela 4) (Apêndice A). A passagem de uma tela a outra da pesquisa foi condicionada a um click no botão “aceito participar da pesquisa”, nos termos detalhados no TCLE, bem como a partir das respostas emitidas nas questões de cada tela apresentada.

Também foram utilizados, como fonte de dados para essa dissertação, documentos e legislação pertinente ao tema. A análise documental segundo Lüdke e André (2013) se constitui como uma fonte rica e estável podendo ser consultada para muitos objetivos. Os documentos utilizados foram, entre outros: o Plano Nacional de Educação PNE; o Programa Nacional de Assistência Estudantil; as legislações vigentes sobre a educação superior e assistência estudantil; relatórios de grupos de trabalho e publicações que analisem a política de democratização e assistência estudantil nas IFES, sendo os mesmos essenciais para reflexão e análise neste estudo.

Seguem, abaixo, os principais marcos legais que foram analisados:

#### Quadro 2 – Legislação pertinente a assistência estudantil

(continua)

<b>Legislação Federal</b>	<b>Legislação na UFSM</b>
1931 - Primeira forma de regulamentação da assistência ao estudante universitário (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931)	1965 - Instituída a primeira regulamentação da assistência estudantil: criação de fundos para concessão de bolsas (Resolução nº 001/65):
1946 - Constituição Federal. Nela a assistência estudantil passa a ser obrigatória em todos os níveis de ensino	1966 - Instituição passa a destinar recursos para concessão de Bolsa Alimentação (Resolução nº 002/66)

## Quadro 2 – Legislação pertinente a assistência estudantil

(conclusão)

<b>Legislação Federal</b>	<b>Legislação na UFSM</b>
1970 - Instituído o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE)	1979 - Instituídas as atribuições da PRAE (Resolução nº 055/79)
1972 - Criado o Programa Bolsa de Trabalho (Decreto nº 69.927/72)	1995 - Instituídas normas para concessão de Bolsa de Assistência Estudantil (Resolução nº 026/95).
1988 - Constituição Federal (BRASIL, 1988)	1999 - Instituído o Programa Gratuito de Moradia Estudantil PRAE – UFSM (Resolução nº 011/99):
1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (BRASIL, 1996)	2000 – Instituída a regulamentação para concessão de benefícios a alunos carentes (Resolução nº 012/00)
2007 - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007)	2003 - A concessão de benefícios aos alunos carentes e o Programa Gratuito de Moradia Estudantil sofre alterações (Resolução nº 003/03, Resolução nº 004/03 e Resolução nº 007/03)
2014 - Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)	2006 – Regulamenta a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação e institui o Programa de Moradia Estudantil aos alunos da pós-graduação. (Resolução nº 005/06 e Resolução nº 004/06)
2010 - Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada (Portaria Normativa Nº 2, de 26 de janeiro de 2010) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010)	2007 - Institui, na Universidade Federal de Santa Maria, o Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social (Resolução nº. 011/07)
2012 - Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. (BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e Decreto Nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 (Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.)	2008 – O Programa de Moradia Estudantil da pós-graduação sofre alterações (Resolução nº 006/08) e novamente a concessão de benefícios e o Programa Gratuito de Moradia Estudantil são alterados (Resolução nº 004/08 e 005/08)
2017 – Decreto Nº 9.034, de 20 de abril de 2017 - Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.	2011 - Criado o Núcleo de Atenção ao Estudante (Resolução nº 46/11)
	2013 - Institui o Auxílio à Aquisição de Materiais Pedagógicos (Resolução nº 035/13)
	2014 – É alterada a regulamentação da moradia estudantil (Resolução nº 25/14):
	2015 – É alterada a regulamentação do Programa de Benefícios Socioeconômico (Resolução nº 35/15):
	2016 - Criada a Coordenadoria de Ações Educacionais - CAED (Resolução nº 19/16)
	2018 – Regula a forma de ingresso aos cursos de Graduação e Ações Afirmativas Correlatas da UFSM e revoga a Resolução 007/2011. (Resolução 002/2018)

Fonte: elaborado pela autora (2018).

A pesquisa, bem como, todos os procedimentos de construção dos dados foram realizados com o prévio conhecimento e autorização da PRAE.

Para tanto, foi assinada pelo Pró-Reitor de Assuntos Estudantis uma carta de conhecimento do projeto, esta foi enviada ao Comitê de Ética da UFSM. Também para coleta dos dados foi necessário a utilização do TCLE. O referido termo foi elaborado a partir das diretrizes e normas propostas pela Resolução N°. 510/16, do CNS/MS e redigido em linguagem simples, acessível e compreensível às pessoas pesquisadas.

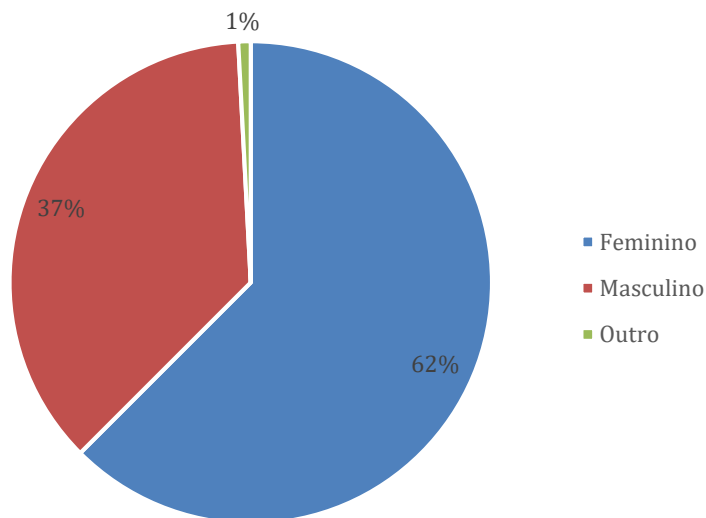
A partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, através do Parecer Consubstanciado n° 3.049.433, iniciou-se a coleta dos dados por meio do envio dos questionários, bem como, foi realizada a busca de dados relativos aos estudantes com BSE, através dos relatórios gerados pelo Sistema Integrado de Ensino (SIE), sendo os seus usos autorizados pela PRAE, PROGRAD e CPD, assim como, a análise dos documentos e legislações pertinentes para tal estudo.

### 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Na análise dos questionários foram empregadas técnicas estatísticas (porcentagem e diferença percentual), bem como, a construção de gráficos e tabelas (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Foi encaminhado, em dezembro de 2018, o questionário para todos os estudantes matriculados em Santa Maria, com BSE, cadastrados no SIE, perfazendo um total de 4.213 convites. Destes, 7 e-mails foram devolvidos e 14 bloquearam o recebimento de lembretes para preenchimento, totalizando 4.192 convites. Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019 foram enviados lembretes aos estudantes. No dia 25 de março de 2019 o questionário foi encerrado na Plataforma *Survey Mookey* com 726 respostas, sendo que, para fins de análise, foram levados em consideração 480 questionários completamente preenchidos.

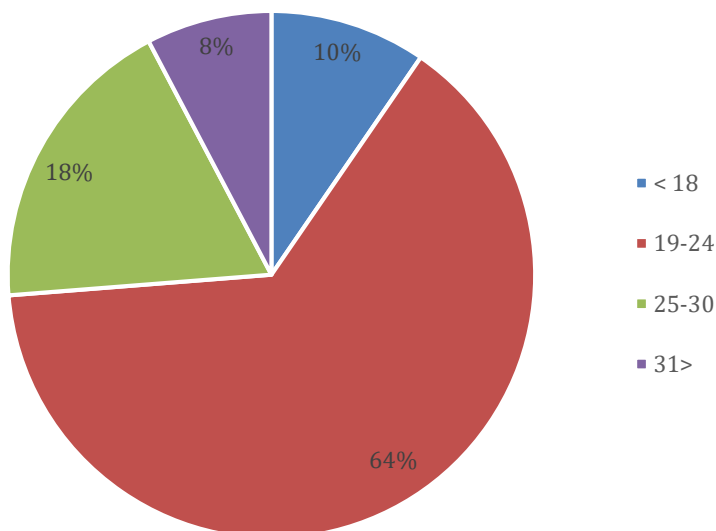
Gráfico 1 – Sexo dos participantes da pesquisa



Fonte: própria autora (2019).

A amostra da pesquisa é composta de 62% de estudantes do sexo feminino, 37% do sexo masculino e 1% que preferiu não informar.

Gráfico 2 – Idade dos participantes da pesquisa

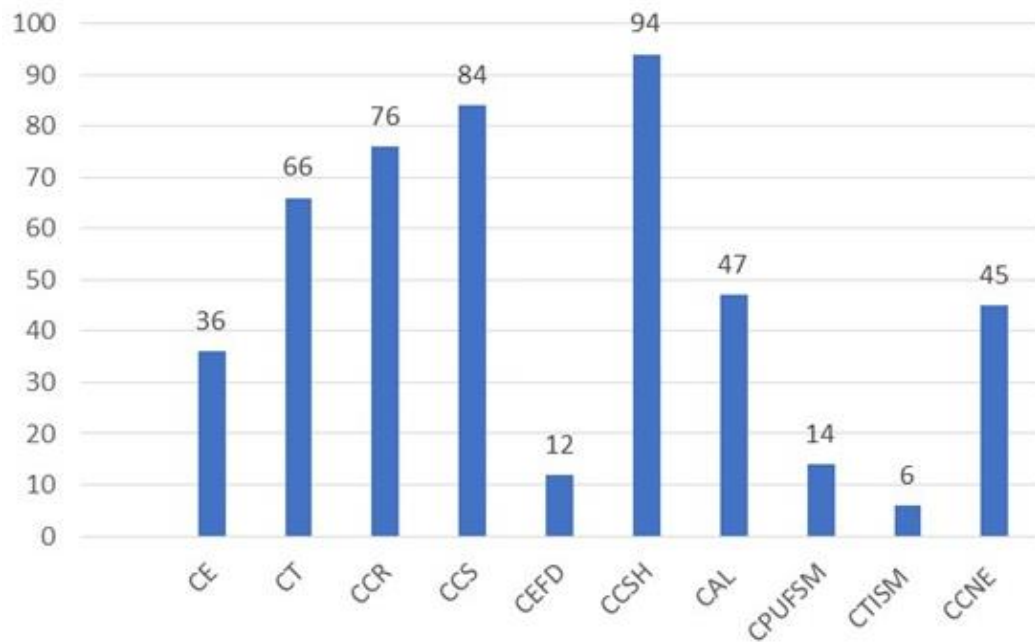


Fonte: própria autora (2019).

Quanto a faixa etária 64% dos estudantes encontram-se entre 19 a 24 anos, 18% entre 25 a 30 anos, 10% tem 18 anos ou menos e 8% da população investigada refere ter mais de 30 anos.



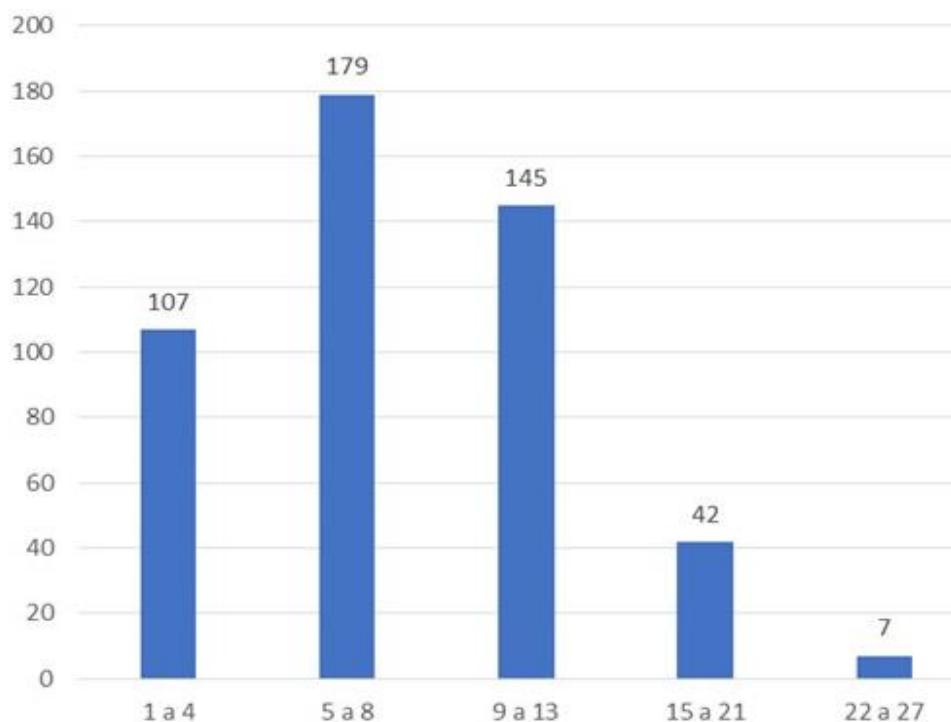
Gráfico 3 – Centro de Ensino dos participantes da pesquisa



Fonte: própria autora (2019).

Quanto aos centros de ensino a população da pesquisa está assim representada: 20% pertencem ao Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), 17% ao Centro de Ciências da Saúde (CCS), 16% ao Centro de Ciências Rurais (CCR), 14% ao Centro de Tecnologia (CT), 10% ao Centro de Artes e Letras (CAL), 9% ao Centro de Ciências Naturais e Exatas (CCNE), 7% ao Centro de Educação (CE), 3% corresponde ao Colégio Politécnico da UFSM (CPUFSM), 3% também ao Centro de Educação Física e Desporto e 1% ao Colégio Industrial de Santa Maria (CTISM).

Gráfico 4 – Semestre dos participantes da pesquisa



Fonte: própria autora (2019).

Quanto ao semestre que os estudantes se encontram, estes estão predominantemente no meio e fim de curso, mais especificamente no 5º a 8º semestre representando 37% da população pesquisada, assim como no 9º a 13º semestres com um percentual de 22% da amostra.

Os dados do questionário foram importados para análise no software estatístico *SPSS – Statistical Package for the Social Sciences*. O SPSS é um software de fácil manuseio e é internacionalmente utilizado há muitas décadas pelas ciências sociais para análises estatísticas tais como: estatísticas descritivas (médias, frequências), estatísticas bivariadas (análise de variância), regressão, análise fatorial e representação gráfica de dados.

Os dados numéricos foram tabulados e analisados a partir do percentual de ocorrência de respostas, conforme a estatística descrita segundo Malhotra (2006), a distribuição de frequência analisa uma variável de cada vez e tem como objetivo demonstrar quantas vezes determinada resposta foi dada a uma variável e quanto cada grupo de respostas de cada variável representa (percentual) em relação ao total de respostas. Em um primeiro momento, os dados foram descritos e caracterizados para após estudar os nexos e as diferenças, fazendo inferências.

Para perguntas fechadas, primeira parte do instrumento respondido pelos estudantes, foram definidas para análise dos dados categorias *a priori*. Estas categorias basearam-se no *College Persistence Questionnaire* (DAVIDSON; BECKER; MILLIGAN, 2009), um

instrumento capaz de avaliar a maioria das dimensões consideradas relevantes ao processo de evasão e permanência no ensino superior. Assim foram definidas 7 categorias de análise, que se referem as seguintes dimensões: **apoio institucional** (*Support Services Satisfaction*); **compromisso com a diplomação** (*Degree Commitment*); **consciência acadêmica** (*Academic Conscientiousness*); **compromisso institucional** (*Institutional commitment*); **integração acadêmica** (*Academic Integration*); **integração social** (*Social Integration*) e **apoio financeiro** (*Financial Support*). Importante destacar que, embora essas dimensões tenham sido pensadas para estudantes de universidades norte americanas, houve a adaptação e adequação das mesmas para o contexto brasileiro.

Para perguntas abertas, segunda parte do instrumento respondido pelos estudantes, foram estabelecidas interrogações sobre o quê de mais relevante apareceu nos dados. Estes, então, foram analisados a partir de uma matriz qualitativa de análise.

A análise e interpretação dos dados não se limitaram apenas a verificação da presença de elementos predeterminados; levaram em consideração todos os elementos que se mostraram significativos. Assim, os dados qualitativos (perguntas abertas) foram analisados a partir das respostas recorrentes, para, após, serem realizadas as análises e as articulações entre os dados e os referencias teóricos da pesquisa, bem como, desses dados com as políticas públicas para educação superior. Ao longo do trabalho serão apresentadas as respostas mais significativas dos estudantes em relação às perguntas abertas. Visto que a amostra é composta de um número considerável de sujeitos, optei por não identificá-los, sendo representados apenas pela sigla EP (Estudante Pesquisado), também foi mantida a escrita do estudante, com erros de pontuação e gramática.

### 3.5 PRODUTO FINAL

O Mestrado Profissional diferencia-se, por ter como critério que o ingressante tenha vínculo profissional com instituição de ensino. Assim, tem como uma de suas finalidades a produção de conhecimentos relacionados à formação de qualidade desses profissionais da educação no seu espaço de atuação.

Com isso, espera-se que os profissionais envolvidos nesses mestrados, possam desenvolver práticas interventivas, por meio da ação-reflexão-ação, com conhecimento, criticidade e comprometimento, buscando a inovação e a valorização de sua experiência profissional. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPC/MPPPGE/UFSM, 2015) o trabalho final do curso

consiste em demonstrar o aprendizado do profissional ao longo do seu processo de formação, como também, gerar conhecimento a ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais da educação nos diferentes contextos de gestão educacional e escolar onde estão inseridos.

Desta forma, ao final desta pesquisa apresento um instrumento de avaliação do risco de evasão dos estudantes com BSE e um serviço de acompanhamento da permanência destes estudantes.

A partir desta proposta, espero que os profissionais envolvidos nas ações AE da UFSM tenham a oportunidade de, considerando as demandas e as políticas públicas da educação superior, planejar e sistematizar o trabalho desenvolvido, qualificando assim a sua atuação.

## 4 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL E NA UFSM

### 4.1 UM POUCO DA HISTÓRIA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Nessa seção será abordado o histórico da assistência estudantil no Brasil a partir de pesquisas baseadas em documentos históricos, legislações, livros e publicações sobre essa política de educação superior.

Segundo Kowalski (2012), pode-se definir a origem da assistência estudantil atrelada ao surgimento da universidade. Como corporações, as universidades voltavam-se para a proteção dos seus membros, mestres ou estudantes, assegurando-lhes auxílio mútuo e fraterno. A assistência ao outro constituía um elemento da própria natureza das corporações de ofício medievais, portanto, ela é considerada uma prática intrínseca à universidade (KOWASKI, 2012, p. 84). De acordo com Verger (1990, p. 63):

Para as universidades acorriam ricos, nobres, classes médias, camponeses e pobres e para financiar seus estudos, os estudantes contavam com rendas próprias ou da família, no caso dos ricos, ou trabalhavam, buscavam proteção de algum senhor abastado, viviam de empréstimos ou viviam nos colégios quando pobres.

A literatura pesquisada, embora com grande dificuldade de acessar a origem da assistência estudantil no ensino superior do Brasil (ARAUJO, 2007; KOWALSKY, 2012; SILVA, 2016), traz como primeira prática de auxílio ao estudante em 1928, a construção da Casa do Estudante Brasileiro que ficava em Paris, sendo responsável por repassar as verbas necessárias tanto para a edificação das estruturas como para a manutenção da casa e dos estudantes. A assistência estudantil, nesse período histórico, estava voltada para o atendimento das necessidades dos filhos da elite brasileira. Em 1930, em meio a um processo de desenvolvimento industrial e urbano, com um novo modelo econômico que se estruturava no país e com novas demandas por educação e desenvolvimento, foi criada a Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, para o atendimento dos alunos “carentes”.

Autores como Silva (2012), Silveira (2012) e Silva (2016), consideram o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931), que dispôs sobre o modelo de universidade da época, como a primeira forma de regulamentação da assistência ao estudante universitário, marcando assim o nascimento da assistência estudantil.

Art. 100. Os professores das universidades poderão organizar uma associação de classe, denominada "Sociedade dos Professores Universitários", que terá como presidente o respectivo Reitor, e na qual serão admitidos os membros do corpo docente de qualquer instituto universitário. § 1º A sociedade dos professores universitários destina-se: 1º, a instituir e effectivar medidas de previdência e beneficência, que possam aproveitar a qualquer membro do corpo docente universitário; [...] § 2º A sociedade de que trata este artigo terá as seguintes secções: I - Secção de beneficência e de previdência; [...] § 3º Para effectivar as providencias relativas á primeira das secções acima referidas, será organizada a "Caixa do Professorado Universitário", com os recursos provenientes de contribuição dos membros da Sociedade, de donativos de qualquer procedência e de uma contribuição anual de cada um dos institutos universitários fixado pelo Conselho Universitário. § 4º As medidas de providencia e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, e nelas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recomendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxilio instituído (BRASIL, 1931).

De acordo com Silva (2016) o auxílio destinado aos estudantes pobres estava vinculado a recursos provenientes da associação de professores, compostos por contribuições e doações. Tais recursos poderiam ser destinados a ações de providência e beneficência, que incluíam o auxílio, através de bolsas de estudos, para o amparo dos estudantes escolhidos e recomendados pelos professores, em razão de sua aplicação e inteligência. Nesse sentido, a assistência estudantil nasce com um caráter de benemerência e meritocracia, mostrando a forma como o Estado tratava as questões que envolviam as necessidades sociais por educação da população empobrecida, principalmente no que diz respeito ao nível superior.

A assistência estudantil passou a integrar a Constituição Federal de 1934, que alçou a educação como direito de todos e dever do Poder Público, limitando a ação do Estado na relação da matrícula com a capacidade das instituições de oferta de vaga. A mesma Constituição legalizou a seleção dos estudantes baseada no mérito, no seu Art.º 157 e previu a doação de fundos aos estudantes necessitados, através do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica.

Ainda segundo Silva (2016), com a Constituição Federal de 1937, houve um retrocesso na área da educação com a exclusão do artigo que instituía a educação como direito e dever do Estado e com a inclusão de artigos que equiparavam a educação pública com a privada. A Constituição Federal de 1946 resgata a perspectiva de direito à educação pública, consolidando a assistência estudantil como obrigatória em todos os níveis de ensino, ficando assim disposta no Art.º 172: “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946).

As duas décadas que se seguem foram marcadas por discussões a partir da ideologia do movimento dos reformadores da educação e as ideias sobre uma educação garantida pelo Estado de forma pública, gratuita e igualitária ganharam força. Os estudantes participaram ativamente

na luta por uma reforma e pela democratização da educação, pois percebiam a universidade como uma instituição elitista, tendo a necessidade de voltá-la para o povo, principalmente para os segmentos mais pobres da sociedade. Os estudantes trouxeram para discussão as questões referentes à assistência estudantil, como a necessidade de ampliação de ações na área médica, a construção de casas de estudantes e o aumento do número de restaurantes universitários (ARAÚJO, 2007).

A Constituição Federal de 1967, instituída em um período de ditadura militar, manteve em seu texto a educação como direito de todos, indicando que o ensino seria ministrado pelos Poderes Públicos e ainda assegurou, no Artº 168, a igualdade de oportunidades na educação. Silva (2016) aponta que ao mesmo tempo que a educação foi tratada como direito de todos, com igualdade de oportunidades, com a obrigatoriedade de assistência educacional em todos os níveis, contraditoriamente o ensino superior gratuito foi destinado para os estudantes mercedores (com aproveitamento acadêmico) e comprovadamente pobres. Além disso, ficou instituída a tendência neste nível de ensino, de substituição da gratuidade por concessão de bolsas de estudo, condicionadas à restituição pelo beneficiário.

Seguindo o resgate histórico da assistência estudantil, na década de 70 foi criado pelo Governo Federal o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que estava vinculado ao MEC e pretendia manter uma política de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, dando ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico. Em 1972, foi criado pelo Governo Federal o Programa Bolsa de Trabalho (Decreto nº 69.927/72), priorizando sua distribuição a estudantes de todos os níveis de ensino “carentes de recursos financeiros, mediante investigação sumária de suas declarações”, com a finalidade de oportunizar “exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou particulares, nos quais possam incorporar hábitos de trabalho intelectual ou desenvolver técnicas de estudo e de ação nas diferentes especialidades” (BRASIL, 1972).

No final da década de 1970 e início de 1980, o governo passou a efetivar ações relacionadas à política de assistência estudantil, todavia, sua maior preocupação girava em torno de políticas que abrangessem o ensino fundamental e médio. Em 1983 o MEC cria a Fundação de Assistência ao Estudante, com o propósito de executar a assistência estudantil no país, de forma nacionalizada, porém, direcionando as ações somente para os níveis de ensino pré-escolar, 1º e 2º graus, excluindo, assim, o ensino superior. Essa fundação foi extinta em 1997.

A década de 1980 foi marcada pelo processo de redemocratização do país, pelo acirramento das discussões e lutas por direitos políticos e sociais com a participação efetiva de diferentes grupos e movimentos políticos e sociais. Neste contexto de efervescência política e

ideológica, as questões que envolviam a política de educação superior também eram discutidas e conclamadas a serem respondidas efetivamente pelo Estado brasileiro.

Segundo Silva (2016) a década de 80 foi o marco para as políticas sociais, consubstanciadas pela Constituição Federal de 1988. Essa apresenta uma ampliada concepção política e ideológica de proteção social, fundamentada em princípios democráticos e de cidadania, na garantia de direitos sociais, na igualdade de direitos à população, em políticas públicas universais e na responsabilização do Estado frente à questão social. A educação passa a ser considerada um direito social (Art. 6º) de todos e de dever do Estado em sua provisão (Art. 205º), sob o princípio da “igualdade de condições de acesso e permanência” (Art. 206º, inciso I) (BRASIL, 1988).

As ações de AE de 1930 até 1980 foram voltadas para as questões mínimas de moradia e alimentação dos estudantes (SILVA, 2012). Neste período, os serviços de assistência estudantil eram oferecidos por meio de um esforço quase que isolado de cada instituição, compreendendo apenas alguns restaurantes e casas universitárias desestruturadas e programas de bolsas ineficientes, sem nenhuma política ou programa de assistência estudantil (FONAPRACE, 2012).

A partir da década de 1990 a educação superior sofre grande influência dos organismos internacionais que dispunham sobre sua expansão e sobre a ampliação do acesso das camadas mais vulneráveis como forma de redução da pobreza nos países subdesenvolvidos. Nesta perspectiva, a Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, aprovada em Paris, em 1998, torna-se um dos documentos de referência para o desenvolvimento das ações de expansão do acesso ao ensino superior, bem como, no que se refere à assistência estudantil. A declaração dispõe, no seu Art. 3º.

d) deve-se facilitar ativamente o acesso à educação superior dos membros de alguns grupos específicos, como os povos indígenas, os membros de minorias culturais e linguísticas, de grupos menos favorecidos, de povos que vivem em situação de dominação estrangeira e pessoas portadoras de deficiências, pois estes grupos podem possuir experiências e talentos, tanto individualmente como coletivamente, que são de grande valor para o desenvolvimento das sociedades e nações. Uma assistência material especial e soluções educacionais podem contribuir para superar os obstáculos com os quais estes grupos se defrontam, tanto para o acesso como para a continuidade dos estudos na educação superior (UNESCO, 1998).

Nesse sentido, Morosini (2014) aponta que a sociedade vive um momento de transição histórica, no contexto social e econômico, e a Educação Superior convive com as novas exigências dessa sociedade, do mercado e da globalização, os quais demandam a modernização da universidade.



Essas mudanças fizeram com que estudiosos da educação superior cunhassem o termo: contextos emergentes da educação superior (RIES, 2013 apud MOROSINI, 2014). Assim, contextos emergentes da educação superior são configurações em construção na educação superior observadas em sociedades contemporâneas que convivem em tensão com concepções pré-existentes, que refletem tendências históricas.

Na América Latina os contextos emergentes são caracterizados por: sistema de educação superior complexo, heterogêneo, segmentado socialmente; Sistema de Educação Superior em expansão e interiorizado; Macro Universidades; Multicampos de estruturas diferenciadas; Institutos Tecnológicos Fundamental, Médio, Médio Superior e Superior; Concentração da Empresa Privada no acesso social e no número de instituições; Investigação com multiplicidade de laboratórios e institutos de ciência que abarcam todas as áreas de pensamento humano e suas fronteiras; Massificação da demanda social por educação superior e uma forte presença da internacionalização. (DIDRIKSSON, 2012, p. 62 apud MOROSINI, 2014, p. 387).

Segundo Morosini (2014), embora seja reconhecida a melhoria da educação superior, é preciso atentar também para a necessidade de enfrentamento de inúmeros desafios, entre eles: novos formatos de IES, novos docentes, novos discentes, novos currículos, novas exigências da sociedade e do mercado.

De acordo com Silva (2016), a inclusão de segmentos sociais vulneráveis, apesar de efetivar a expansão do acesso à educação superior, foi realizada em acordo com os preceitos do Banco Mundial, que apostavam no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos através da modernização de suas instituições e da inovação tecnológica. Esta lógica vai se refletir no contínuo aumento do número de instituições de ensino superior privadas, incluindo EADs, e no estímulo à AE baseada em financiamentos públicos para os estudantes em instituições privadas, através da criação, em 1999, do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas e em 2004 do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Assim, a partir dos anos 2000 a AE para a educação superior entra definitivamente na agenda pública e passa ganhar maior notoriedade numa perspectiva de política governamental.

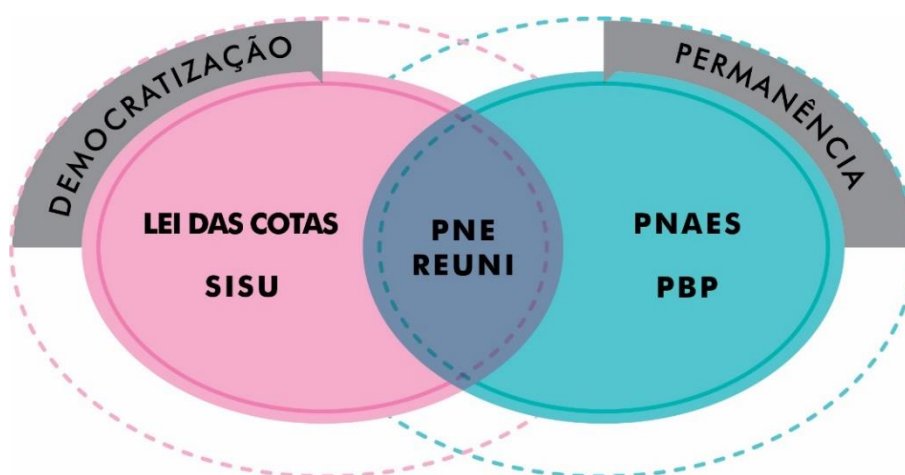
#### 4.2 MARCOS LEGAIS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

Tradicionalmente a educação superior brasileira reflete as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais do país. Como já exposto no início deste capítulo, lutas históricas

pela democratização do acesso e garantia da permanência marcam a trajetória da educação superior no Brasil.

Nesse sentido, tomando como ponto de partida a análise dos programas e políticas públicas da educação superior nas IFES do Brasil e na UFSM, pretendo, nesta seção, realizar a articulação entre tais políticas e programas e seu entrecruzamento com a democratização do acesso e a permanência do estudante universitário em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme ilustra a figura.

Figura 1 – Intersecção entre Políticas de Democratização e Permanência



Fonte: própria autora (2019).

A figura demonstra a articulação das políticas de democratização do acesso a educação superior, entre elas a Lei nº 12.711/2012 (Lei das Cotas) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) regulamentado pela Portaria Normativa Nº 2 de 3 de janeiro de 2017, e das políticas de permanência nesse nível de ensino, destacando-se o Decreto de Nº 7234/2010 (PNAES) e o Programa de Bolsa Permanência (Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013). A figura ressalta ainda a intersecção do Decreto nº 6.096/2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e da Lei nº 13.005/2014 (PNE), no que tange ao acesso e permanência de camadas mais vulneráveis socioeconomicamente nas IFES.

#### 4.2.1 Democratização do Acesso

De acordo com Arruda (2011), ao se estudar uma política pública faz-se necessário compreendê-la num contexto mais complexo sobre influências internacionais e nacionais, além

de considerar o conjunto de indivíduos e organizações que são afetados pela ação do Estado num determinado espaço.

A democratização do ensino superior, em particular das políticas públicas destinadas à ampliação do acesso a esse nível de ensino, torna-se mais evidente a partir de 2001, com o Plano Nacional de Educação instituído pela Lei Nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. No capítulo consoante a Educação Superior, a democratização do acesso aparece no sentido de “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001). O mesmo plano estabelece como meta a necessidade de ampliação das matrículas no ensino superior de jovens entre 18 e 24 anos de 12% para 30%. Segundo o próprio PNE (2001), esses 12% de matrículas colocavam o Brasil numa posição de desvantagem na América Latina, inclusive comparando-o com países em situação econômica inferior, como os casos de Argentina, Chile, Venezuela e Bolívia, nos quais os índices de matrículas no ensino superior estavam, respectivamente entre, 40%, 20,6%, 26% e 20,6%. O PNE vigorou até 2010 sendo substituído pela Lei nº 13.005/2014 que dentro do seu plano de metas, estabelece para o ensino superior.

Ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas [...] de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico (BRASIL, 2014).

Entre as políticas públicas para dar conta do PNE, cabe destacar, na educação superior pública, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que se constituiu a partir da aprovação do Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.

Esse buscou ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Para alcançar tais objetivos, as universidades federais aderiram ao programa e apresentaram ao MEC planos de reestruturação. Essa reestruturação previa além do aumento de vagas, medidas como a ampliação ou abertura de cursos noturnos, aumento do número de alunos por professor, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e o combate à evasão além da ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil.

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes: I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno; II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada; V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

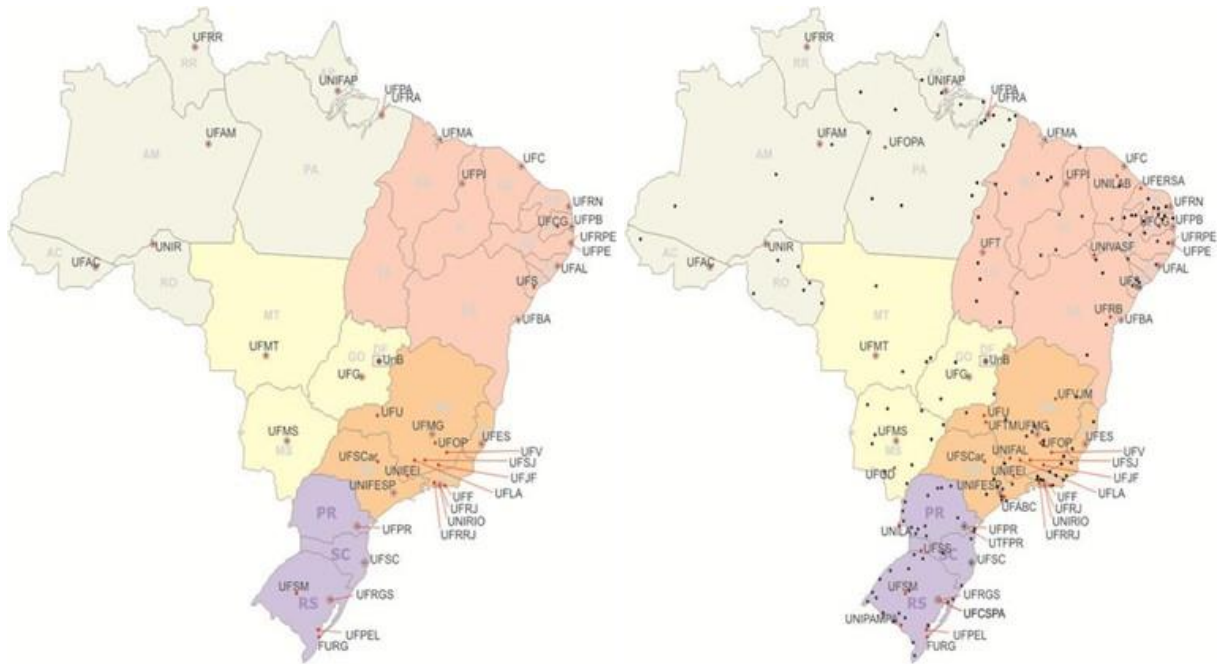
Segundo Santos (2016) o programa tinha como meta chegar a um percentual de 90% (noventa por cento) de conclusão média dos cursos de graduação presenciais. O programa considerou ainda, em suas diretrizes, redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, evidenciando a preocupação com a manutenção dos alunos nas universidades e o atendimento às demandas por maiores oportunidades no ensino superior, considerando o acesso historicamente elitizado. Essa reestruturação permitiria às universidades atuar num processo de transformação social e estrutural.

Apesar dos significativos avanços no número de novas vagas e matrículas, em 2013, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios IBGE/PNAD, apenas 16,5% da população de 18 a 24 anos estava matriculada no ensino superior. O PNE (2014-2024) elevou esta meta para 33%, a ser alcançada em 2024 (SANTOS, 2016, p. 25).

De acordo com a comissão que analisou os processos de expansão, “[...] a expansão das universidades federais, ocorrida nos últimos 10 anos, foi, sem dúvida alguma, uma das mais importantes políticas públicas do governo federal para o país” (MEC, 2012, p. 38) dando condições para as universidades melhorarem sua infraestrutura, ampliarem seus recursos humanos (docentes e técnicos) e aumentarem o número de curso.

Durante os anos de vigência do REUNI, foi possível perceber o aumento e a interiorização das IFES por todas as regiões do Brasil, conforme ilustra o mapa.

Figura 2 – Campi das IFES antes X depois do Reuni



Fonte: Brito (2014).

Na UFSM a adesão ao REUNI foi aprovada em dezembro de 2007 no Conselho Universitário (CONSU), após acalorada discussão dos professores e do movimento estudantil que reivindicavam maior tempo para o debate sobre o tema. Por parte dos docentes havia a preocupação com a precarização do trabalho e o impacto na qualidade da formação do estudante, já o movimento estudantil apontava a necessidade de uma maior discussão com toda a comunidade universitária, procurando atender as demandas regionais quanto à abertura de novos cursos e a ampliação das vagas.

A proposta da UFSM para o REUNI previu a criação de 5.858 vagas de graduação até 2012, sendo 1.365 vagas para cursos noturnos. Ampliação para 1749 vagas de Mestrado e 584 de Doutorado até 2012. Além disso, estava prevista a criação de cursos que atendessem demandas regionais gerando renda e promovendo o desenvolvimento sustentável na região.

No tocante a AE, o REUNI previu a ampliação e qualificação do Programa de AE da UFSM, formação de um Centro de Atendimento ao Estudante na União Universitária, para discussão sobre cidadania e também para intervenção com profissionais do serviço social, psicologia, odontologia, pedagogia e psiquiatria, além da estruturação de espaço físico para atendimento individualizado e em grupo na estrutura da PRAE e Anima (UFSM, 2017).

Embora não seja objetivo desse estudo avaliar o impacto da política de expansão na UFSM, é inquestionável o aumento nos índices quantitativos da instituição, tanto em relação

ao número de estudantes, número de cursos de graduação e pós-graduação, assim como, número de servidores.

Tabela 3 – Paralelo 10 anos do REUNI na UFSM

	2007/2008	2017/2018
CURSOS	68	116*
VAGAS	2826	3191**
SERVIDORES	3774	4567

Fonte: Costa e Pozzebon (2018).

Houve ainda com o REUNI, a consolidação, em 2007, dos *campi* em Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, antes pertencentes ao Colégio Agrícola de Frederico Westphalen; em Silveira Martins, no ano de 2008, houve a criação da Unidade Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins, que foi extinta, em 2016, com a transferência dos 5 cursos de graduação lá existentes para o *Campus* Sede – Santa Maria, gerando mais uma vez questionamentos em relação à qualidade e ao planejamento da expansão. E mais recentemente, em 2013, após intensa mobilização da comunidade local foi oficializado o *Campus* UFSM – CS em Cachoeira do Sul.

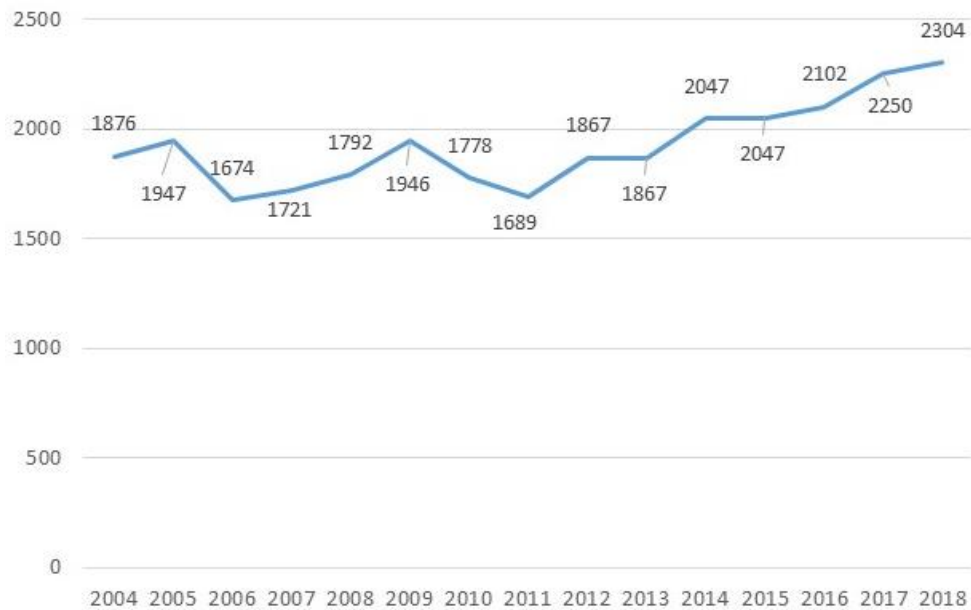
Os valores recebidos pelo REUNI, financiaram diversas obras dentro da UFSM, com destaque para construção de outro prédio para o Restaurante Universitário (RU Campus II), no *campus* sede da UFSM e a construção ainda do RU em Palmeira das Missões. Também houve o aumento das vagas, tanto em Santa Maria como nos *campi* de Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, nas Casas de Estudante. Segue gráfico demonstrativo do número de vagas nas CEU (s) da UFSM<sup>4</sup>:

\* Atualmente a UFSM tem 269 cursos, os dados apresentados referem-se apenas aos cursos criados durante o REUNI.

\*\* Vagas oferecidas para o 1º/2018.

<sup>4</sup> Essas vagas referem-se na sua maioria as construídas no Campus Sede, uma vez que em Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, até o momento existe 72 e 48 vagas respectivamente em cada *campi*.

Gráfico 5 – Número de vagas nas CEU (s) da UFSM (2005 -2018)



Fonte: PRAE/UFSM elaborado pela autora (2019).

Importante considerar que, nos anos que se seguiram ao REUNI, houve variações tanto positivas (de 3% a 8%) quanto negativas (-14% a - 5%) no número de vagas nas CEU (s) sendo que com a aprovação do PNAES, em 2010, o acréscimo de vagas tornou-se mais constante, atingindo 2304 em 2018, o que equivale a um aumento de 23% em 14 anos.

Também a partir do REUNI, com o incremento no número de laboratórios, novos cursos de graduação e pós-graduação, aumento do número de estudantes, maior investimento em pesquisa e extensão, não se pode deixar de considerar que a UFSM teve também um crescimento qualitativo.

A UFSM, respondendo às exigências de avaliação e acreditação dos cursos de graduação, torna-se refém dos rankings de avaliação. Esses estão, na maioria das vezes, vinculados aos movimentos de globalização e mercantilização da educação. Nesse sentido, é notório que a UFSM vem, a cada dia, cedendo às exigências dos organismos multilaterais (UNESCO, OCDE, BM) que visam, entre outras questões, a otimização dos recursos públicos.

Considerando somente as universidades públicas, a UFSM atualmente é a 19ª colocada no Brasil. No Estado, ela ocupa a 3ª posição geral, atrás da UFRGS e PUCRS<sup>5</sup>. A UFSM aparece no ranking University Impactt (2019), publicado pela revista britânica Times Higher Education (THE). A instituição é uma das únicas universidades gaúchas citadas no ranking

<sup>5</sup> <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/2018/10/05/ufsm-e-a-21a-melhor-universidade-do-pais-segundo-ranking-universitario-folha/>

entre 15 instituições brasileiras. Segundo reportagem do site GauchaZH<sup>6</sup>, a UFSM aparece em destaque em cinco indicadores: promoção da qualidade da educação, redução de desigualdades, promoção da paz, justiça e instituições fortes e estabelecimento de parcerias para atingir objetivos.

Ainda sobre a mesma premiação, o site da instituição<sup>7</sup> traz a fala do vice-reitor enaltecendo a conquista, pois coloca a UFSM em posição de destaque mundial.

O ranking da THE é uma avaliação externa e isenta, que avaliou universidades de todo o mundo, e nos mostrou que estamos no caminho certo, principalmente em relação a um dos objetivos do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é a inclusão social. Mostra que a UFSM está comprometida com a redução das desigualdades, com discussões importantes como a situação dos imigrantes e as questões de gênero, a qualidade da educação e o ensino inclusivo (WEGNER; FONSECA, 2019).

Concordo com Lunardi (2012) ao apontar que a qualidade da educação superior não deve ser pautada e nem se esgota no preenchimento de critérios e indicadores, devendo-se levar em consideração também as dimensões pedagógicas, científicas, técnicas, éticas, políticas, econômicas, e tantas outras que constituem o meio universitário, sendo estas, coessenciais no complexo fenômeno da qualidade educativa. No entanto, considero que esses rankings, na atual conjuntura político institucional, maximizam e dão visibilidade para a importância das IFES na produção do conhecimento, uma vez que podemos considerar as universidades públicas as responsáveis pelo desenvolvimento social e pelo avanço da ciência e tecnologia do país. É nelas que estão concentrados os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) e as mais diversas pesquisas

Da mesma forma, conforme pontua Calderón (2018), na atual cultura da performatividade<sup>8</sup>, o prestígio que confere a boa avaliação institucional tornou-se um *fetichê*<sup>9</sup>. O importante é estar entre os primeiros ou em boa posição no ranking, talvez a grande maioria ignore os indicadores que são avaliados, mas, com certeza, ninguém esquece a colocação da sua universidade e do seu curso nessas avaliações. Assim, esses indicadores dão visibilidade

<sup>6</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/04/ufsm-e-unisinos-aparecem-em-ranking-mundial-de-universidades-de-impacto-social-cjuriejew04al01rt1f1g10go.html>.

<sup>7</sup> <https://www.ufsm.br/2019/04/17/ufsm-e-uma-das-universidades-mais-inclusivas-e-diversas-do-mundo/>.

<sup>8</sup> A performatividade é alcançada mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular, julgar e comparar profissionais em termos de resultados: a tendência para nomear, diferenciar e classificar. (BALL, 2005, p. 544) uma medida de produtividade.

<sup>9</sup> Segundo dicionário do Google é um objeto a que se atribui poder sobrenatural ou mágico e se presta culto.



para instituição colaborando para o imaginário social de prestígio em cursar o ensino superior em uma instituição federal.

De acordo com Sguissardi (2005), a universidade pública frente às inúmeras críticas que recebe, seja por sua origem elitista, por sua estrutura considerada dispendiosa ou por ser considerada fechada e distante dos verdadeiros anseios da comunidade, ainda responde pela maior parte da pesquisa desenvolvida no país, pelos melhores índices de qualidade no ensino superior comprovando sua excelência acadêmica e seu corpo docente altamente qualificado. Cabe a essas instituições rebater tais críticas através de ações que venham reafirmar e comprovar sua importância social e econômica para o país.

Os estudantes pesquisados, aos serem questionados sobre os motivos pelos quais escolheram a UFSM para sua formação, apontam a qualidade e o reconhecimento da instituição como uma das principais razões (24%), ficando atrás apenas da possibilidade de assistência estudantil (30%) e da proximidade com sua cidade de origem (27%), para escolha da mesma. Conforme ilustra as falas a seguir:

*“Por ser da cidade de Santa Maria e por a UFSM ter um nome de respeito em todo lugar, propiciando melhores chances de trabalho”. (EP)*

*“É uma das melhores universidades do país, meu curso teve nota 5 do MEC, é próxima a minha casa, me oferece oportunidades que outras não oferecem”. (EP)*

*“O conceito e infraestrutura principalmente do curso de atuação, bem como, a ligação com a universidade e a cidade de Santa Maria”. (EP)*

*“Conceito. Pareceu-me voltada a ações culturais em larga escala; e alguns de meus professores do Ensino Médio (integrado ao Técnico) se formaram aqui, sendo muito melhores que os que se formaram em universidades particulares; o conceito da UFSM me pareceu melhor que o da UFPEL e era mais perto da minha região; não tive dinheiro para fazer o vestibular da UFRGS”. (EP)*

*“O nome por trás da instituição”. (EP)*

*“A UFSM é umas das mais renomadas na minha região, quase todos querer vir para cá”. (EP)*

*“Dentre as universidades que ofertavam o curso no Estado, a UFSM era a que mais tinha renome”. (EP)*

*“O principal motivo foi saber que a ufsm é uma instituição de qualidade e com cursos e professores bem avaliados e que oferece assistência estudantil como: casa do estudante, Ru e bibliotecas”. (EP)*

Nesse sentido, conforme Santos e Devoglio (2016, p. 320):

As políticas oficiais de avaliação dos cursos universitários, divulgados à sociedade, parecem contribuir para decisão de permanência dos estudantes, gerando impacto na informação publicitária produzida e no modo como os estudantes veem e qualificam uma IES. Além disso, o peso de uma marca institucional e a tradição acadêmica podem ser percebidas como fatores de diferenciação e qualificação, respectivamente, em um mercado competitivo.

Os achados da pesquisa corroboram o que esses autores apontam como um dos aspectos que influenciam na permanência do estudante na graduação. Da mesma forma, a proximidade com sua cidade de origem aparece nos resultados e na pesquisa de Santos e Devoglio (2016) como um atributo importante para o estudante manter-se na graduação, sendo o acesso a IES determinante para permanência.

*“É a Universidade Federal mais próxima da minha cidade e possui uma ótima reputação”. (EP)*

*“Sempre foi a universidade que eu quis vir, fica perto do município de meus pais, proporciona assistência estudantil (principalmente moradia) e pela qualidade do ensino”. (EP)*

*“Sou natural da cidade, e não tenho condições de frequentar uma universidade particular, foi automático”. (EP)*

Em relação a assistência estudantil, com o REUNI, além do aumento considerável de investimento em infraestrutura, a PRAE também contou com o aumento do seu quadro de pessoal técnico-administrativo para dar conta das ações propostas pela expansão. Conforme já demonstrado, houve um incremento no número de servidores concursados na instituição e a PRAE foi contemplada com o aumento da sua equipe.

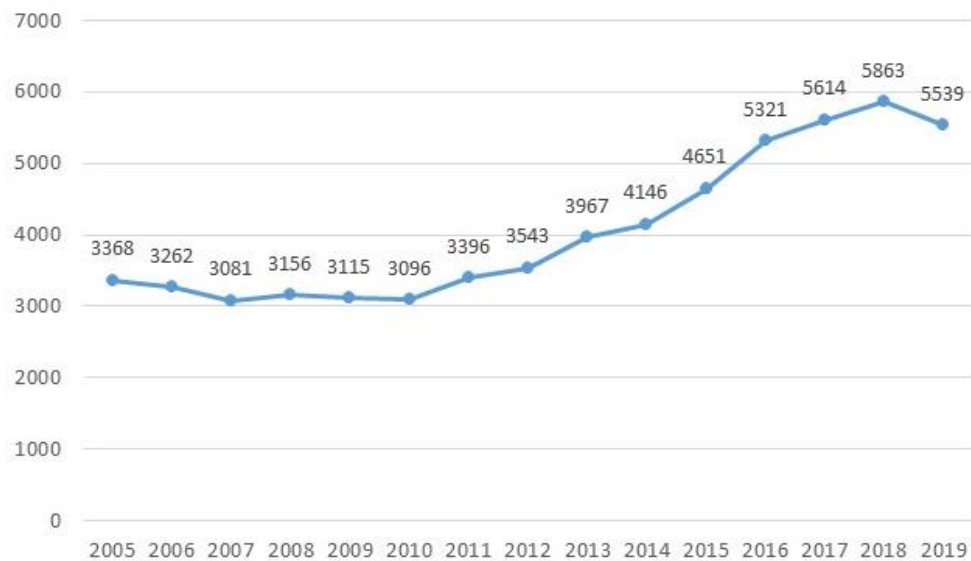
Como já foi pontuado, quando ingressei na instituição, em 2005, a PRAE contava com duas assistentes sociais, uma delas recém concursada, e seis técnico-administrativos de nível médio, além dos pró-reitores.

Quatro anos após o meu ingresso na PRAE, em 2009, houve a primeira contratação de servidores técnico administrativos em educação de nível superior, sendo um psicólogo e uma assistente social. Em 2011, chegaram para compor a equipe técnica da PRAE mais dois psicólogos e uma assistente social. Nesse mesmo período, houve a composição das equipes técnicas nos outros *campi*, com mais contratação de assistentes sociais, psicólogos e pedagogos. Nos anos que se seguiram à implementação do REUNI e das demais políticas de democratização da educação superior, a PRAE continuou aumentando seu quadro de pessoal,

contando atualmente com 36 servidores técnico-administrativos e 1 servidor docente de ensino superior.

Também a PRAE teve um considerável aumento na demanda de estudantes atendidos pelas suas ações de AE.

Gráfico 6 – Estudantes com BSE nos últimos anos



Fonte: CPD/UFSM elaborado pela autora (2019).

A partir do gráfico é visível o aumento exponencial do número de estudantes com BSE desde que ingressei na UFSM, sendo os anos de 2015 e 2016 os que tiveram um maior acréscimo no número de estudantes com BSE. É possível verificar, a partir desses dados, que em 14 anos houve um aumento de 64% no número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição. Tal fato pode ser creditado às políticas de acesso e à democratização da educação superior, especialmente a adesão da UFSM ao SISU em 2015.

Esses dados estão em conformidade com o que aponta a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, em que, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita “até 1 e meio salários mínimos” cresceu 4 pontos percentuais, alcançando 70,2% do universo pesquisado, ou seja, o percentual de estudantes com renda per capita de até 1 e meio salário mínimo atingiu maioria absoluta do universo pesquisado (FONAPRACE, 2019). Tais dados colocam em xeque os questionamentos de teses e formulações de senso comum, nas quais as IFES seriam frequentadas por setores das elites culturais e econômicas do país.

Concomitante as medidas implementadas pelo REUNI nas IFES, e na mesma perspectiva de alcançar as metas propostas pelo PNE, em 2012, o governo federal aprova a Lei das Cotas (a Lei nº 12.711/2012). Essa alterou a forma de ingresso nos cursos superiores das IFES e obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem para candidatos cotistas metade das vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita. Art. 2º (VETADO). Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016) (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar que o processo de debate sobre a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, desde seus antecedentes até sua implementação, tem sido amplamente discutido na literatura. Muitos autores têm avaliado o impacto dessas políticas em contextos mais específicos, inclusive sobre o panorama mais geral das universidades públicas, no entanto, esse texto restringe-se a uma breve descrição, uma vez que não é objetivo desse trabalho uma discussão aprofundada sobre tal tema.

Essa Lei foi sancionada após quase uma década das primeiras experiências de adoção das cotas nas universidades públicas brasileiras. De acordo com Guerrini et al (2018), as políticas de ações afirmativas representam um importante instrumento de democratização do acesso às instituições de ensino superior públicas, estaduais e federais, no Brasil, na medida em que visam diminuir os efeitos dos privilégios sociais.

De acordo com Tanikado (2015), a definição de um recorte de renda foi inédita nas ações afirmativas em universidades públicas. Embora o sistema de cotas em vigência possua um recorte eminentemente social, foi a luta do movimento negro que acabou por abrir a possibilidade não só de que mais pessoas negras, como também de mais pessoas pobres, acessassem a universidade.

Para Guerrini et al. (2018) a mobilização do movimento social negro, nos anos 1990, preconizou a discussão em torno das cotas como importante meio de enfrentamento da

desigualdade racial. No entanto, esse debate foi ressignificado no modo de implementação das ações afirmativas nas universidades brasileiras, beneficiando diferentes segmentos sociais e apresentando-se em diferentes formatos.

A referida lei, em consonância com o projeto de fazer da educação superior uma realidade para o maior número de pessoas possível, tornou o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – a principal via de acesso às universidades como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. Vale destacar que mesmo não se referindo especificamente à assistência estudantil, já que essas leis versam sobre o ingresso no ensino superior, as mesmas se constituem como importante via para a inclusão social e democratização desse nível de ensino.

De acordo com Assis (2013), ao conceder o acesso a camadas sociais com condições socioeconômicas desfavoráveis, torna-se crucial o estabelecimento de políticas eficientes de assistência que tornem possível a permanência desses alunos nas IFES. Além de conceder acesso, é importante investir na permanência, para combater a evasão e promover a elevação das taxas de conclusão. Ainda, segundo a autora, muitos desafios se instauram, como a necessidade de democratizar o ensino superior assegurando, ao mesmo tempo, a qualidade.

A UFSM, respondendo ao apelo do movimento social negro e antecipando-se a Lei nº 12.711/2012, em 2007, enfrenta o processo de adoção de políticas públicas de inclusão social e racial. No dia de 17 de julho de 2007 o CEPE aprova em uma votação acirrada por 19 votos contra 18, a Resolução 009/2007, substituída pela Resolução 011/2007 de 03 de agosto de 2007 instituindo na UFSM o Programa de Ações Afirmativas. Não pode-se deixar de mencionar, conforme exposto na própria resolução que a UFSM baseou-se para tal aprovação nos textos internacionais de proteção aos direitos humanos e nas diretrizes para a formação de políticas e programas que contribuíssem positivamente para a erradicação das desigualdades sociais e étnico-raciais, especialmente aos afro-brasileiros, alunos oriundos das escolas públicas, pessoas com necessidades especiais e indígenas, conforme previa o PNE e os acordos do Brasil com os organismos multilaterais.

Da mesma forma, como nos aponta Melo (2009), a comunidade negra de Santa Maria e da região foi decisiva para inclusão de cotas raciais na UFSM. O tema foi amplamente debatido no movimento organizado que buscava a implementação da igualdade racial no acesso à educação superior e contou com muita resistência de parte da sociedade que enfatizava que o critério racial não deveria ser adotado. Para os opositores das cotas raciais, os negros estariam contemplados com as cotas sociais, já que frequentam a escola pública e são os mais pobres.

Na Resolução 011/2007, ficou estabelecido pelo período de 10 anos a disponibilidade de dez a quinze por cento das vagas para estudantes afro-brasileiros; vinte por cento para estudantes oriundos das escolas públicas e cinco por cento das vagas para estudantes com necessidades especiais. O Programa disponibiliza ainda vagas suplementares àquelas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação para serem disputadas exclusivamente por estudantes indígenas residentes no território nacional.

A Resolução 011/07 também previu no seu Capítulo II e III ações que dessem conta da permanência e do acompanhamento destes estudantes:

[...] Art. 10. A UFSM deverá implementar um programa permanente de acompanhamento e de apoio sociopedagógico dos estudantes cotistas, segundo sua opção quanto ao disposto no art. 2º, 3º, e 4º, desta resolução, coordenado por comissão constituída especificamente para esse fim. Art. 11. A UFSM deverá implementar um programa permanente de acompanhamento dos estudantes indígenas, coordenado por comissão constituída especificadamente para esse fim. [...] Art. 12. A fim de concretizar os objetivos desta resolução, a UFSM adotará as seguintes ações: I – implementar um programa acadêmico, no âmbito do AFIRME – Observatório de Ações Afirmativas – que está submetido à Pró-Reitoria de Graduação destinado a observar o funcionamento das ações afirmativas, avaliar seus resultados, identificar aspectos que prejudiquem sua eficiência e sugerir ajustes e modificações, apresentando ao Conselho Universitário relatórios anuais de avaliação, os quais serão divulgados; [...]. II – designar comissão para implementação e acompanhamento desse plano de metas com a participação de representantes da comunidade acadêmica (Extrato da Resolução nº 11, de 3 de agosto, de 2007).

No ano de 2018, a Resolução 011/2007 é revogada, sendo substituída pela Resolução 002/2018 que regula as formas de ingresso nos cursos de graduação da instituição e as Ações Afirmativas correlatas da UFSM.

Até o ano de 2016, o Programa de Ações Afirmativas da UFSM esteve submetido à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD). Em maio de 2016, foi criada a Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) instituída através da Resolução 019/16 com o objetivo de assessorar e executar a Política de Ações Afirmativas da instituição interagindo com as Pró-reitorias, Unidades Acadêmicas, Órgãos Suplementares e demais Órgãos Executivos, no sentido de garantir a realização efetiva de ações que visam aprimorar o acesso e permanência de maneira inclusiva.

A CAED atua através do seus Núcleos: Núcleo de Apoio a Aprendizagem; Núcleo de Acessibilidade; Núcleo de Ações Afirmativas, Sociais, Étnico-Raciais e Indígena. A esses núcleos compete, entre outras ações, acompanhar e monitorar o acesso e o desenvolvimento dos estudantes cotistas da UFSM atentando para questões resultantes do ingresso, permanência

e aprendizagem, visando sugerir adaptações logísticas e de pessoal no atendimento do Programa de Ações Afirmativas, baseando-se no princípio da redução das desigualdades.

Acredito ser importante destacar que tais políticas de inclusão na UFSM, pelo público que pretende atingir, supostamente demandam ações de permanência na educação superior, ações essas historicamente atribuídas a PRAE. No entanto, observo que a Política de Ações Afirmativas na UFSM, desde sua implementação em 2007, nunca esteve ligada diretamente a PRAE. No início, esteve vinculada a PROGRAD e atualmente está diretamente ligada ao Gabinete do Reitor. Percebo que muitas vezes a PRAE, dentro da instituição, acaba sendo apenas o órgão responsável pelo repasse de recursos financeiros para mais diversas bolsas destinadas às ações afirmativas da UFSM, existindo pouca, ou muitas vezes inexistindo, uma integração e interlocução entre as ações de AE da PRAE e as ações do CAED, PROGRAD e dos próprios Centros de Ensino.

Na mesma perspectiva da democratização do acesso, em 2012, o governo regulamenta através da Portaria Normativa nº 21 de 5 de novembro de 2012, tendo nova redação pela Portaria Normativa Nº 2 de 3 de janeiro de 2017, o Sistema de Seleção Unificada – SISU. Esse é desenvolvido e gerenciado pelo MEC para selecionar os candidatos às vagas das IFES utilizando a nota do estudante no ENEM como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo próprio sistema com base na nota obtida, podendo os candidatos consultarem, no sítio do SISU, as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes (MEC, 2018).

A participação das instituições no SISU é formalizada por meio da assinatura de Termo de Adesão. Nele, a instituição se compromete a descrever as condições específicas de concorrência às vagas por ela ofertadas no âmbito do SISU, devendo conter especialmente:

I - os cursos e turnos participantes do SISU, com os respectivos semestres de ingresso e número de vagas; II - o número de vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, observada a regulamentação em vigor, quando se tratar de instituições federais de ensino vinculadas ao MEC, destacando, quando for o caso, o número de vagas reservadas exclusivamente para os indígenas; III - o número de vagas e as eventuais bonificações à nota do estudante no Enem decorrentes de políticas específicas de ações afirmativas eventualmente adotadas pela instituição; IV - os pesos e as notas mínimas eventualmente estabelecidos pela instituição de ensino referentes às provas do Enem, em cada curso e turno; (Redação dada pela Portaria Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2017) e V - os documentos necessários para a realização da matrícula ou do registro acadêmico dos estudantes selecionados, inclusive aqueles necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos: (Redação dada pela Portaria Normativa nº 2, de 3 de janeiro de 2017) (Extrato da Portaria Normativa nº21 de 5 de novembro de 2012).

O SISU, embora também não se refira diretamente a permanência do estudante no ensino superior, foi decisivo para possibilitar o ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade. Ao permitir que o candidato não precise mais se deslocar até a cidade que está situada a IES para candidatar-se a uma vaga, contribuí para mobilidade dos estudantes entre regiões do país, propicia a interculturalidade na universidade e demanda, em muitos casos, ações de AE a esses universitários.

A UFSM anunciou sua adesão integral ao SISU em maio de 2014. A decisão foi tomada pelo CEPE e gerou reações dos empresários da cidade, estudantes e representantes de cursinhos pré-vestibulares. Esses questionavam a forma intempestiva de tal resolução e temiam o impacto econômico que o fim do vestibular, considerado um dos maiores e mais concorridos vestibulares de todo o Rio Grande do Sul, traria para a cidade. O movimento de centenas de estudantes para cidade na época de vestibular movimentava a economia local em um período que a cidade se esvazia de estudantes em férias. Além disso, forças locais temiam que a comunidade regional fosse prejudicada com esse processo, conforme manifesto divulgado nos jornais da cidade na época<sup>10</sup>

Figura 3 – Nota emitida pelas entidades empresariais de Santa Maria contra a adesão da UFSM ao SISU

**DOCUMENTADO**

**Confira a nota emitida na sexta-feira, por entidades empresariais de Santa Maria:**

*As entidades empresariais de Santa Maria, surpreendidas com a recente decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFSM de extinguir a histórica prova do vestibular como forma de acesso às vagas da instituição, manifestam sua profunda discordância, pelas seguintes razões:*

- Apesar de representantes de entidades e sociedade civil terem sido convidados para participarem de uma audiência pública, proposta pela própria UFSM e realizada na última quarta-feira, 24 horas antes da reunião do Cepe, na Câmara de Vereadores, em momento algum se discutiu a hipótese de extinção do processo vestibular, e sim apenas a possibilidade de troca de data;*
- A desconsideração em relação ao exíguo prazo restante entre a decisão do Cepe e a data final para inscrição no Enem (apenas um dia), e a troca de um processo consolidado por outro de histórico recente e conturbado, que inclusive não é utilizado de forma exclusiva pelas principais universidades públicas federais do país;*
- A quase totalidade dos estudantes de Santa Maria e região já se dedicava diariamente na preparação para a prova do vestibular, que tem modo de avaliação diverso no Enem, tendo seu esforço de quase um semestre simplesmente desconsiderado, assim como as despesas que diversas famílias tiveram para proporcionar a seus filhos uma melhor preparação;*
- Em razão da concorrência nacional gerada pelo Sisu e da não utilização do mesmo pela totalidade das universidades públicas federais, está sendo criada uma desigualdade competitiva entre os candidatos da nossa região para com as demais, o que certamente resultará no afastamento de jovens de suas famílias e no comprometimento da verdadeira função social e regional que a UFSM desempenha há mais de 50 anos;*

*Na certeza de representarmos os anseios de grande parte da comunidade local e regional e da importância das razões levantadas, acreditamos na sensibilidade dos componentes do Cepe para uma reavaliação da decisão tomada.*

Fonte: UFSM (2014).

<sup>10</sup> <http://coral.ufsm.br/midia/?p=16559>



Na mesma na reunião do CEPE, foi aprovada a reserva de 50% das vagas a partir de 2015 para cotistas, incluídos tanto estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública quanto negros, pardos e indígenas. Importante lembrar que a UFSM já vinha adotando de forma gradual, desde 2007, a reserva de vagas para cotas sociais e raciais na universidade.

A destinação de 50% das vagas para estudantes cotistas e a adesão ao SISU trouxe para UFSM, mesmo com toda sua tradição na AE, novos desafios. A presença de um maior número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, historicamente excluídas do acesso à educação superior durante décadas, vem exigindo da instituição um novo olhar para esses sujeitos e novas estratégias para garantir condições de permanência e conclusão do seu curso.

Nesse momento, considero importante pontuar que embora as política públicas de democratização do acesso ao ensino superior tenham sido fundamentais para o incremento de vagas, aumento de cursos ofertados, reestruturação das IFES e expansão das mesmas nos últimos anos, não podemos deixar de ignorar que muitos desses avanços, pautados por escolhas econômicas neoliberais, como já foi discutido anteriormente no texto, vieram acompanhados de IFES sem infraestrutura e com a precarização do trabalho do docente e dos servidores técnicos, questões essas que não são foco desse estudo.

Entretanto, diante de um sistema originariamente elitista, com as devidas ressalvas, acredito que o REUNI, a Lei das Cotas e o próprio PNAES, que será discutido a seguir, apresentam, ainda que contraditoriamente, um interesse e uma disposição em favorecer o acesso e a permanência de determinados setores da sociedade até então excluídos deste nível de escolarização.

#### **4.2.2 Permanência na Educação Superior**

A palavra permanência nos remete ao ato de permanecer ou estar durante algum tempo em algum lugar, a estadia; a constância e a continuidade. A permanência do estudante universitário na IES pode ser definida como sua efetivação nos estudos com os elementos que constituem um ambiente apropriado para o bom desenvolvimento do seu percurso acadêmico até a integralização do curso. Podemos considerar a permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica como o fio condutor de toda escrita dessa dissertação.

A permanência no ensino superior tem sido um desafio para estes estudantes historicamente excluídos, e que, atualmente, vem conseguindo acessar esse nível de ensino. Isso também vem se constituindo cada vez mais como um desafio às próprias IES(s), pois ao

se preocuparem com a permanência voltam-se para compreensão da democratização do acesso que se refere ao ingresso, permanência e a qualidade de formação.

Silva e Veloso (2013), apontam que discutir o acesso ao ensino superior é preciso falar não só das “entradas”, é preciso se remeter ao “fazer parte”, ou seja, é preciso falar também de inserção, participação e acolhimento. As autoras destacam ainda que o “acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade” (SILVA; VELOSO, 2013, p. 729).

De acordo com Silva (2016), a AE ganha efetivamente o cenário das políticas públicas a partir dos anos 80 com o acirramento dos debates e lutas sociais protagonizados pelos estudantes, gestores e trabalhadores da educação superior. Porém constituiu-se como uma política de governo a partir de 2007, quando foi instituída por uma portaria normativa enquanto programa nacional de assistência estudantil, alcançando um status de política pública.

As demandas por AE foram palco de lutas e conquistas da população mais atingida pelos reflexos do sistema capitalista, instituindo-se como uma política social pública que, apesar de não se constituir como uma política de Estado alçou a agenda pública e constituiu-se como um direito dos estudantes que deve ser garantido pelo Estado. Ainda segundo Silva (2016) a AE é uma política de corte social da política de educação e tem como foco principal permitir o acesso efetivo das camadas populares à educação superior pública, reduzindo as desigualdades entre os estudantes. A AE busca garantir o direito constitucional e fundamental de todos à educação.

A partir de intensos debates e pesquisas do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, fórum esse constituído como órgão assessor da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, que desde sua criação concentrou esforços para a construção e reconhecimento de uma política de assistência estudantil e na esteira do PNE e do REUNI, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007. Este foi regulamentado em 19 de julho de 2010, pelo Decreto de Nº 7234, vindo a tornar-se um marco histórico para a assistência estudantil das IFES no Brasil.

Esse programa busca, em linhas gerais, fornecer subsídios para permanência nos cursos de graduação de alunos de baixa renda e procura estabelecer uma ligação entre as atividades de ensino, pesquisa, extensão e apoio ao estudante, visando contribuir para que haja melhor desempenho acadêmico do aluno atendido, evitando também a repetência e evasão (BRASIL, 2010).

[...] § 1o As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras [...] (BRASIL, 2010).

Esse documento representa a luta coletiva de grupos organizados (FONAPRACE, UNE, ANDIFES) na consolidação da AE em âmbito institucional e o reconhecimento legal enquanto política pública de direito.

Segundo Silva (2016, p. 56),

O PNAES foi um significativo avanço democrático que destoa da lógica contida nas legislações que vinham sendo construídas, pois, a assistência estudantil é concebida como direito dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, garantido por recursos específicos, a compreensão sobre as necessidades dos estudantes é ampliada, assim como as ações ofertadas para supri-las, bem como em razão de sua própria materialização embasada em princípios democráticos e de cidadania.

Mesmo o PNAES sendo um programa de âmbito nacional, cada IFES tem autonomia para utilizar seus recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais.

O PNAES prevê ainda a liberação de recursos governamentais às IFES. Esses valores devem ser destinados exclusivamente às ações e programas de AE de cada instituição. A partir de 2009, a liberação desses recursos passou a ser feita diretamente no orçamento das IFES, através de uma rubrica própria para assistência (FONAPRACE, 2012). Segue tabela da evolução dos recursos PNAES destinados as IFES.

Tabela 4 – Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – Brasil

<b>Ano</b>	<b>PNAES NACIONAL</b>	<b>□%</b>
2008	R\$ 125.300.000,00	-
2009	R\$ 203.000.000,00	62,0
2010	R\$ 304.000.000,00	49,8
2011	R\$ 395.189.588,00	30,0
2012	R\$ 503.843.628,00	27,5
2013	R\$ 603.787.226,00	19,8
2014	R\$ 742.720.249,00	23,0
2015	R\$ 895.026.718,00	20,5
2016	R\$ 1.030.037.000,00	15,1
2017	R\$ 987.484.620,00	- 4,1
2018	R\$ 957.178.952,00	- 3,1

Fonte: FONAPRACE (2019).

De acordo com os dados apresentados é perceptível nos primeiros anos do PNAES um crescente investimento no repasse de recursos para assistência estudantil que passou de 126 milhões em 2008 para 1.030.037.000,00 em 2016, sendo que nos dois últimos, em virtude do momento sociopolítico que o Brasil vem enfrentando, com a intensificação da política neoliberal e a radicalização dos ataques às instituições públicas, adotadas mais especificamente nos últimos 3 anos de governo, esses recursos vêm decrescendo.

Vale lembrar que é o repasse de recursos que, efetivamente, permite que a política AE seja implementada e garanta as condições institucionais necessárias para o atendimento dos estudantes e efetivação do que se propõe. Sem investimentos do Estado em recursos financeiros humanos e materiais, não há garantia de direitos sociais, mesmo que estes direitos estejam constituídos em legislações.

Na UFSM, a AE foi pensada desde o momento da sua criação, quando o fundador da instituição previu a construção de cinco blocos destinados à moradia estudantil e ao restaurante universitário dentro do campus. Relatos dão conta que ele, na época, sabia que os recursos disponíveis eram insuficientes para finalização dos blocos, no entanto, manteve a decisão de construí-los até onde fosse possível, entendendo que isso garantiria vagas de moradia no futuro.

As ações de assistência estudantil na UFSM, assim como a própria criação da universidade, se deram em um período histórico no Brasil, no qual ter uma universidade era garantia de pertencimento aos grandes centros regionais ou às capitais de estados.

De acordo com Silva (2016), a primeira regulamentação formal das ações de assistência estudantil na UFSM ocorreu em 1965.

Tal documento dispunha em seu primeiro artigo que “as unidades universitárias disporão anualmente [...] de Fundos Especiais, para concessão de BÓLSAS DE ESTUDO”, indicando em parágrafo único que os fundos referidos seriam distribuídos entre as unidades universitárias interessadas “proporcionalmente em relação ao número de alunos necessitados, devendo estes fazer prova [...] da carência de recursos” (Extratos da Resolução nº 01, de 09 de junho de 1965 apud SILVA, 2016, p. 43).

Antes dessa Resolução, de acordo com Kowalski (2012), em maio de 1963, foi instalado o Restaurante Universitário e, em setembro do mesmo ano, foi inaugurada a primeira Casa do Estudante Universitário, no centro da cidade, sendo oferecidas 18 vagas a alunos escolhidos por critérios de vulnerabilidade socioeconômica. Já em 1966, foram destinados recursos para concessão de Bolsa Alimentação através da Resolução nº 02/66 também aos alunos com baixa renda. Nessa época a AE era competência do Departamento de Registros Gerais e Assuntos

Estudantis (DRGAE) que, além de realizar o controle acadêmico, tinha como atribuição fornecer assistência ao estudante através de: bolsas; alimentação e casas de estudantes.

No ano de 1972, é instituída a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFSM. Em 1979 é promulgada a Resolução nº 55/79 que define a PRAE como um órgão de direção e assessoramento nas questões relacionadas à assistência e promoção dos estudantes. (KOWALSKI, 2012; SILVA, 2016).

A PRAE passa a ter como atribuições:

4.1 - executar a política definida pelos órgãos superiores na área da assistência ao corpo discente; 4.2 - distribuir e controlar as verbas destinadas às entidades ou associações estudantis; 4.3 - convocar e supervisionar eleições dos representantes do corpo discente para os órgãos de deliberação coletiva; 4.4 - coordenar a representação estudantil; 4.5 - propor e supervisionar os serviços de alojamento, alimentação e transporte do corpo discente; 4.6 - promover a distribuição de bolsas-de-trabalho ao corpo discente no âmbito da UFSM; 4.7 - estabelecer normas e convocar eleições para o Diretório Central dos Estudantes e os Diretórios Setoriais; 4.8 - administrar o plano de benefícios aos estudantes carentes; 4.9 - apurar as condições socioeconômicas dos estudantes; e 4.10 - promover atividades recreativas, culturais e desportivas entre o corpo discente (Extrato da Resolução nº 55, de 13 de julho, de 1979).

No ano de 1995, foi instituída a Resolução nº 26/95 que normatiza a concessão de Bolsa de Assistência ao Estudante e apenas no ano de 1999, após 36 anos, através da Resolução nº 011/99, foi regulamentado o Programa Gratuito de Moradia Estudantil PRAE – UFSM. Nesse período, o programa de AE da UFSM passou a contemplar além dos estudantes da graduação, estudantes do ensino médio, pós-médio, tecnológico e pós-graduação.

Segundo Silva (2016), nas décadas que se sucederam, até a década de 2010, a PRAE manteve praticamente os mesmos benefícios, sendo apenas regulamentados ou então alterados alguns pontos de resoluções e normativas, sem contar com acréscimo nos seus programas e serviços. Sua atuação esteve voltada à oferta e gerenciamento de subsídios e acesso a bolsas de auxílio. Apesar de existirem diversas modalidades de bolsas ao longo desta trajetória, incluindo até mesmo bolsas para acesso a línguas estrangeiras, o foco da atuação da instituição, historicamente, foi a manutenção das Moradias Estudantis e do Restaurantes Universitário.

Foi somente nos últimos anos, com a implementação das políticas de permanência que se observa uma ampliação das AE na UFSM. Destaco a criação do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE); a criação do Auxílio a Aquisição de Materiais Pedagógicos que visa proporcionar auxílio aos estudantes que necessitem adquirir materiais necessários para o desempenho acadêmico e a Bolsa Creche, instituída para estudantes mães que moram na Casa do Estudante.

Conforme já destacado no texto, a política de AE sempre teve destaque na UFSM. Antes ainda do governo instituir o PNAES, a instituição mantinha com recursos próprios sua AE, considerada referência nacional e uma das maiores políticas de AE do país.

A partir de 2008, a verba para AE da UFSM passa a ter dotação própria no orçamento federal. A seguir, seguem os dados da evolução dos recursos do PNAES nos últimos dez anos na instituição.

Tabela 5 – Evolução do volume de recursos PNAES (2008-2018) – UFSM

Ano	PNAES/UFSM	%
2008	4.776.085,29	
2009	5.215.100,00	9,19%
2010	5.403.000,00	3,60%
2011	7.276.610,00	34,68%
2012	8.769.690,00	20,52%
2013	11.650.160,00	32,85%
2014	11.493.580,00	-1,34%
2015	20.609.350,00	79,31%
2016	20.294.000,00	-1,53%
2017	22.666.699,89	11,69%
2018	22.831.176,93	0,73%

Fonte: COPLEC/PROPLAN/UFSM.

Importante observar, na evolução dos recursos do PNAES para UFSM, que esse apresenta um repasse irregular de valores, e até mesmo um decréscimo. Esse decréscimo coincidi com o período que antecedeu as eleições de 2014 e com o período que antecedeu o impeachment da presidenta reeleita que ocorreu em 2016. Tais períodos foram caracterizados pela incerteza no rumo das políticas públicas implementadas, e por conflitos políticos que paralisaram as políticas públicas, principalmente aquelas de cunho social. É importante destacar que em 2018 houve um repasse de valores, no entanto, o aumento dos recursos foi infinitamente menor do que nos anos de implementação do Programa. A irregularidade desses repasses tende a gerar, na gestão, incerteza e dificuldade de planejamento de suas ações de AE.

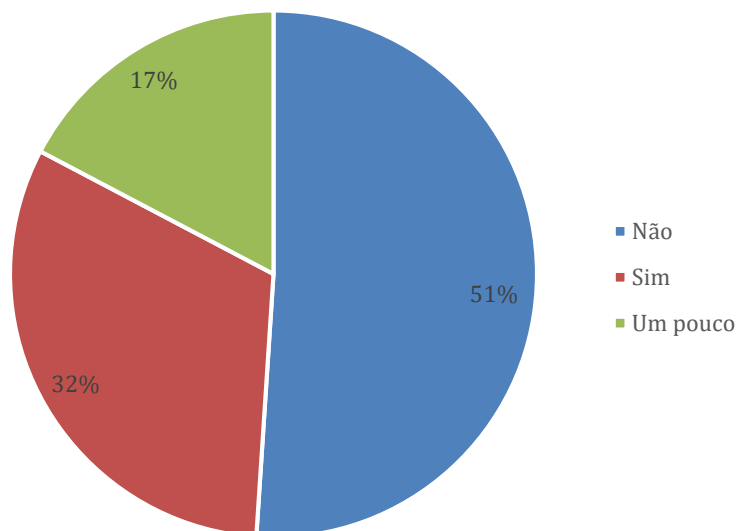
Tal fato acentua-se com o contingenciamento de recursos anunciados em maio de 2019 que, embora não incidam sobre os valores liberados para o PNAES, afetam outras áreas importantes para o funcionamento da instituição conforme explica o Pró-reitor de Planejamento

em notícia vinculada no site da instituição<sup>11</sup>. Segundo a notícia, o percentual bloqueado pelo MEC é relacionado ao orçamento destinado ao custeio e aos investimentos, as chamadas despesas discricionárias, estas são despesas fundamentais para o funcionamento da universidade: serviços terceirizados (limpeza, vigilância e portaria), água, luz, telefone, internet e outros contratos de prestação de serviço.

O pró-reitor explicou que, mantida a atual situação orçamentária, a prioridade da UFSM é a Assistência Estudantil, e os encargos de manutenção básica para o funcionamento da universidade. Os esforços da gestão têm o objetivo de garantir o funcionamento das salas de aula até o final do ano, ao manter os recursos destinados à permanência dos estudantes, como alimentação e moradia. Porém, com o bloqueio de cerca de R\$ 8 milhões sobre o valor previsto em capital e investimentos, obras em andamento serão revistas e poderão ser paralisadas (UFSM, 2019).

Em relação às ações de AE na UFSM, é interessante destacar os dados acerca do conhecimento do PNAES por parte dos estudantes que responderam ao questionário e que são beneficiários de tal programa, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7 – Estudante conhece o PNAES?



Fonte: própria autora (2019).

Os dados apontam que embora a UFSM tenha tradição na sua AE e que 30% dos estudantes escolham a UFSM por ser referência nessa área, 68% dos estudantes pesquisados não conhecem, ou conhecem pouco o PNAES.

<sup>11</sup> <https://www.ufsm.br/2019/05/28/cortes-no-orcamento/>

*“Não conheço o programa pelo nome, mas talvez tenha tomado conhecimento dos auxílios separadamente. Porém, não tenho certeza se esses auxílios fazem parte deste programa, como a casa do estudante, auxílio transporte e outras coisas envolvendo o benefício socioeconômico”. (EP)*

*“Nunca li o Programa Nacional de Assistência Estudantil, sei de algumas informações por participar de debates/rodas de conversa de estudantes. Sei que do Programa Nacional de Assistência Estudantil a Universidade recebe verba para custear moradia, alimentação, auxílio para material pedagógico e bolsa formação aos estudantes”. (EP)*

*“Não sei, mas pelo que conheço se refere há um grupo que dá apoio a estudantes com problemas de moradia e questões financeiras, que visa a permanência dos acadêmicos na instituição”. (EP)*

*“Não tenho conhecimento suficiente no momento que estou respondendo este questionário, porém já vou pesquisar sobre”. (EP)*

*“Não sei bem sobre o programa, mas possuo BSE”. (EP)*

*“Não tenho conhecimento especificamente do decreto. Mas ao longo da minha graduação na UFSM tive acesso à moradia estudantil e, durante o mestrado também pude usufruir de diversos benefícios de assistência estudantil que a UFSM propicia”. (EP)*

Podemos inferir, a partir dos resultados dessa pergunta, que a grande maioria dos pesquisados entende que as ações de AE da UFSM se dão de forma isolada e não como parte de uma política pública. Esse fato tende a dificultar a consolidação do PNAES como uma política de Estado, e não apenas uma política de Governo, uma vez que ainda é regulamentada por Decreto, podendo a qualquer momento ser revogado.

É oportuno pontuar que, mesmo a PRAE sendo a instância institucional responsável pela execução das ações de AE, conforme prevê a Resolução que a institui e o próprio PDI da UFSM, a universidade não tem um documento legal que constitua sua Política de Assistência Estudantil. Esse fato pode contribuir para o desconhecimento do estudante em relação ao PNAES e para sua percepção das ações isoladas da PRAE, já que a mesma desenvolve suas atividades através de um programa de benefício (BSE) e auxílios (Alimentação, Material Pedagógico, etc.). A consolidação de uma Política de Assistência Estudantil da UFSM, que contasse com a participação efetiva de toda comunidade universitária, mais especificamente dos discentes, legitimaria a AE e fortaleceria o PNAES, enquanto uma política pública.

Apenas 32% da amostra relata conhecer o PNAES. Desses estudantes é notório aqueles que o conhecem a partir da participação no movimento estudantil.



*“Sim, conheci ele a partir do meu curso e do movimento estudantil, que ele é dividido em nove eixos, e que é importantíssimo para nossa permanência na universidade”. (EP)*

*“Sim! Eu participo do Movimento Nacional de Casas de Estudantes e por isso acompanho como são gastos os recursos do PNAES na UFSM, bem como luto para que este programa de governo se torne um programa de Estado. Nossos estudos no MCE indicam que seria necessário 2,5 bilhões de reais para o PNAES”. (EP)*

De acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais que versam sobre a educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da construção da cidadania. Para Garrido (2012), no decorrer da história da educação superior no Brasil, o movimento estudantil (ME) esteve atrelado não somente às lutas por conquistas nas questões educacionais, como também ao destino político, social e econômico do país. Na ação concreta, esses movimentos manifestam-se com diferentes estratégias que variam da denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Em relação à educação, mais especificamente a educação superior, o ME sempre teve a capacidade de ser um ator social importante, tanto nas lutas representativas da UNE<sup>12</sup>, como também, mais recentemente, com outras organizações estudantis tais como: o movimento dos estudantes moradores das residências estudantis, organizados através da Secretaria Nacional de Casas de Estudante (SENCE) e aqueles que se denominam estudantes de origem popular.

De acordo com Gohn citando Touraine,

Movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazereres propositivos” (TOURAINÉ apud GOHN, 2011, p. 336).

Ainda segundo a autora, os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes, sendo importante a busca das redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e sua reflexão na conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem.

Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas [...]

---

<sup>12</sup> Em conjunto com demais movimentos sociais e partidos de oposição à Ditadura, teve papel fundamental na luta da sociedade pelo processo de redemocratização do país.

ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo (GOHN, 2011, p. 336).

Na UFSM, o ME é protagonista na busca de melhores condições de permanência dos estudantes, estando sempre presentes nas mobilizações e debates em torno da educação. O ME da instituição é atuante desde início da universidade, nas lutas e conquistas de redemocratização do Brasil, assim como, no atual momento histórico, servindo de palco para reivindicações, tanto de maior acesso, como de melhores condições de permanência na UFSM.

De acordo com Petró (2011), o movimento estudantil de Santa Maria participou ativamente da ampliação de vagas nas CEU (s), desde a ocupação dos escombros do Bloco 15, no início da década de 80, opondo-se à criação da União Universitária<sup>13</sup>.

O presidente da Casa do Estudante Campus, Aldo Assunção, alegava que “sempre recebemos a mesma informação do reitor: os documentos estão no gabinete do presidente, ou então, que iriam a Brasília verificar a possibilidade financeira de concluir os prédios”. Criticou também a União Universitária, que foi, segundo ele, rapidamente construída e representava um contraste dentro da Universidade: de um lado, a casa do estudante inacabada, sem pintura e sem infraestrutura e de outro a União Universitária, com restaurantes de luxo, sala de jogos, televisão e leitura (PETRÓ, 2011, p. 62).

Foi também a partir das lutas do ME que, no final da década de 80, houve a ocupação da União Universitária e sua transformação em alojamento provisório para os estudantes que aguardam a aprovação do BSE. Assim como, a ocupação da Reitoria, em 2011, tendo como pautas principais a questão da AE e a garantia de uma expansão com qualidade, uma vez que eram precárias as condições de infraestrutura e docentes para os cursos do REUNI, especialmente das áreas da saúde. O ME da UFSM volta a se manifestar, em 2016, ocupando por mais de 15 dias os prédios da UFSM, por serem contrários à PEC 55/2016 que fixou teto de gastos públicos e congelou investimentos em Saúde e Educação por até 20 anos.

Na atual conjuntura sociopolítica, em que pese o congelamento dos gastos públicos aprovado em 2016, com a PEC do Teto de Gastos, bem como, os ataques constantes do atual governo, a educação superior pública, com contingenciamento de recursos para as IFES e o corte abrupto de bolsas de pesquisa, o ME, mais uma vez, torna-se protagonista da luta em defesa da educação ao conclamar seus membros a sair às ruas e mostrar seu descontentamento. Fato que no momento em que escrevo essa dissertação vem acontecendo massivamente no país

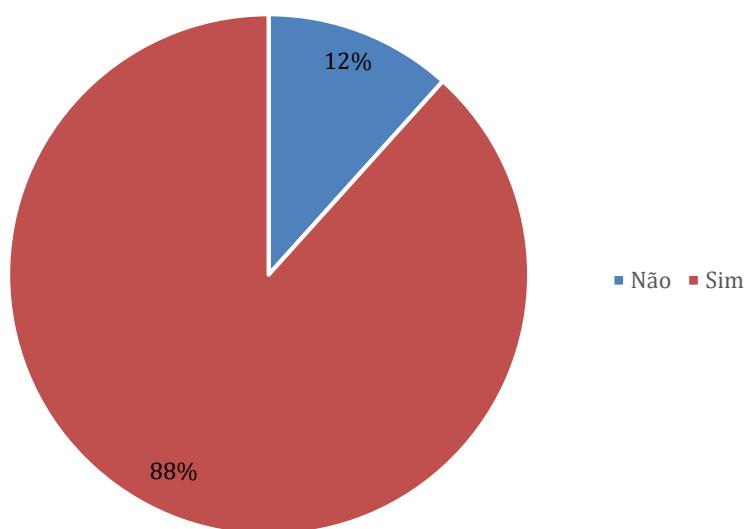
---

<sup>13</sup> Pensada inicialmente como um espaço de convivência de toda comunidade universitária, em 1989, foi ocupada pelo ME para alojamento provisório

com as manifestações de maio e junho de 2019, em favor da educação e contra a reforma da previdência social.

Quando questionados se as ações de assistência estudantil da UFSM afetam a sua permanência na instituição, 88% dos estudantes declararam que sim, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Assistência Estudantil afeta sua permanência?



Fonte: própria autora (2019).

Essa questão solicitou que o estudante justificasse sua resposta sendo que encontramos sujeitos que apontam a possibilidade de ter garantido a moradia estudantil e o acesso gratuito ao RU como determinantes para sua permanência no curso.

*“Com toda a certeza! Universidade Federal inclui pessoas que não têm condições de pagar por uma particular, que se esforçam mesmo sem o papai pagando cursinho pré-Enem e conseguem uma vaga que pode levar ao sucesso profissional. Sem a assistência, a chance de boa parte dos estudantes da CEU continuarem na ufsm é quase nula”. (EP)*

*“Com certeza. Sem a utilização do auxílio transporte ou do restaurante universitário ficaria difícil continuar na instituição. Ficaria sem refeições em alguns dias da semana e talvez trancaria algumas materias para tentar reduzir o custo com o transporte, o que atrasaria a minha conclusão de curso”. (EP)*

*“[...] se não fosse por ela, certamente eu não teria condições financeiras para continuar residindo em SM e concluir os estudos”. (EP)*

Vale ressaltar, nas respostas dos estudantes, que as questões de sobrevivência material (alimentação, moradia e bolsas) se sobressaem a outras ações importantes para permanência. Segundo Fontes (2003), a prioridade da assistência se concentra nos programas de moradia estudantil e Restaurantes Universitários advém do fato que maioria dos gestores das universidades acredita serem estas ações responsáveis pelo atendimento da parcela mais vulnerável de sua população. Tais questões fazem parte das lutas históricas do ME para consolidação da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Parece que, para maioria dos estudantes pesquisados, o desejo de ter um diploma ou de se desenvolver intelectualmente, só poderia ocorrer quando as necessidades básicas (alimentação, abrigo, segurança) estivessem satisfeitas. Dessa forma, teriam a possibilidade de se envolver e estabelecer relações com professores e colegas, participar das atividades em sala de aula, dedicar tempo suficiente para promover o seu desenvolvimento pessoal.

Podemos pensar que, caso estas ações, de moradia e de alimentação, não fossem assumidas com a devida importância nas IFES, muitos estudantes estariam impossibilitados de concluir o ensino superior, fato evidenciado nas respostas.

*“Claro! São necessárias à minha sobrevivência. Uma das razões de eu não abandonar o curso é porque não teria para onde ir, onde morar, o que comer...”. (EP)*

*“Sim pois, tenho o que preciso para me manter estudando”. (EP)*

*“Sim, pois minha moradia é na CEU, sem ela não teria a mínima condição de estar estudando, sem a alimentação também não poderia permanecer aqui, além da bolsa FAPERGS que é minha única renda”. (EP)*

*“Com certeza. Fazem com que pessoas que nunca poderiam estudar aqui, estudem”. (EP)*

*“Sim. Porque esse auxílio também agrega na situação do cotidiano do estudante e favorece para estimular e concluir os estudos”. (EP)*

*“Sou de família de baixa renda. Então dependo de auxílios como moradia, material pedagógico, alimentação e transporte para permanecer na graduação”. (EP)*

Interessante notar, nessa questão, que ainda encontramos 12% da amostra que não se sentem afetados pela assistência estudantil da instituição, mesmo fazendo uso da mesma.

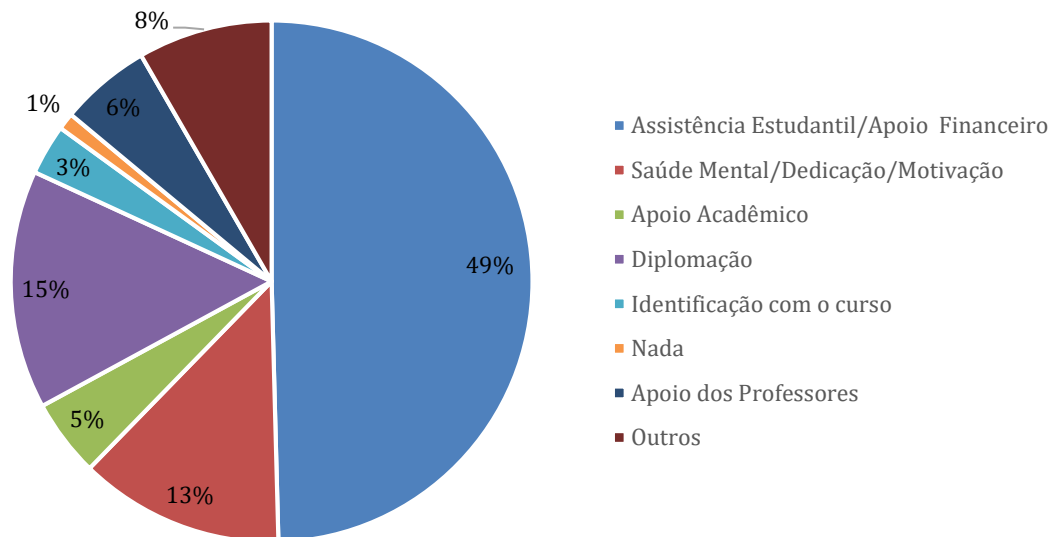
*“Não, pois muitas vezes os alunos que recebem assistência são vistos como inferiores pelos docentes e não são encorajados a continuar”. (EP)*

*“Não, pois mesmo se não tivesse daria um jeito de continuar”. (EP)*

*“NÃO, A UFSM SÓ AFASTA O ALUNO, É UMA UNIVERSIDADE QUE FUNCIONA PARA DOCENTES, FUNCIONÁRIOS EM GERAL, FAMÍLIAS AOS DOMINGOS, MAS NÃO FUNCIONA PARA AS (OS) ESTUDANTES. A UFSM É OBRIGADA A DAR A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E É POR ISSO QUE FUNCIONA. NÃO É UMA UNIVERSIDADE QUE REALMENTE SE IMPORTA COM A GENTE, A UFSM NAO RESPEITA AS (OS) ALUNAS (OS)”. (EP)*

Nessa mesma perspectiva, ao serem questionados sobre o que é importante para sua permanência na instituição, os estudantes apontam a assistência estudantil e o apoio financeiro que recebem como determinantes da sua permanência, além de outros aspectos ilustrados no gráfico a seguir:

Gráfico 9 – O que é importante para sua permanência na UFSM?



Fonte: própria autora (2019).

Cabe destacar, nas respostas, que 49% dos estudantes pesquisados consideram a AE e as políticas públicas de permanência fundamentais para sua permanência e obtenção de um diploma na UFSM.

*“A assistência estudantil como um todo: casa do estudante, RU, bibliotecas com grande acervo, entre outros”. (EP)*

*“Políticas sociais que permitam a permanência no curso. Como moradia estudantil, profissionais responsáveis, queridos, comprometidos com o bem estar dos demais”. (EP)*

*“Acredito que uma série de coisas, apoio de colegas e amigos, familiares, mas c toda a certeza apoio financeiro e políticas públicas vindas da própria universidade, como assistência estudantil, refeições, bolsas formações e ajuda nas passagens”. (EP)*

*“A assistência estudantil, as relações com colegas, professores e amizades construídas na instituição. A qualidade de ensino. Oportunidades de emprego na minha área, especialmente oportunidades de bolsa durante a graduação”.* (EP)

Mesmo sendo considerável o número de estudantes que apontam a AE como importante para sua permanência, ainda assim observam-se, nas respostas das estudantes, questões que vão além do apoio da instituição. Entre elas, destacam-se o apoio da família e questões relativas a sua saúde mental, como relatos a seguir:

*“Possuo BSE, algo extremamente importante. Também, a um ano atrás estava tendo problemas (não relacionados a Universidade) e pensei em trancar o curso, já que não conseguia ir as aulas e me sentia mal, busquei atendimento psicológico no anima e hoje voltei a ficar bem. Então considero que na questão de permanência os benéficos da assistência estudantil e a possibilidade de assistência psicológica são muito importantes, no entendo esses serviços não são muito divulgados”.* (EP)

*“Assistência estudantil... saúde mental, que muitas vezes perdemos com a grande pressão que temos, principalmente no final do curso. Pois além de ter a pressão de arrumar um emprego, tem o TCC (que muitas vezes não nos levam a nada) e relatórios de estágio”.* (EP)

*“Preocupação e acompanhamento com a saúde mental dos alunos, já que é muito puxado e requer muito esforço. Muitos trabalhos e provas e a falta de interesse dos professores de como os alunos se sentem e como tratar disso é algo que deve-se levar em consideração”.* (EP)

São cada vez mais frequentes na literatura estudos e pesquisas que apontam o sofrimento psíquico do estudante universitário (BRANDTNER; BARDAGI, 2009; FERREIRA et al., 2009; PADOVANI et al., 2014; REZENDE et al., 2008; SOUSA; JOSÉ; BARBOSA, 2013). De acordo com Garcia e Nebel (2018), as taxas de doenças mentais como depressão, ansiedade, crise de pânico, distúrbios do sono, além do risco de suicídio, são muito maiores entre estudantes matriculados em cursos de graduação e, principalmente, de pós-graduação, do que no restante da população.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, realizada pelo FONAPRACE, revela:

[...] 32,4% da população-alvo estiveram ou está em atendimento psicológico (uma diferença de 1,9 p.p em relação a 2014): 13,7% procuraram atendimento psicológico há mais de um ano, 9,0% disseram procurar atendimento no último ano, e 9,7% declararam estar fazendo acompanhamento psicológico [...] O percentual de estudantes que disseram conhecer alguma dificuldade emocional é de 83,5%. Ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes. Ideia de morte afeta 10,8% da população-alvo e pensamento suicida 8,5% (FONAPRACE, 2019, p.80).

A partir da minha experiência no SATIE, em relação ao atendimento psicossocial do estudante com BSE na UFSM, pude acompanhar o aumento do número de estudantes que chegam para atendimento relatando problemas relacionados a sua saúde mental. A vivência no meio universitário contribui para maximizar esses problemas. O jovem universitário precisa enfrentar os desafios emocionais inerentes à transição da adolescência para a vida adulta, ao mesmo tempo em que têm de se adaptar às demandas da universidade. Não obstante, o estudante universitário mais velho, que vem conseguindo acessar as IFES, também precisa se adaptar às exigências desse nível de ensino superior, além de enfrentar o retorno aos bancos escolares e a sobrecarga de conciliar muitas vezes o trabalho, estudo e vida doméstica. Segundo dados recentes da pesquisa do FONAPRACE, 1/3 dos estudantes trabalhadores são afetados (as) pela carga horária excessiva no trabalho, forte indicador de que o trabalho é um evento que interfere em suas vidas e no contexto acadêmico.

Outra questão trazida pelos estudantes em relação a sua permanência na UFSM diz respeito à necessidade de um maior apoio pedagógico e uma maior e melhor aproximação entre estudantes, professores e TAE (s), conforme respostas a seguir.

*“Apoio psicológico, pedagógico (para estabilizar os problemas advindos da escola pública, devido a deficiência em exatas) ”. (EP)*

*“Bons professores que incentivam a continuar e que repassam seus conhecimentos com empenho”. (EP)*

*“Incentivo às atividades extracurriculares e encorajamento/acompanhamento de perto dos professores. (EP)*

*“Comprometimento dos professores, didática igualitária e de fácil acesso, professores assíduos, metodologia diversificada, utilização dos recursos disponíveis, disponibilização e divulgação dos recursos acadêmicos, integração entre os alunos”. (EP)*

*“Que a instituição faça formações com seus professores, para que estes entendam que não são donos da verdade. Que se não fossem os alunos eles não estariam ali, que eles não podem continuar nessa relação de poder que eles acham que tem e perpetuando racismo dentro da instituição”. (EP)*

Esses dados corroboram com as pesquisas sobre aspectos que influenciam na permanência do estudante. De acordo com Tibola (2010), é importante destacar o papel desempenhado pelas coordenações de curso e pelos professores que perpassa as atividades de ensino. Essas devem se estender também para a supervisão e para o acompanhamento das atividades extraclasse, como estratégias para fortalecer a permanência do estudante, ao

sentirem-se acolhidos e satisfeitos com essas relações. De acordo com Tontini e Walter (2014), a participação e o envolvimento do acadêmico com os professores, funcionários e com outros estudantes são importantes para sua permanência, principalmente no primeiro ano de graduação.

Da mesma forma, podemos inferir que o fato de conseguir concluir um curso superior, especialmente em uma instituição federal, reconhecida como a UFSM, além da motivação e da possibilidade de uma ascensão social faz com que o estudante permaneça no curso, conforme as respostas a seguir:

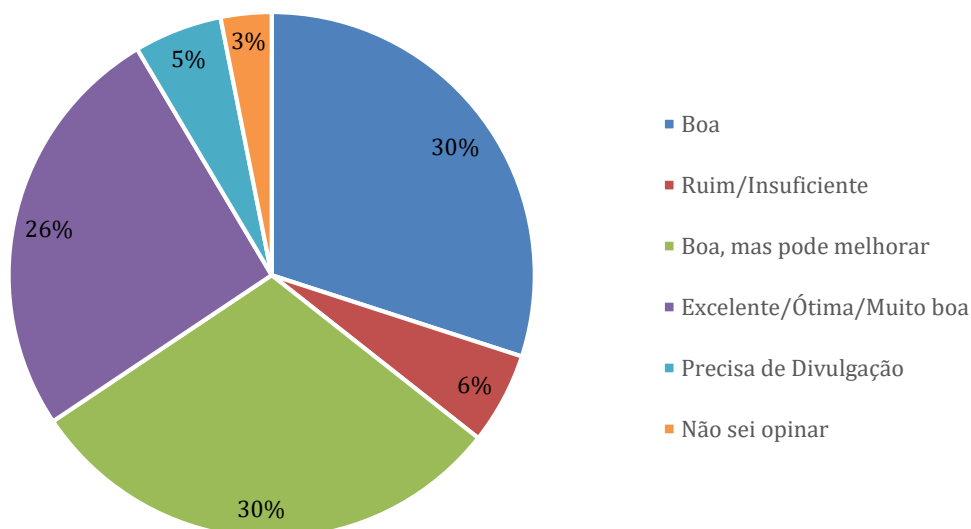
*“Apoio das pessoas com quem convivo, e o objetivo maior de se formar e me tornar um profissional capacitado”. (EP)*

*“Querer conquistar meu tão sonhado diploma de curso superior. E ter uma profissão”. (EP)*

*“Primeiro que passei no curso que eu sempre quis fazer, por isso apesar das decepções nunca pensei em largar. Segundo a assistência estudantil, jamais poderia me manter financeiramente sem casa do estudante. Terceiro o apoio emocional e financeiro que recebo dos meus pais. Quarto o fato de eu ter aproveitado e conhecido tudo que a universidade oferece, participei de projetos de extensão, bolsas de pesquisa... Fui do movimento estudantil onde pude conhecer como a universidade funciona de fato... (falo no passado pois estou prestes a me formar)”. (EP)*

Quanto à avaliação que os estudantes fazem sobre as ações de AE da UFSM, o gráfico a seguir ilustra os resultados.

Gráfico 10 – Opinião sobre a assistência estudantil da UFSM





Interessante destacar que 56% dos respondentes consideram a AE da UFSM entre excelente, ótima, muito boa e boa. Seguem algumas opiniões relatadas:

*“A assistência estudantil é essência para viabilizar a permanência de estudantes com vulnerabilidades sociais. Trata-se de uma forma de promover a equidade do ensino. As lutas pela educação em seus diversos níveis tornam-se a cada dia mais essencial, tendo em vista o cenário político que estamos vivenciando/vivenciaremos em breve”. (EP)*

*“Pela minha experiência pessoal, a assistência estudantil na UFSM tem melhorado muito a qualidade da oferta de serviços nos últimos anos”. (EP)*

*“É muito boa! Em relação a CEU quem não colabora com a UFSM são alguns moradores que não contribuem com bons hábitos, por exemplo, não cuidam do patrimônio (riscam as pares, estragam móveis e no caso dos banheiros compartilhados é terrível a forma como alguns cuidam do que é para nós mesmos)”. (EP)*

*“Boa. Auxílio e vem auxiliando muitos alunos a obter uma formação. Conversei com antigos moradores da CEU dos anos 80, que hoje quase se aposentando me relataram as dificuldades da época e agradem a ajuda da assistência estudantil que possibilitou a formação e a profissão”. (EP)*

No que pese à boa avaliação em relação às ações de AE na instituição, encontram-se ainda 35% dos estudantes que a consideram boa, mas apontam falhas importantes em relação a sua abrangência, a falta de profissionais e de ações para atender as demandas de saúde mental dos estudantes, assim como, questões relativas à gestão das moradias estudantis e a necessidade de maior divulgação das ações de AE da instituição.

*“É boa para quem não possui problemas. quem tem problemas psicológicos não recebe assistência necessária. em menos de um ano aqui já vivenciei muitos casos de depressão, crises de ansiedade, entre outros problemas graves e que não possuem o acompanhamento necessário. alguns desistem no meio do caminho e isso é triste”. (EP)*

*“A UFSM é referência em assistência estudantil para o restante do país, sem RU gratuito e a casa do estudante eu por exemplo não teria me mantido aqui. Mas ainda tem muito o que avançar, creio que uma das principais demandas hoje seja referente a uma expansão do atendimento psicossocial da universidade, cada vez mais estudantes sofrem com sua saúde mental (principalmente os de baixa renda) e é dever da universidade dar assistência esses alunos”. (EP)*

*“Minha permanência na UFSM só foi e é possível pelas assistências estudantis que são garantidas a mim, então, para mim, a assistência estudantil dada pela UFSM é ótima. Óbvio que muito ainda pode e precisa ser melhorado, principalmente, no que tange às vagas de moradia estudantil. Ainda assim, a UFSM é uma universidade que se preocupa com a entrada e permanência dos estudantes”. (EP)*

*“Acho que ela é uma das melhores do país, mas ainda é necessário pensar em estratégias que cuidem e ofereçam lazer aos alunos, já que grande parte destes não tem tempo para atividades que não são relacionadas a universidade”. (EP)*

*“Em comparação a outras realidades estaduais, ou até nacionais, temos uma assistência muito boa. Temos muitos moradores, e uma organização estudantil ativa que busca melhorar nossas condições diárias. Isso, no entanto, não pode ser um parâmetro para que se deixe de investir na instituição e seus estudantes, principalmente quem mais precisa. Se hoje as mulheres, indígenas e demais grupos tem acesso a morar aqui é porque tivemos uma árdua luta desses grupos pelo que constitucionalmente nos é garantido. Um dos elementos dos quais não podemos deixar de mencionar nossa indignação é a de que estudantes do estado não puderam utilizar a união universitária, espaço que a anos vem atendendo a demanda da moradia antes do início das aulas. Isso gerou muito tumulto aos estudantes, assim como propriamente aos trabalhadores. Estudantes desistiram de se instalarem e iniciarem seu curso devido a incerteza de garantir um espaço para morar. Dessa forma a UFSM não parece estar disposta a receber quem realmente quer estudar, mas sim quem tem condições (econômicas) de se manter”. (EP)*

*“Da parte da PRAE mais ou menos (em algumas coisas são ótimos em outras, falta esclarecimento e desburocratizar), e por parte dos diretórios acadêmicos uma bagunça que discrimina quem tem ideologias diferentes (são fanáticos por certas ideologias e partidos políticos e não aceitam quem pensa diferente) falta respeito e democracia”. (EP)*

*“Existe uma boa base de funcionamento e estrutura já em atuação, porém, existe uma relativa deficiência na organização e divulgação de alguns recursos”. (EP)*

Aparece, no relato dos estudantes, a falta de transparência sobre a gestão dos recursos e de diálogo da UFSM/PRAE com os estudantes assistidos, bem como, das Diretorias das CEU (s) com os moradores das casas. Esse fato contrasta com o que é preconizado no PDI da UFSM, especialmente no que se refere aos princípios da AE, entre eles, o pluralismo de ideias, o reconhecimento da liberdade e a transparência na distribuição dos recursos (PDI 2016-2026, p. 171).

Muitos estudantes apontam como entrave a AE da UFSM, um sistema ainda muito burocratizado. Segundo Tavares (2001), nas organizações burocráticas, predomina a rigidez, a lentidão nas respostas, a falta de abertura, de confiança, de partilha nos processos e nas estratégias de decisão e nos resultados, características estas que apareceram nas respostas e que muitas vezes constato no meu fazer na UFSM. Essas organizações contrastam com organizações reflexivas, flexíveis, resilientes, onde as pessoas são livres, responsáveis e funcionam em uma relação de confiança, de empatia e de solidariedade.

Também encontramos na população investigada 6% dos estudantes que consideram a AE insuficiente, sendo essa apontada como complicada e confusa. Esses estudantes, assim como aqueles que consideram a AE boa, mas que precisa melhorar, trazem como principais

justificativas a má gestão das ações e a falta de participação dos estudantes na tomada das decisões em relação a AE. Os relatos a seguir ilustram essa discussão.

*“Fraca, embora seja referência. O RU tem mta potencia. O SATIE tem mta potencia. O problema da UFSM tem sido má gestão”. (EP)*

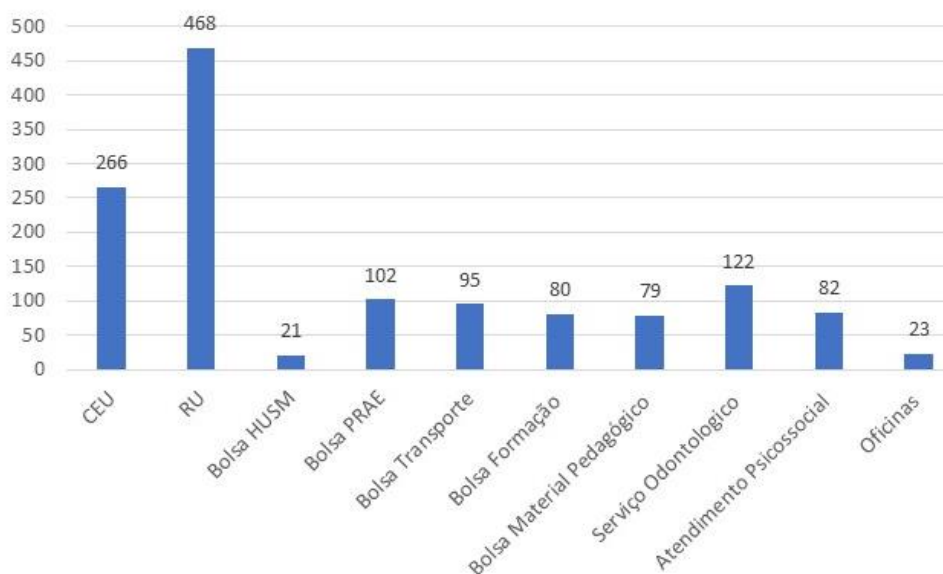
*“É de baixa qualidade, não há especialistas na área ou alguém que realmente esteja preocupado com os alunos, somente encontramos alguém que assumiu o posto. A assistência psicossocial é uma vergonha visto que são pouquíssimos profissionais para a quantidade de alunos”. (EP)*

*“Antes de vir para cá eu achei que seria muito melhor do que eu acho agora. Hoje sinto que a maioria das decisões que envolvem os alunos, não são tomadas por eles e muitas vezes nem mesmo levadas em consideração, como o RU e a CEU. Parece mais que tem Assistência por obrigação e não porque de fato a UFSM se importa com quem não tem tantas condições assim. Sou grata pela ajuda que tenho para minha permanência aqui dentro, mas muita coisa poderia ser melhorada, como as condições de infraestrutura da Casa do Estudante, especialmente nos banheiros coletivos, por exemplo”. (EP)*

No que tange a participação dos estudantes nas decisões referentes a AE, é importante destacar que a UFSM cumpre com o que preceitua o Art. 56 da LDB que obriga as IFES a obedecer ao princípio da gestão democrática, assegurando a existência de órgãos colegiados deliberativos, onde participem segmentos da comunidade institucional, local e regional. Os estudantes têm assento nesses conselhos através dos representantes do ME, no entanto, parece, pelo relato dos pesquisados, que essa representação não vem sendo efetiva, bem como, a própria UFSM vem falhando no diálogo com os estudantes com BSE.

Os estudantes que responderam ao questionário fazem uso das seguintes ações de assistência estudantil disponibilizadas pela PRAE.

Gráfico 11 – Quais ações de AE da UFSM você utiliza? (Múltipla escolha)

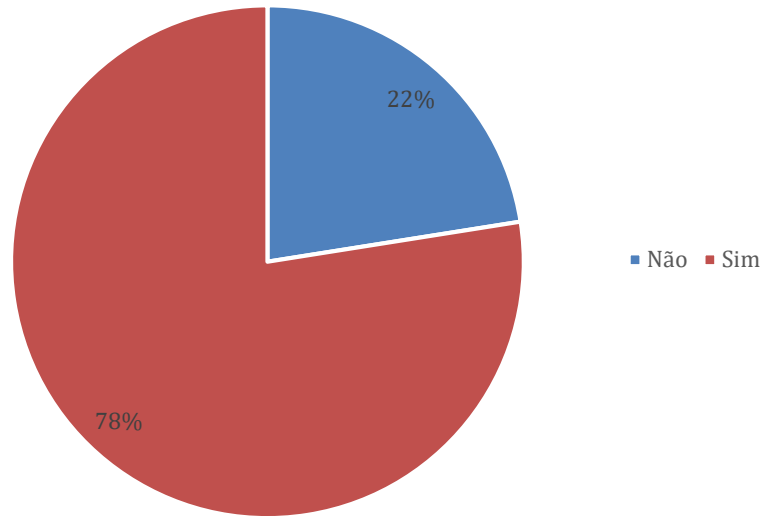


Fonte: própria autora (2019).

Importante pontuar nesses resultados que as ações de AE voltadas para sobrevivência material (comida e moradia estudantil) se constituem como as principais ações utilizadas pelos estudantes, fato que já foi observado em outras respostas do questionário e constitui importante dispositivo para permanência dos alunos atendidos pela PRAE.

Da mesma forma, devemos pensar as ações de AE para além das ações voltadas para sobrevivência material, assim constitui-se o Setor de Atenção Integral ao Estudante SATIE/PRAE, espaço, na PRAE, que tem o objetivo de garantir a permanência e a conclusão do curso ao estudante em uma perspectiva de prevenção e promoção da qualidade de vida e bem-estar. Nesse sentido, foi solicitado no questionário que o estudante respondesse se conhecia o SATIE/PRAE e se já havia utilizado seu serviços. Os resultados das perguntas encontram-se nos gráficos a seguir:

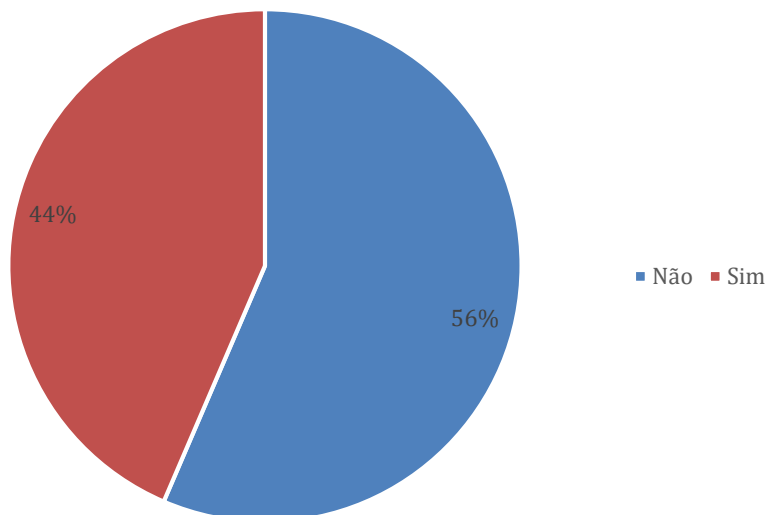
Gráfico 12 – Conhece o Setor de Atenção Integral ao Estudante SATIE/PRAE?



Fonte: própria autora (2019).

Destaca-se que 78% dos estudantes responderam que conhecem o setor e 22% disseram que não conhecem o SATIE/PRAE.

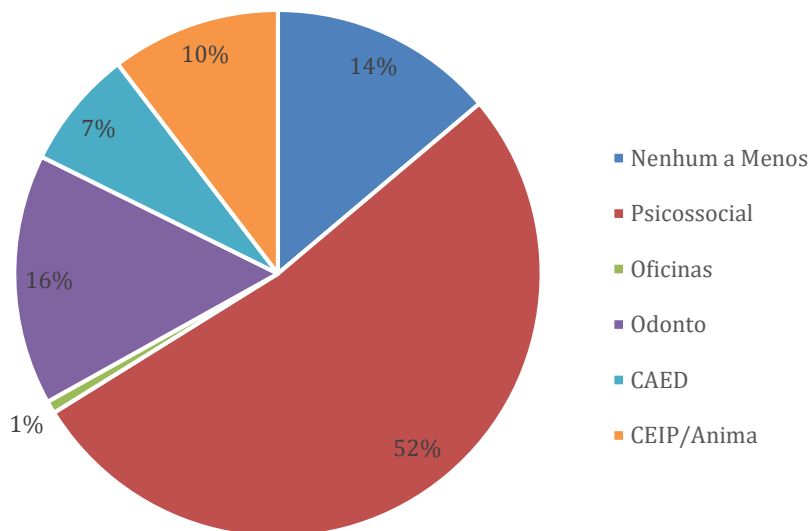
Gráfico 13 – Já utilizou e/ou utiliza algum dos serviços do SATIE?



Fonte: própria autora (2019).

Nesse quesito, 56% dos pesquisados referem não fazer uso dos serviços do SATIE. Dos estudantes que dizem utilizar o SATIE, 52% utilizam para acompanhamento Psicossocial, seguido dos serviços de Odontologia e Nenhum a Menos, 16% e 14% respectivamente, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 14 – Qual serviço do SATIE já utilizou e/ou utiliza?

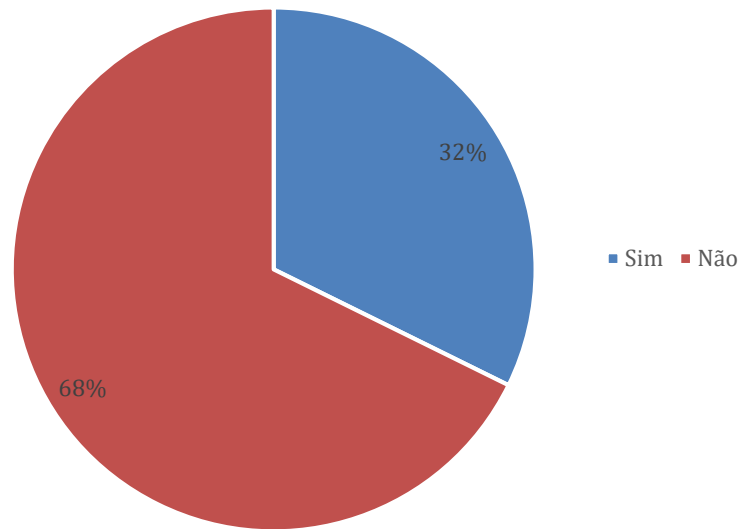


Fonte: própria autora (2019).

Cabe destacar nos resultados dessa pergunta que, embora o CAED, o Anima e a CEIP não façam parte dos serviços oferecidos pelo SATIE/PRAE, os estudantes referiram de forma significativa (17%) esses serviços. Assim, podemos inferir que embora a UFSM apresente ações de atendimento ao estudante em diversos setores da instituição o estudante não as distingue de forma isolada, o que para o estudante é benéfico. No entanto, tal forma de organização dos serviços apresenta uma rede de projetos espalhados pela universidade, o que muitas vezes, a partir da minha experiência, produz ações isoladas de cada serviço, sem a mínima comunicação entre eles. Essa prática dentro da instituição acaba por gerar duplicação de ações e serviços em diferentes setores e dificulta a criação de espaços amplos de trocas de informações, experiências e formação de redes sobre as ações afirmativas na UFSM.

Também foi questionado se os estudantes viam empecilhos em acessar o SATIE.

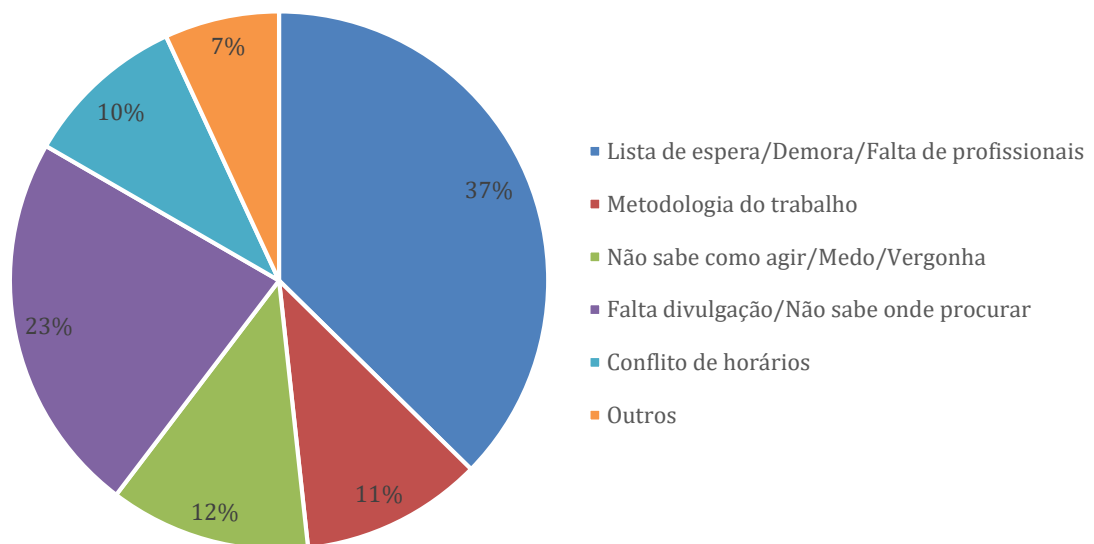
Gráfico 15 – Vê empecilhos em procurar os serviços do SATIE/PRAE?



Fonte: própria autora (2019).

Dos estudantes pesquisados 68% responderam que não veem empecilhos para acessar o SATIE, no entanto 32% responderam que sim. Ao serem questionados quais seriam esses empecilhos, estes referem-se as seguintes questões:

Gráfico 16 – Quais empecilhos?



Fonte: própria autora (2019).

Destaco, nas respostas, a fila de espera e a falta de profissionais (37%).

*“O empecilho é a quantidade de gente que procura os serviços e a escassez de profissionais. Tá todo mundo mal na UFSM, e a universidade precisa contratar mais psicólogas. Precisa”. (EP)*

*“A fila do atendimento psicossocial é enorme, muitos alunos ficam um semestre na fila e já os vi desistir do semestre nesse tempo de espera”. (EP)*

*“A grande procura e os poucos profissionais pra dar conta da demanda”. (EP)*

*“Demora muiiito pois há poucos profissionais pra suprir a demanda, considerando que a vida acadêmica têm deixado muitos alunos com problemas psicológicos”. (EP)*

Importante considerar que, mesmo com o aumento do número de profissionais para dar conta das ações de AE da UFSM voltadas para prevenção e promoção de saúde, ainda assim, esse número de profissionais não acompanha o aumento da demanda dos estudantes para tais questões. Esse fato corrobora os achados da pesquisa na medida em que os estudantes apontam como importante para sua permanência ações de saúde mental.

Também aparece como a segunda maior dificuldade para acessar o setor a falta de divulgação e a dificuldade de saber onde procurar o serviço (23%).

*“Não seria bem um empecilho, mas a falta de informação, pois muitas pessoas não sabem do suporte que tem aqui na UFSM”. (EP)*

*“Falta de conhecimento sobre eles”. (EP)*

*“Não sei onde procurar, ou onde é divulgado”. (EP)*

Tal resultado aponta para necessidade da democratização das informações dentro da instituição e uma melhor forma da PRAE de se comunicar com os estudantes com BSE. Entende-se que a UFSM é uma instituição plural, onde existe muitas ações acontecendo, sendo muitas vezes difícil de saber de todos acontecimentos, no entanto, acredita-se que é preciso encontrar estratégias eficazes para fazer com que as informações sobre as ações de AE cheguem a quem realmente precisa e com isso cumpram seu real objetivo. Cabe à instituição, no caso ao SATIE/PRAE, refletir sobre a maneira como divulga as informações, sobre as ações que vem desenvolvendo e como essas atingem os estudantes com BSE.

Ainda é importante citar, como política pública instituída para oportunizar melhores condições de permanência na UFSM, o Programa de Bolsa Permanência (Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013) que tem como objetivo conceder auxílio financeiro para estudantes matriculados em IFES, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes



indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

O valor da bolsa estabelecido pelo Ministério da Educação é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições amparadas pela Constituição Federal (MEC, 2018).

A Portaria definiu critérios para concessão da bolsa:

Art. 5º Poderá receber a Bolsa Permanência o estudante que cumprir, cumulativamente, as seguintes condições: I - possuir renda familiar per capita não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo; II - estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a 5 (cinco) horas diárias; III - não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; IV - ter assinado o Termo de Compromisso conforme Anexo II; e V - ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa (Extrato da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013).

A seleção dos bolsistas do PBP, conforme os critérios estabelecidos pelo MEC, é realizada pelas IFES (s) que assinaram o Termo de Adesão ao Programa, cabendo ao Pró-Reitor ou equivalente responsável pelo Programa, no âmbito da instituição, informar o desempenho acadêmico do bolsista. Considerando o crescimento do número de beneficiários selecionados pelas IFES para o Programa de Bolsa Permanência – PBP de 4.736 estudantes em 2013 para 13.931 em 2016, o governo federal emitiu, em maio de 2016, um Ofício Circular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC suspendendo a entrada de novos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sendo mantido para os estudantes quilombolas e indígenas, embora não conseguindo contemplar a totalidade dessa população presente nas IFES.

De acordo com o levantamento da ANDIFES, o número de estudantes indígenas que vive em aldeias duplicou entre 2014 e 2018, passando a representar 0,4% dos estudantes das universidades federais, totalizando 4.672. Os indígenas não aldeados são 6.064, o equivalente a 0,5% dos estudantes. Os estudantes negros quilombolas passaram de 0,5% dos estudantes nas universidades federais em 2014 para 0,9% em 2018, chegando a um total de 10.747 estudantes<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-06/mec-vai-abrir-4-mil-novas-inscricoes-para-bolsa-permanencia-ate-dia-29>.

Na UFSM este Programa está sob responsabilidade da PRAE, sendo que o Assistente do Pró-reitor é o responsável por repassar as informações ao MEC.

Nas respostas ao questionário, os estudantes trazem a importância dessa bolsa e a falta que faz ao não ser concedida a estudantes com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salários mínimos.

*“Acredito que seja boa, mas não suficiente. No meu caso só queria, além do que tenho, a bolsa permanência, vital para conclusão do curso. Acredito, que a bolsa permanência deveria ser distribuídas para pessoas em vulnerabilidade social e não como é hoje, pela carga horária do curso”*. (EP)

*“É muito boa em alguns aspectos, porém em outros é bem ruim (tipo a bolsa permanência que se aplica só para alguns cursos e a bolsa material pedagógico que não aceita vários materiais) ”*. (EP)

*“Tem que melhorar. Cortaram coisas fundamentais como bolsa permanência [...] A prioridade das bolsas deveria ser pra quem tem BSE”*. (EP)

*“Tem boa assistência por ter uma casa do estudante grande e com bastante vagas, mas ainda não supre toda a demanda como acolher os estudantes que são de santa maria ou região e não tem direito a morar na casa, além de que poderia ser muito melhor com outros atendimentos para estudantes com BSE como a bolsa permanência que não existe para meu curso então preciso trabalhar 20 horas em uma bolsa trabalho”*. (EP)

Buscando refletir sobre as políticas de permanência nas IFES, a partir da literatura pesquisada e das respostas ao questionário, pode-se considerar que de modo geral a AE na UFSM, ainda apresenta um viés assistencialista. Os programas e serviços estão direcionados às necessidades decorrentes da ausência de recursos mínimos para a sobrevivência biológica, desenvolvendo uma prática pontual e circunstancial. Embora a importância da assistência material já tenha sido amplamente apontada nesse estudo, percebe-se que a AE ainda é pouco destinada à proteção destes estudantes contra os riscos sociais e psicopedagógicos importantes também para sua permanência e formação.

Assim, as demandas estudantis acabam sendo atendidas, como verificado no estudo, sem que muitas vezes sejam levadas em consideração questões mais subjetivas e possíveis alternativas de superação sejam questionadas. Isso acaba contribuindo pouco para alterar o perfil das desigualdades dentro do espaço acadêmico. Nesse sentido, Assis (2013) pontua que as ações de assistência estudantil não podem limitar-se ao combate à pobreza, por meio de programas que busquem apenas fornecer condições de subsistência, sem atentar para outras formas de vulnerabilidade social.

## 5 O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL E NA UFSM

O contexto universitário apresenta um grau de diversificação que pode ser verificado em seu interior quanto aos objetivos, às atividades e às pessoas que a compõem, sejam docentes, técnicos e estudantes. De acordo com Chauí (2001, p. 120), a universidade é uma instituição social que exprime em seu interior a realidade social das divisões, das diferenças e dos conflitos.

O estudante universitário é, sem sombra de dúvida, o ator principal das políticas de assistência estudantil, sem eles não seriam necessárias tais ações e até mesmo a existência dessas instituições. Portanto, essa seção aborda algumas questões pertinentes a esse estudante.

Nos últimos anos, um conjunto considerável de estudos tem evidenciado o impacto das instituições universitárias no desenvolvimento psicossocial e cognitivo do estudante, assim como no seu rendimento acadêmico e no ajustamento à Universidade (ADACHI, 2009; ALMEIDA; FERREIRA, 1999; FERREIRA; ALMEIDA; SCHLEICH; POLYDORO, 2005; SOARES, 2011).

De acordo com Zabalza (2004), atualmente o ES não é mais um privilégio para pessoas provenientes da classe social média alta. Ele passa a ser realidade para camadas cada vez mais amplas da população. Essa ampliação se dá, ainda segundo o autor, no sentido horizontal (jovens de diferentes classes sociais e de diferentes localidades geográficas) e também em sentido vertical (indivíduos de diferentes faixas-etárias).

Polydoro (2000) considera esse período como um rito de passagem, caracterizando-se pelos estágios de: a) separação da comunidade ou condição interior; b) transição para dentro de uma nova comunidade, aprendendo valores, normas, padrões, e descobrindo as expectativas desta para com ele, e as oportunidades oferecidas pela comunidade; c) integração à nova comunidade intelectual e social.

Segundo Schleich, Polydoro e Santos (2006), de forma geral, o ES provoca mudanças nos estudantes, tanto em nível pessoal, cognitivo, profissional, afetivo e social. A literatura tem demonstrado que os anos que os estudantes frequentam a educação superior são acompanhados por um extenso e integrado conjunto de mudanças decorrentes da diversidade de experiências que compõem este processo educacional, sejam atividades acadêmicas como não acadêmicas, obrigatórias ou não obrigatórias. (SCHLEICH; POLYDORO; SANTOS, 2006; SOARES; VASCONCELOS; ALMEIDA et al., 2012).

A partir dos estudos de Soares et al. (2014), podemos perceber que a integração do jovem no ES é um processo progressivo de adaptação, multidimensional e complexo, fortemente dependente de fatores pessoais e contextuais. Nesse sentido, Zago (2006, p. 230)

aponta que não se pode generalizar o termo estudante, uma vez que, os estudantes não são todos estudantes no mesmo grau e os estudos ocupam um lugar variável em suas vidas.

Segundo Carneiro (2010, p. 5),

A vida universitária é permeada por exigências comuns a qualquer estudante, seja ele ou não de origem popular. No entanto, é preciso levar em conta que, para a maioria dos estudantes pobres, esse sempre foi um universo quase impenetrável. Essa questão é essencial para compreender a rotina desses jovens, em um momento em que a universidade é forçada a se democratizar pela pressão histórica dos movimentos populares e encontra um contexto político mais favorável a essa democratização.

Ainda segundo a autora, a entrada (e a permanência) dos estudantes de origem popular nas universidades públicas e privadas aponta tensões, conflitos e uma luta permanente para se estabelecer em um ambiente próprio às elites.

Após a implantação da política de ações afirmativas em algumas universidades brasileiras é razoável pensar que essa pluralidade juvenil tenha se acentuado ainda mais, fazendo com que a universidade se confirme como espaço de excelência para a convivência com a diversidade e o respeito às diferenças. Entender o percurso do jovem neste universo é estar atento a variáveis acadêmicas e demográficas e analisar como cada uma delas irá afetar as decisões dos estudantes em permanecer ou deixar a universidade (CARNEIRO, 2010, p. 10).

Para Zago (2006), o estudo com universitários de origem popular possibilita conhecer a dinâmica que permeia a vida cotidiana e a formação universitária, como também as estratégias e o custo pessoal daqueles que procuram permanecer no sistema de ensino apesar das condições adversas de escolarização. Ainda de acordo com a autora, a presença das camadas populares no ensino superior não oculta as diferenças sociais entre os estudantes. Partindo de uma análise que vai além do levantamento dos dados brutos (renda familiar do estudante, ocupação e escolaridade dos pais), para conhecer mais de perto a condição do estudante é possível verificar que aos custos materiais para permanência no ensino superior associam-se outros custos pessoais.

Santos e Davoglio (2016) apontam que as instituições de ensino superior enfrentam o desafio de gerar contextos que facilitem o êxito acadêmico dos estudantes e a conclusão do curso iniciado. As pesquisas acerca da permanência na educação superior, segundo essas autoras, são complexas, pois envolvem não só uma variedade de perspectivas, mas uma gama de aspectos que interferem na trajetória do estudante na universidade.

### 5.1 A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

Na bibliografia estudada, é relevante destacar a pouca literatura referente ao processo de permanência do estudante nas universidades brasileiras. Nesse sentido, Cislaghi (2008) aponta que os EUA foram pioneiros na realização de pesquisas sobre a permanência de estudantes no ensino superior.

Segue um quadro elaborado pelo autor que dá conta da trajetória desses estudos:

Quadro 3 – Trajetória dos estudos sobre permanência

Década	Mote	Educação superior e os avanços na permanência de estudantes
50	Expansão	Após as Grandes Guerras Mundiais, ocorre uma expansão no número de IES e no contingente de estudantes.
60	Prevenção de evasão	Surgem situações problemáticas nas IES provocadas pelo grande contingente de estudantes, pela diversidade que os caracterizam e pela inquietação social causada por vários fatores socioculturais. São realizados os primeiros esforços para controlar a evasão com estudos que não se limitem às abordagens estatísticas descritivas.
70	Construção de teorias	É criada uma base de conhecimentos e propostas as primeiras estruturas teórico-conceituais que vão impulsionar o avanço sistemático da compreensão dos processos relacionados ao fenômeno da evasão.
80	Administração de Matrículas	Crescem os esforços das IES para atrair e manter estudantes. O tema permanência se consolida na área do ensino superior.
90	Abertura de Horizontes	Avançam muito os estudos empíricos para validação das teorias e modelos sobre permanência e evasão. Emerge com força a tendência de considerar o processo de aprendizagem como importante para a permanência de estudantes.
2000	Tendências	Índices de permanência passam a ser considerados como indicadores importantes e a serem utilizados por órgãos oficiais para alocação de recursos entre IES do setor público. O ensino à distância aparece como elemento novo, dentro e fora das IES. Cresce a importância da formação superior para os profissionais que disputam uma colocação num mercado de trabalho mais exigente.

Fonte: Cislaghi (2008, p. 40).

Ainda segundo o autor, o modelo teórico proposto e revisto por Tinto (1975, 1987, 1993) permanece como referencial de maior relevância, abrindo espaço para o desenvolvimento de novos estudos e pesquisas.

Da mesma forma, os avanços do conhecimento na área da permanência e a simultânea interação entre instituições na busca conjunta por aprimoramentos práticos, consolidaram o tema como prioritário. Com isso, abriu-se um nicho para profissionais no meio acadêmico, os quais passaram a enfrentar os novos desafios para reter estudantes “não tradicionais” (de minorias étnicas, não jovens, sem dedicação exclusiva, etc.) em instituições privadas e públicas (CISLAGHI, 2008, p. 38).

De acordo com Cislaghi (2008, p. 36),

Enquanto alguns pesquisadores elaboraram teorias para explicar o processo que leva estudantes a abandonarem o curso de graduação que frequentam (TINTO, 1975; BEAN, 1980; ASTIN, 1984), outros desenvolveram modelos que levam em conta diversas características do estudante, da instituição e das relações entre ambos e buscam determinar indicadores para prever a ocorrência da evasão (CABRERA et al., 1993; PASCARELLA et al., 1983; CHAPMAN, PASCARELLA, 2005) e, por sua vez, outros pesquisadores trabalham na construção de modelos intervencionistas para apoiar ações institucionais na permanência dos estudantes (TINTO, 1997 e 2006a; SEIDMAN, 2005; SWAIL, 2004).

Assim, é possível destacar que a literatura sobre a permanência ou não do estudante na universidade abrange uma enorme gama de construtos teóricos relevantes e que trazem consigo as diferentes inclinações de seus autores, sejam elas para a psicologia, educação, sociologia, antropologia, economia, entre outras áreas do conhecimento.

A seguir serão explicitados dois modelos teóricos considerados relevantes para discutirmos a permanência do estudante universitário no estudo proposto.

### **5.1.1 Teoria de Integração do Estudante**

Cislaghi (2008) aponta Vincent Tinto como um dos mais atuantes pesquisadores e influentes autores sobre o tema da permanência sendo o criador de um paradigma e cujo trabalho é ponto inicial de qualquer discussão sobre permanência.

Ainda segundo o autor:

Tinto considera que o abandono da instituição pelo estudante é decorrente de um processo de natureza longitudinal, que abrange as dificuldades encontradas por estudantes para afastar-se de comportamentos e normas anteriores, assim como a transição para o ambiente universitário com um novo conjunto de comportamentos e normas e, finalmente, na sua incorporação na vida acadêmica e social do ambiente universitário (CISLAGHI, 2008, p. 49).

O Modelo de Integração e Desgaste do Estudante (TINTO, 1975 apud CISLAGHI, 2008, p. 48) se propõe a explicar os aspectos e processos que influenciam a decisão de um estudante de abandonar a universidade e como tais processos interagem para que a decisão de abandonar ou permanecer na instituição seja tomada.

De acordo com Ambiel (2015), Tinto baseou sua teoria nas ideias de Durkheim a respeito do suicídio, uma vez que esse seria produto de uma integração insuficiente à sociedade, seja do ponto de vista moral ou pela falha de afiliação coletiva. Assim, a evasão do Ensino

Superior seria uma atitude voluntária, motivada principalmente por desempenho acadêmico insatisfatório e pela não integração social ao novo ambiente, especialmente no primeiro ano do curso.

Seguindo com base no estudo de Cislighi (2008) sobre o modelo de Tinto, é possível compreender que várias características pessoais, entre elas atributos pessoais, as experiências anteriores e o contexto familiar, contribuem para o estabelecimento do comprometimento do estudante com seus objetivos e com a instituição antes ainda de ingressar no ensino superior. Também são relevantes as expectativas educacionais do estudante, as quais podem traduzir-se no tempo que ele está disposto a dedicar para a obtenção de sua graduação e na importância que dá para aquela determinada instituição na comparação com outras. Destarte, traços da personalidade também podem precipitar a decisão de abandonar o curso, tais como um fraco comprometimento emocional com a educação, a impulsividade, a instabilidade e a ansiedade.

É importante considerar, nesse modelo, a visão do estudante sobre sua própria integração acadêmica, bem como, o seu processo de aprendizagem. Desse modo, a integração social e acadêmica, juntamente com as técnicas pedagógicas e os meios tecnológicos disponíveis para estudantes e professores, são componentes cruciais para o estudante permanecer ou abandonar o curso e a instituição.

Assis (2013, p. 34) aponta:

[...] no modelo explicativo de Tinto, as características individuais presentes antes mesmo do ingresso na faculdade (antecedente familiar, habilidades e escolaridade) exercem influência sobre as metas de conclusão do curso e os compromissos do aluno para consigo mesmo e com a instituição [...].

Segundo a autora as características e condições pessoais, familiares e acadêmicas, que modelam a disposição inicial e as intenções de frequentar o curso superior, poderão ser alterados e reformulados através das interações entre o estudante e os sistemas acadêmicos e sociais da instituição. Essas interações permitirão, ou não, a construção de uma condição de integração acadêmica e social no ensino superior. Dessa forma, apesar de presentes no mesmo ambiente universitário, a história de cada estudante determinará diferentes maneiras de interação com a universidade.

Nesse sentido, Assis (2013) coloca que a perseverança na conclusão do curso superior não é resultado simplesmente das características individuais, experiências ou compromissos anteriores do indivíduo. Deve-se considerar também as características vinculadas às interações do indivíduo no contexto da instituição de ensino, sendo consequência de um processo de

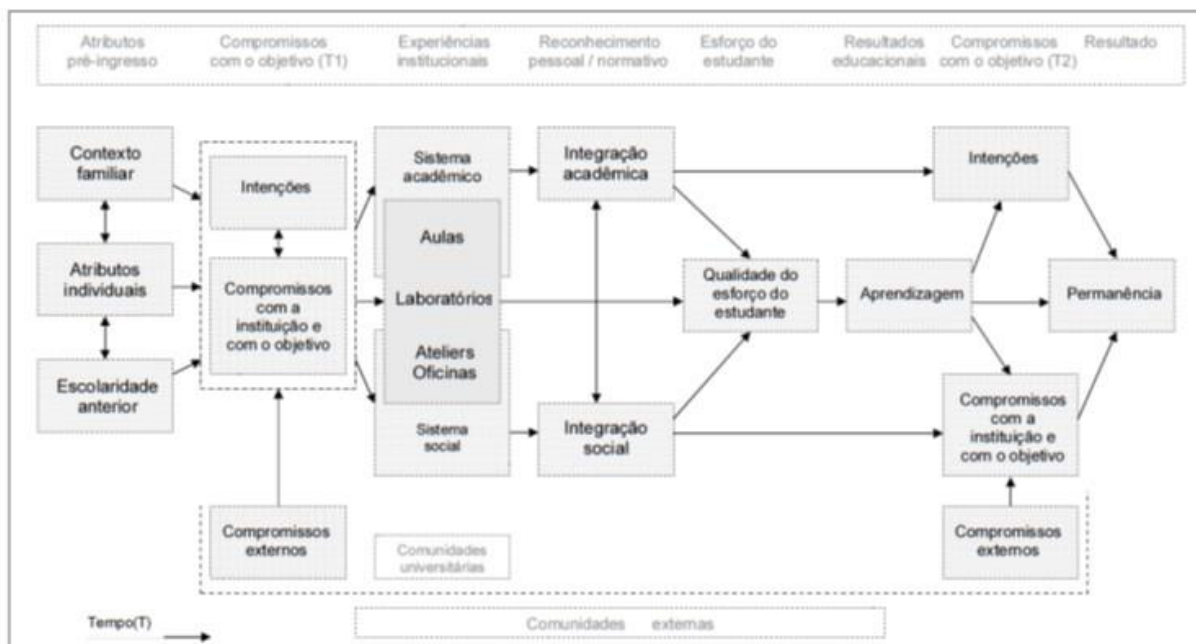
interações entre o indivíduo e a instituição (pares, docentes, administradores, etc.) onde ele está inserido.

Barbosa (2013, p. 35) traz um resumo bastante pertinente em relação ao Modelo de Integração e Desgaste do Estudante:

Os indivíduos entram na universidade com uma variedade de atributos e características (sexo, raça, habilidades específicas), experiências pré-universitárias (desempenho acadêmico anterior, talentos acadêmico e social) e *background* familiar (atributos de status social, renda, valores e expectativas), cada um deles tendo um impacto direto ou indireto sobre o seu desempenho na universidade. Estes antecedentes influenciam no desenvolvimento de expectativas e comprometicimentos educacionais que o indivíduo traz para o ambiente universitário, que podem ser divididos em comprometimento com metas educacionais ou de carreira, mais especificamente a meta de graduação universitária, e comprometimento com a instituição particular em que o estudante se matriculou [...] estes comprometimentos são afetados majoritariamente pelo grau de integração acadêmica e social do estudante no ambiente universitário. [...] o processo de evasão deve ser visto como longitudinal, em que as experiências do estudante modificam seus comprometimentos iniciais com a instituição e com o objetivo de graduar-se, de forma a levá-lo ao longo do processo a permanecer ou optar por uma dentre várias formas de evasão.

A figura que segue apresenta um esquema do Modelo de Integração e Desgaste do Estudante:

Figura 4 – Modelo de Integração e Desgaste do Estudante Tinto



Fonte: Cislighi (2008, p. 50).



### 5.1.2 Modelo Integrado de Permanência - Cabrera, Nora, Castañeda e Hengstler

Outro modelo considerado relevante para esse estudo segue explicitado na tese de doutorado de Renato Cislghi. Este autor cita Cabrera, Nora, Castañeda e Hengstler como estudiosos que propuseram um modelo não só integrativo, mas também inovador, ao incluir a variável econômica como elemento que direta e indiretamente influencia os processos que levam o estudante a permanecer frequentando o curso no qual ingressou até concluí-lo.

Para Cislghi (2008), este modelo leva em consideração todas as variáveis contempladas no modelo de Tinto e ainda inclui o papel exercido pelas questões financeiras nas experiências sociais e intelectuais vividas pelos estudantes nas instituições e, por decorrência, a importância que o apoio financeiro exerce no processo de permanência.

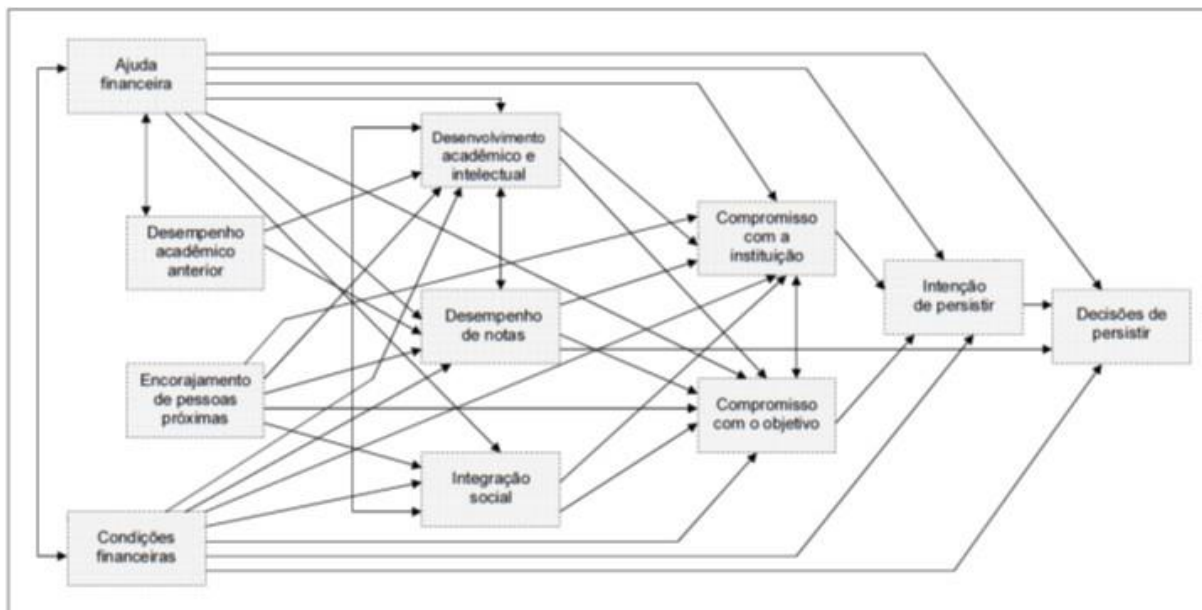
Ainda segundo o autor:

[...] uma vez ingressando na instituição, o estudante com apoio financeiro tem melhores condições de integração social, pois enfrenta menos restrições para ter uma participação intensa nos eventos e atividades sociais. Este estudante também tem melhores condições de atingir uma integração acadêmica, na medida em que sofre menos ansiedade e stress causados pela preocupação de viabilizar condições financeiras de permanecer estudando e pode, assim, dedicar mais tempo e energia no desempenho do seu papel de estudante [...] (CISLAGHI, 2008, p. 60).

Dessa forma, nesse modelo, o apoio financeiro dispensado pela instituição serve não só para equilibrar as oportunidades de ingresso de estudantes com situação socioeconômica inferior, mas também para facilitar integração deste contingente de estudantes nos componentes acadêmico e social da instituição. Também esse apoio influencia no compromisso do estudante com a sua formação e com a própria instituição, uma vez que evita que o estudante se veja tentado ou forçado a assumir uma carga de trabalho que o leve a considerar a conveniência de trocar de instituição ou mesmo de interromper os estudos.

A figura que segue apresenta um esquema do Modelo Integrado de Permanência proposto por Cabrera, Nora, Castañeda e Hengstler.

Figura 5 – Modelo Integrado de Permanência – Cabrera, Nora, Castañeda e Hengstler



Fonte: Cislighi (2008, p. 61).

Barbosa (2013), na mesma perspectiva de Cabrera, Castañeda, Nora e Hengstler, avalia como elemento influenciador no processo de permanência o fator financeiro. Para esta autora, havendo pressão relacionada aos custos do estudo e da própria subsistência, a integração social e acadêmica do estudante pode ser negativamente afetada e, por decorrência, a sua permanência também, sendo assim, o apoio financeiro pode viabilizar a permanência e conclusão do curso.

No entanto, a mesma autora salienta que esse fator não encontra grande apoio no meio acadêmico, para ela a falta de recursos financeiros do estudante em muitos casos é sobrevalorizada como a principal causa para a interrupção dos estudos. A autora também considera importante ter uma maior compreensão de questões de ordem acadêmica, como as expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição, que podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a priorizar a conclusão do seu curso.

Assim, pode se considerar a permanência no ensino superior como um processo complexo que envolve as características pessoais do estudante, suas experiências educacionais vividas antes e após o ingresso na IES e o conjunto de influências do ambiente externo. Esse processo pode exercer influências negativas, tais como: demandas e responsabilidades familiares e profissionais, ou positivas: encorajamento por familiares ou amigos sobre o desempenho social e acadêmico do estudante.

Do mesmo modo, o encorajamento e apoio de pessoas próximas ao estudante influenciam sua integração social e acadêmica no campus e, por decorrência, sua permanência.

Os resultados acadêmicos formais, objetivados no desempenho em notas, também são um importante sinalizador da permanência, assim como, a confiança do estudante em suas escolhas, o sentimento de pertencimento à instituição e sua percepção de que aquela instituição é um meio para atingir os seus objetivos, normalmente, uma boa educação e um emprego

## 5.2 ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE ATENDIDO PELAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSM

Tem-se como ponto de partida dessa discussão as dimensões apresentadas por Davidson, Beck e Milligan acerca da permanência do estudante no ensino superior. Esses autores, a partir de diversos modelos teóricos, mais especificamente o modelo integrado de Cabrera, Castañeda, Nora e Hengstler sobre o comportamento de evasão e permanência no ensino superior propuseram o *College Permanence Questionnaire* (DAVIDSON et al., 2009).

O questionário consiste em 39 itens divididos em sete dimensões: **apoio institucional** (*Support Services Satisfaction*) com 6 itens (e.x., “Como você classificaria o apoio acadêmico que recebe aqui?”); **compromisso com a diplomação** (*Degree Commitment*), com 6 itens (e.x., “Neste momento, o quão forte é seu compromisso com obter o diploma, aqui ou em outro lugar?”); **consciência acadêmica** (*Academic Conscientiousness*) com 4 itens (e.x., “Com que frequência você entrega trabalhos com atraso?”); **compromisso institucional** (*Institutional commitment*), com 4 itens (e.x., “O quão confiante vocês está que esta é a universidade certa para você?”); **integração acadêmica** (*Academic Integration*), com 8 itens (e.x., “Em geral, quanto você está satisfeito com a qualidade do ensino que está recebendo aqui?”); **integração social** (*Social Integration*), com 7 itens (e.g., “Qual é a sua impressão geral sobre os outros alunos?”) e **apoio financeiro** (*Financial Support*), com 4 itens (e.x., “Com que frequência você se preocupa em ter dinheiro suficiente para atender às suas necessidades?”).

Dessa forma, apresento como modelo teórico de permanência o que já vem sendo pesquisado por tais autores. Importante destacar que para aplicação desse questionário no Brasil foi realizada a tradução do idioma de origem para o português do Brasil, sendo também realizada a comparação das versões, observando equivalência semântica, idiomática e conceitual.

Esse modelo foi escolhido, pois foi aquele que compreendo ser o mais apropriado para tal estudo, uma vez que se concentra no modelo teórico de Cabrera, Nora, Castañeda e Hengstler sobre o comportamento de evasão e permanência no ensino superior. Esse modelo considera a dimensão do apoio financeiro como relevante para permanência abarcando assim, o estudante

em situação de vulnerabilidade socioeconômica, público alvo das ações de AE da UFSM.

Segue, para uma melhor compreensão, a figura ilustrando as dimensões consideradas como estratégias utilizadas pelos estudantes para permanecerem na UFSM.

Figura 6 – Estratégias de Permanência na Educação Superior



Fonte: própria autora (2019).

Nessa perspectiva, faz-se necessário considerar que o estudante universitário apresenta interações com o seu curso, com a instituição, com o ambiente externo, envolvimento efetivo durante o tempo que frequenta o curso e, adicionalmente, projeta as perspectivas profissionais e pessoais que encontrará após a conclusão do seu curso. Sendo que os problemas e desafios que serão percebidos pelo estudante em cada dimensão e em momentos diferentes ao longo do seu curso, isoladamente ou em conjunto, são definitivas para decisão do estudante permanecer ou não na instituição.

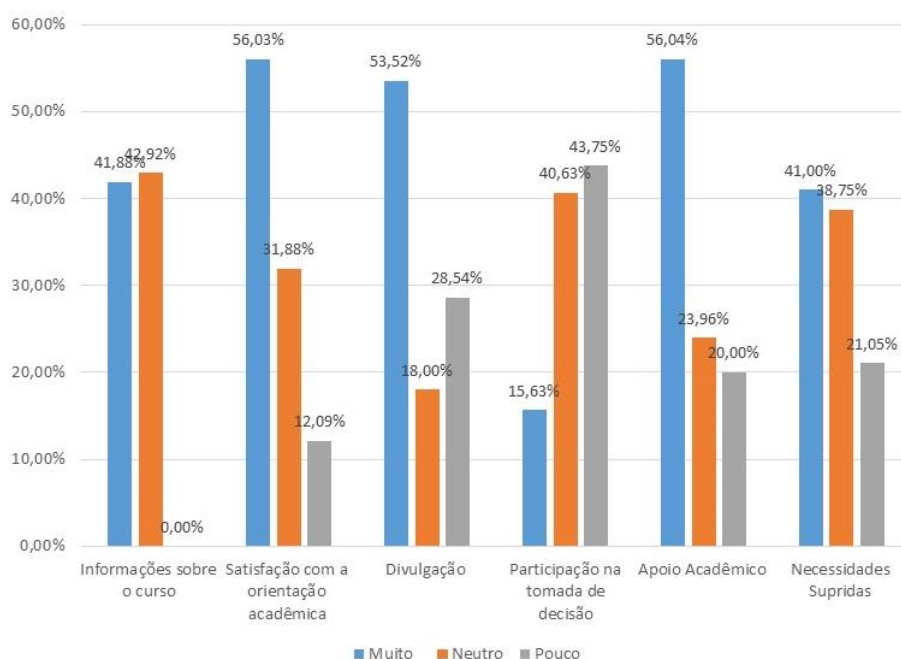
A seguir, serão apresentadas e discutidas as dimensões desse estudo consideradas à luz das teorias que embasam a permanência do estudante na educação superior e os achados dessa pesquisa.

### 5.2.1 Apoio Institucional

O apoio institucional é considerado a forma como o estudante sente que suas necessidades dentro da universidade são atendidas. Segundo Davidsom, Becker e Milligan (2009), as satisfações com os serviços de apoio abordam as atitudes que os estudantes desenvolvem em relação à universidade com base em quanto ela atende as suas necessidades fora da sala de aula. As avaliações dos estudantes sobre a qualidade da comunicação sobre regras e regulamentos, a equidade das políticas e a quantidade de participação na tomada de decisões institucionais desempenham um papel significativo na sua permanência.

As questões que os estudantes responderam referem-se ao quanto ele considera fácil obter informações sobre sua formação nessa instituição; ao quanto se considera satisfeito com a orientação acadêmica que recebe nessa instituição; quanto considera que a UFSM divulga informações importantes, tais como regras acadêmicas, requisitos para graduação, notícias do campus, eventos, atividades extracurriculares, ajuda financeira e bolsas de estudo; a quanto de participação considera que pode ter nos processos de tomada de decisão nessa universidade (questões como ofertas de cursos, regras, regulamentos e procedimentos); ao quanto considera que recebe de apoio acadêmico nesta instituição e, por fim, se tem necessidades que são diferentes da maioria dos estudantes da UFSM, quanto considera que a universidade supre essas necessidades. O gráfico aponta para a construção dessa estratégia de permanência.

Gráfico 17 – Apoio Institucional



Fonte: própria autora (2019).

É interessante observar que, na maioria das respostas obtidas, os estudantes se dizem satisfeitos com o apoio institucional que recebem da UFSM, tanto em relação à orientação e apoio acadêmico, quanto em relação ao acesso às informações sobre a sua formação. No entanto, ao serem questionados sobre o quanto consideram que a UFSM propicia a participação nos processos decisórios da instituição (ofertas de curso, regras, regulamentos e procedimentos), apenas 15, 63% dos estudantes acreditam que possuem muita participação, o restante ou se declara neutro em relação à pergunta (40,63%) ou considera que têm pouca participação (43,75%).

Destaca-se a percepção dos estudantes em relação a pouca participação que a UFSM proporciona nos processos decisórios da instituição. Reforçada pelo relato dos estudantes pesquisados.

*“Eu conheço o Programa, muito em virtude do período que participei de uma organização estudantil, pois a universidade promove poucas discussões para explicar o que é o PNAES. Em princípio, o Programa garante que sejam destinados recursos específicos para atender eixos como moradia estudantil, alimentação, creche, cultura, esporte, entre outros, necessários à permanência de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Porém, apesar de destinar o recurso, o Programa delega a gestão do mesmo aos órgãos institucionais voltados ao atendimento desses estudantes em vulnerabilidade (PRAE's, PRAEC's). Dessa forma, acontece de haver muita falta de transparência na gestão do recurso, além de esses órgãos não difundirem informações sobre o programa, transmitindo uma mensagem de que os auxílios se dão por "boa-vontade" da instituição, não por uma obrigação federal, que inclusive decreta que a tomada de decisão sobre onde aplicar o recurso deveria ser em conjunto com os estudantes contemplados pelo Programa”. (EP)*

*“A universidade tem uma política muito boa de moradia estudantil no campus sede, e, por conta disso, acaba deixando de lado outras demandas, como as moradias em outros campi, melhoria da alimentação, aumento das bolsas, que se encontram muitíssimo defasadas, e auxílios, como alimentação e transporte. Também, falta muita transparência sobre a gestão dos recursos, e consulta aos estudantes sobre as suas necessidades”. (EP)*

*“Acredito que a assistência estudantil na UFSM seja bastante satisfatória para aqueles estudantes que conseguem acessar. No entanto, o processo de solicitação da assistência é MUITOOO lento, as vezes o estudante que não tem a menor condição de ingressar e permanecer na universidade vai conseguir seu benefício depois de 6/8 meses em função da lentidão do processo de avaliação. Além disso, é compreensível, embora, considerável as dificuldades em acessar a assistência e a bastante comum a impressão de que o processo é desenhado para que não se consigo, para que se desista antes mesmo de concorrer em função das dificuldades e incompreensões impostas na própria UFSM”. (EP)*

Vale questionar se a UFSM realmente vem cumprindo os princípios da gestão democrática preconizados pela LDB (Lei N°9394/1996) e também preconizados no seu PDI.

Da mesma forma, deve-se questionar o porquê desses estudantes com BSE não se sentirem incluído no processo decisório da instituição.

De acordo com Ferreira (2000), podemos considerar a gestão democrática da educação como um valor já consolidado no Brasil e no mundo, no entanto, o mesmo ainda não é totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. Mesmo considerando sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania, para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária e como fonte de humanização, muito se tem que avançar para efetivação de tal gestão conforme foi demonstrado nos resultados desse estudo.

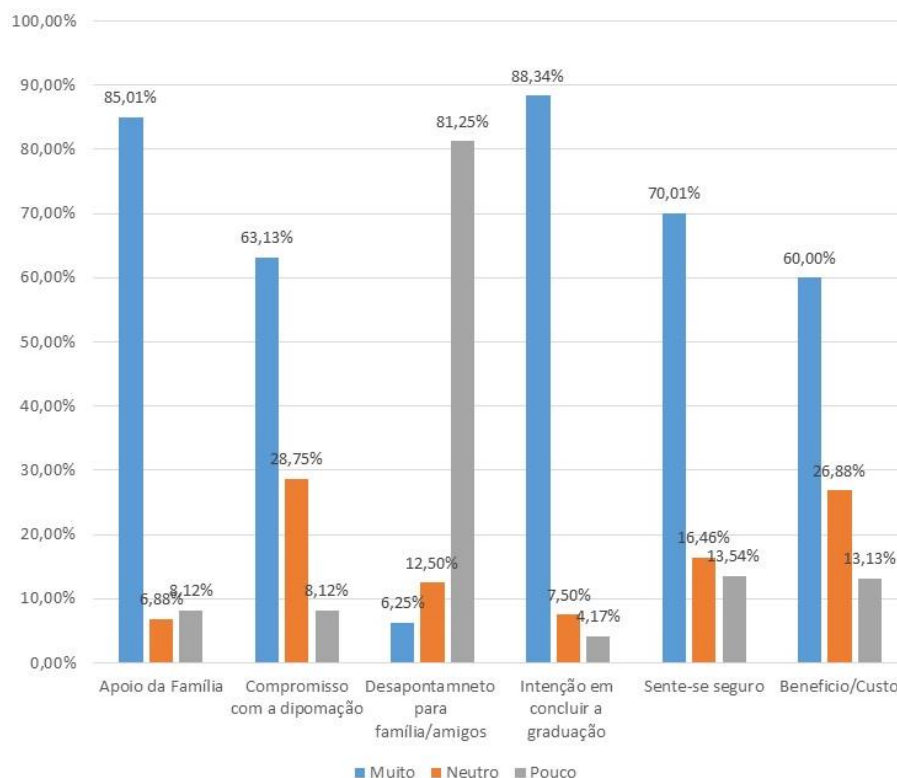
Tavares (2001) aponta que organizações democráticas são as que respondem melhor aos desafios da sociedade do conhecimento, onde as pessoas precisam ser preparadas, formadas de maneira diferente para poderem dar respostas mais adequadas, competentes, democráticas e eficazes. Formação esta que acredito ser de responsabilidade, também, de uma universidade pública, gratuita e socialmente referenciada como é a UFSM.

### **5.2.2 Compromisso com a Diplomação**

O compromisso com a diplomação é o nível de importância que os estudantes atribuem à obtenção de um diploma. A literatura aponta que esse fator parece exercer efeitos diretos nas decisões de permanecer na instituição.

Nessa dimensão, os estudantes apontam o quanto a família tem de expectativa, incentivo e apoio para o estudante concluir sua graduação; o quanto o próprio estudante está comprometido em obter o diploma, na UFSM ou em outro lugar; o quanto desapontadas as pessoas mais importantes (p. ex, amigos e família) ficariam se o estudante abandonasse a universidade; quanto de intenção tem em concluir a graduação, na UFSM ou em outra universidade; o quanto está seguro que conseguirá graduar-se. E quando se consideram os benefícios de ter um diploma universitário e os custos e esforço em obtê-lo, o quanto diria que os benefícios superam os custos e esforço. O gráfico a seguir demonstra os resultados obtidos:

Gráfico 18 – Compromisso com a Diplomação



Fonte: própria autora (2019).

Analisando as respostas temos que 88,34% dos estudantes pesquisados apresenta intenção de concluir a graduação na UFSM ou em outra instituição, assim como, 63,13% e 70,01% respectivamente estão comprometidos em obter um diploma e estão seguros que conseguirão graduar-se. Em relação ao apoio da família 85,01% sentem-se apoiados pela família ao mesmo tempo que 81,25% não sentem que estariam desapontando seus familiares caso abandonassem o curso. Os resultados encontrados nessa pesquisa contradizem as pesquisas de Tinto apud Barbosa (2013), uma vez que as mesmas apontam que o nível de expectativas dos pais tem tanta influência no comportamento de persistência dos filhos quanto às expectativas destes para com eles próprios.

Na pesquisa em questão, os estudantes parecem não sentir tanta pressão da família por se formar, embora sintam-se fortemente apoiados por estarem na universidade. Teixeira et al. (2008) apontam que a percepção de apoio emocional por parte dos pais, assim como a reciprocidade nas relações pais-filhos, o diálogo familiar sobre a vida na universidade e o apoio parental em questões relativas à universidade, parecem contribuir para a adaptação ao contexto do ensino superior e consequente permanência no curso, conforme o relato de um estudante pesquisado.



*“União, força e apoio da minha família para que eu consiga persistir e continuar”.* (EP)

Barbosa (2013) observa que o compromisso que o estudante assume com a meta de concluir o ES é um dos maiores aspectos que contribuem para sua permanência. Pode-se pensar que, em termos de planos e expectativas educacionais, ou expectativas com a carreira, quanto mais elevado o nível de aspiração, maior a probabilidade de permanência. Nos estudantes pesquisados esse nível parece ser bastante elevado. Conforme relatos a seguir.

*“Manter a motivação/disposição de terminar o curso que escolhi”.* (EP)

*“Interesse no curso, apoio financeiro da minha família e permanência das políticas sociais da UFSM”.* (EP)

*“Minha persistência acima de tudo, e o apoio que tenho, além da importância que a formação tem para minha carreira profissional”.* (EP)

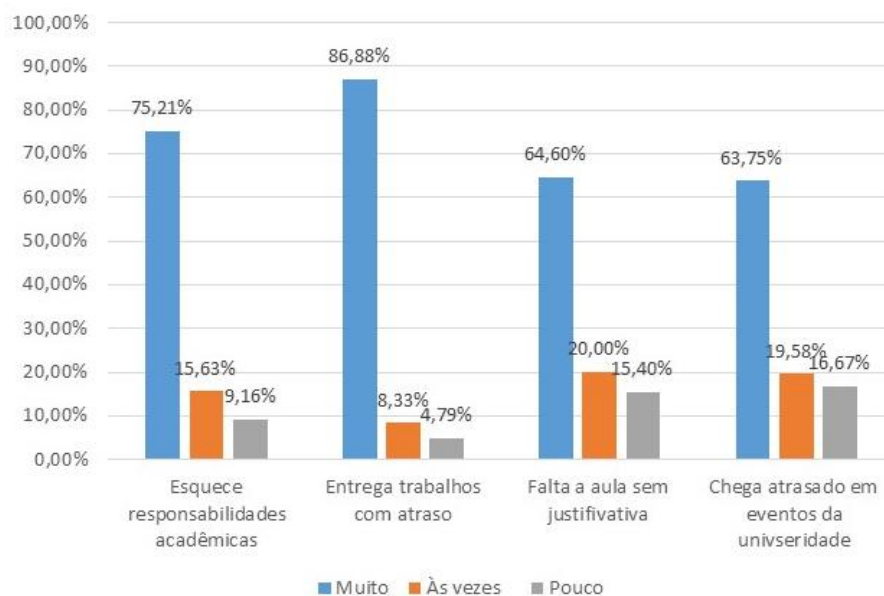
*“Ser apaixonada pelo curso que faço e pela minha pesquisa e o benefício socioeconômico é de extrema importância, pois sem ela não conseguiria me manter na instituição todo esse tempo”.* (EP)

Da mesma forma, Assis (2013) pontua que a decisão do estudante em permanecer na universidade baseia-se na sua relação com os compromissos com sua experiência acadêmica e social na IES e em uma avaliação contínua do custo-benefício de seu curso superior; ou seja: se as atividades externas têm maior ou menor valor do que a conclusão do curso. Nesse sentido, 60% dos estudantes pesquisados consideram que os benefícios de estar em uma universidade superam os custos e os esforços de estarem na mesma, reforçando assim, seu desejo de permanecer e concluir seu curso.

### **5.2.3 Consciência Acadêmica**

A consciência acadêmica refere-se ao compromisso e ao gerenciamento que o estudante tem em relação ao seu estudo. Essa estratégia está vinculada às responsabilidades acadêmicas sendo questionadas a frequência com que o estudante esquece atividades acadêmicas que considera importante; a frequência com que entrega trabalhos com atraso; a frequência em que falta aula que não seja por motivos de doença ou participação em outras atividades acadêmicas e a frequência com que chega atrasado para as aulas, reuniões e outros eventos da faculdade. O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos:

Gráfico 19 – Consciência Acadêmica



Fonte: própria autora (2019).

É possível observar que em relação à consciência acadêmica, os estudantes pesquisados apresentam dificuldades de entregar trabalhos no prazo (86,88%), assim como esquecem com frequência de entregar atividades acadêmicas que consideram importantes (75,21%). Da mesma forma, 64,60% faltam às aulas e 63,75% chegam atrasados nas aulas, reuniões e outros eventos da universidade. Importante observar, nessa dimensão, os baixos escores apresentados, o que pode representar um risco para permanência desses estudantes e também um sinal de alerta para os professores, coordenadores de curso e para própria gestão da UFSM.

Tal resultado necessita de maior investigação, mas pode-se inferir que seja devido a fatores de desenvolvimento pessoal dos estudantes, uma vez que a maioria se encontra na faixa etária dos 19 aos 24 anos, período esse caracterizado pela entrada na vida adulta. De acordo com Teixeira et al. (2008) a entrada do jovem na universidade é uma experiência que implica mudanças no modo de comportar-se e de perceber a si mesmo, ganhando predominância a assunção de responsabilidade, as relações interpessoais e a autonomia. Ainda segundo os autores:

A universidade é um ambiente distinto do escolar, nela a monitoração e o interesse da instituição pelo estudante é notadamente diminuído. Isto faz com que o envolvimento do estudante com sua formação dependa muito mais dele do que do ambiente universitário. A responsabilidade pelo aprendizado, antes centrada na escola, é agora deslocada para o jovem. Dele se espera autonomia na aprendizagem, na administração do tempo e na definição de metas e estratégias para os estudos (TEIXEIRA et al., 2008, p. 187).

Para Santos e Almeida (2001), a autonomia dos estudantes, traduzida ao nível das estratégias de aprendizagem ou dos métodos de estudo utilizados, tem um papel importante na adaptação, permanência e no sucesso acadêmico.

De acordo com os mesmos autores, a IES precisa estar atenta a essas questões, sendo o desenvolvimento pessoal dos estudantes um sinalizador para sua permanência. No seu desenvolvimento pessoal estão abarcadas a responsabilidade pelas próprias atitudes, o lidar com a mudança, o desenvolvimento da autonomia, o fazer face a situações de *stress*, o gerir o tempo e o obter níveis adequados de autodisciplina, conforme é verificado nos relatos a seguir:

*“Tive dificuldades logo que entrei, porém, depois de alguns meses me adaptei e consegui acompanhar as aulas”. (EP)*

*“Muito do que sei hoje aprendi com as pessoas que cruzaram no meu caminho desde que comecei minha graduação, portanto a não ser a educação e respeito que aprendi, muitas opiniões antigas minhas caíram por terra”. (EP)*

*“Muitos colegas meus largaram o curso por não conseguir acompanhar o ritmo imposto pelos professores. E acredito que isso muito tem a ver com o ensino pré-faculdade”. (EP)*

*“Na UFSM eu descobri oportunidades melhores do que as que tive”. (EP)*

*“Não fazia ideia do que era estar dentro de uma universidade pública”. (EP)*

*“Pois, a pessoa apresenta uma mudança pessoal principalmente na construção crítica ao longo da graduação”. (EP)*

*“Quando se tem uma boa base escolar antes de ingressar na universidade é mais fácil a transição para o meio acadêmico. Ao contrário de se ter uma base com grande defasagem, pois o acadêmico pode se sentir desmotivado a continuar na instituição”. (EP)*

Importante destacar que, mesmo que a amostra da pesquisa seja constituída por estudantes de meio para fim de curso (5º a 13º semestre), ainda se encontra baixa consciência acadêmica, o que segundo a literatura pesquisada é esperado para início de curso. Tal achado pode representar, até mesmo pela democratização do acesso, a entrada de estudantes de faixa etária cada mais jovens no ES e na própria UFSM.

#### **5.2.4 Compromisso Institucional**

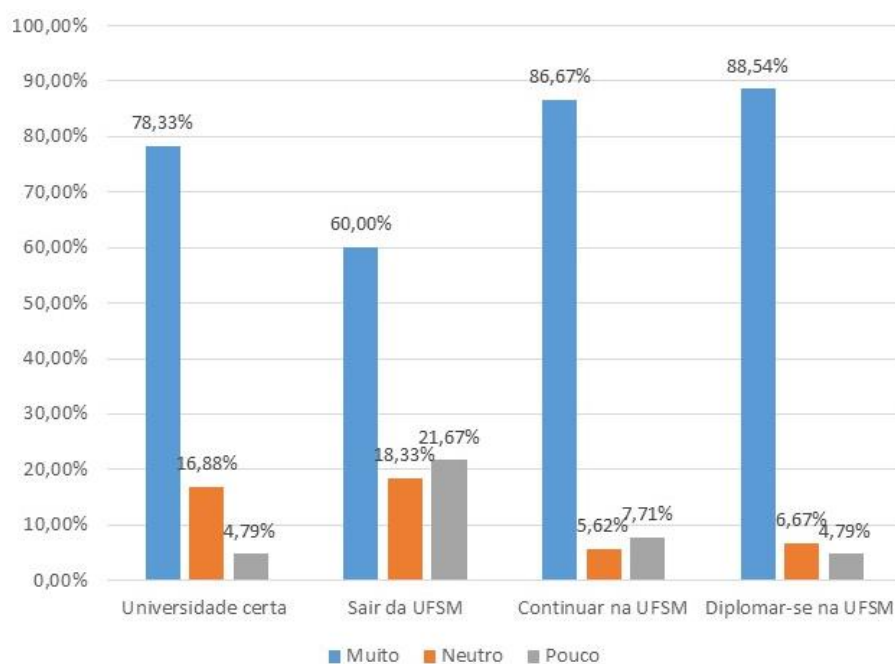
O compromisso institucional refere-se a quanto os estudantes estão confiantes e satisfeitos com a seleção de uma universidade. Seus elementos-chave são as intenções dos

estudantes (de se reinscreverem e obter um diploma na instituição), a sua confiança (em ter selecionado a instituição certa) e os seus pensamentos (de continuar ou parar).

De acordo com Tibola (2010), o compromisso institucional pode ser definido também como um comprometimento emocional do estudante com a instituição, um sentimento de prazer em participar de uma instituição e o grau que este indivíduo é psicologicamente preso a esta relação por meio de sentimentos tais como lealdade, afeto, entusiasmo, afiliação. Segundo a autora, comprometimento com a universidade é determinado pelos benefícios percebidos no relacionamento, sendo que o comprometimento diminui o desejo de procurar outra universidade. Caso a instituição não atenda as expectativas do estudante, este tende a reexaminar sua atitude frente a mesma, podendo afastar-se, transferir-se ou dar referências negativas a outros estudantes. Por outro lado, se a IES atender as expectativas, o aluno tende a permanecer na universidade.

Dessa forma, no questionário aplicado, o compromisso institucional questiona o quanto confiante o estudante está em ter escolhido a UFSM; a frequência em que pensa em largar a universidade (transferência para outra universidade, ir trabalhar ou sair por outras razões); a probabilidade de continuar na UFSM no próximo semestre e a probabilidade de diplomar-se na UFSM. Segue gráfico com os resultados obtidos:

Gráfico 20 – Compromisso Institucional



Fonte: própria autora (2019).

Nota-se que, mesmo o estudante estando confiante que escolheu a universidade certa (78,33%), com perspectiva de continuar na universidade no próximo semestre (86,67%) e se diplomar na UFSM (88,54%), ainda assim, 60% consideram a possibilidade de largar a universidade. Esse dado é importante pois mesmo sentindo-se satisfeitos com a UFSM, e isso venha a contribuir para sua permanência, ainda assim, outras questões, tais como o apoio financeiro, tanto da família como da própria instituição, são relevantes para decisão do estudante permanecer ou não no curso. Fato também observado nas respostas às perguntas abertas.

*“Temos nossas necessidades supridas de certa forma, porém com vários problemas, principalmente em relação às moradia e alimentação. Temos uma superlotação anual da CEU II e a diminuição constante da qualidade da comida no RU, além de distribuições cada vez menores de alimento. Não temos reajuste nas bolsas nem nos auxílios a muito tempo. Temos problemas em relação a acolhida de mães e pais estudantes. A universidade é elitizada porque ela simplesmente não foi pensada para a classe trabalhadora. Na maioria dos cursos ou tu trabalha ou tu estuda (ou tu faz os dois e coloca tua saúde mental em risco). É complicado ver que a própria PRAE está recuando na conquista de direitos”. (EP)*

*“Que os professores de cursos diurnos tenham consciência de que alunos desse período necessitam trabalhar para continuar frequentando as aulas. Logo, não é porque sou estudante de um curso diurno que eu apenas estudo durante o dia, EU TRABALHO! Não possuo tempo o suficiente para poder estudar tudo o que os professores pedem e conseguir ter a mesma noção que os professores sobre os conteúdos que a disciplina possui. Eu sou graduando e não Doutor naquele assunto como grande parte dos professores”. (EP)*

*“Embora o aluno conseguiu entrar na instituição pública, a educação no Brasil não é igual para todos, e muitas vezes os professores acreditam que os alunos receberem os mesmos ensinamentos de forma igualitária”. (EP)*

*“Estudei em escola pública e não fiz cursinho pré-vestibular. Tive dificuldade em matérias básicas, como cálculos, física, química. Muitos professores pensam que todos os alunos que estão ingressando tiveram o mesmo nível de ensino, durante o ensino médio e acabam ensinando de forma superficial”. (EP)*

Pesquisas têm indicado que a percepção dos estudantes quanto à sua satisfação acadêmica interfere no seu nível de envolvimento com a instituição, implicando na decisão de permanecer ou não na instituição. Quanto maior é o nível de satisfação do estudante com o ambiente acadêmico, maior é o seu comprometimento com a instituição e menores serão as possibilidades de abandono do curso superior (BARBOSA, 2013, CISLAGHI, 2008; SCHLEICH; POLYDORO; SANTOS, 2006).

No estudo em questão, os pesquisados sentem-se bastante satisfeitos com a UFSM e pretendem concluir seu curso na instituição, no entanto, outras questões fazem com que em

alguns momentos pensam em sair da universidade. Frente a esse dado, é importante que a UFSM reflita se suas ações de AE estão conseguindo atingir os estudantes com BSE, bem como, possa pensar novas e melhores intervenções para fomentar, no estudante com BSE, sentimentos de lealdade e afiliação em relação a UFSM, sentimentos esses importantes para o estudante permanecer na instituição.

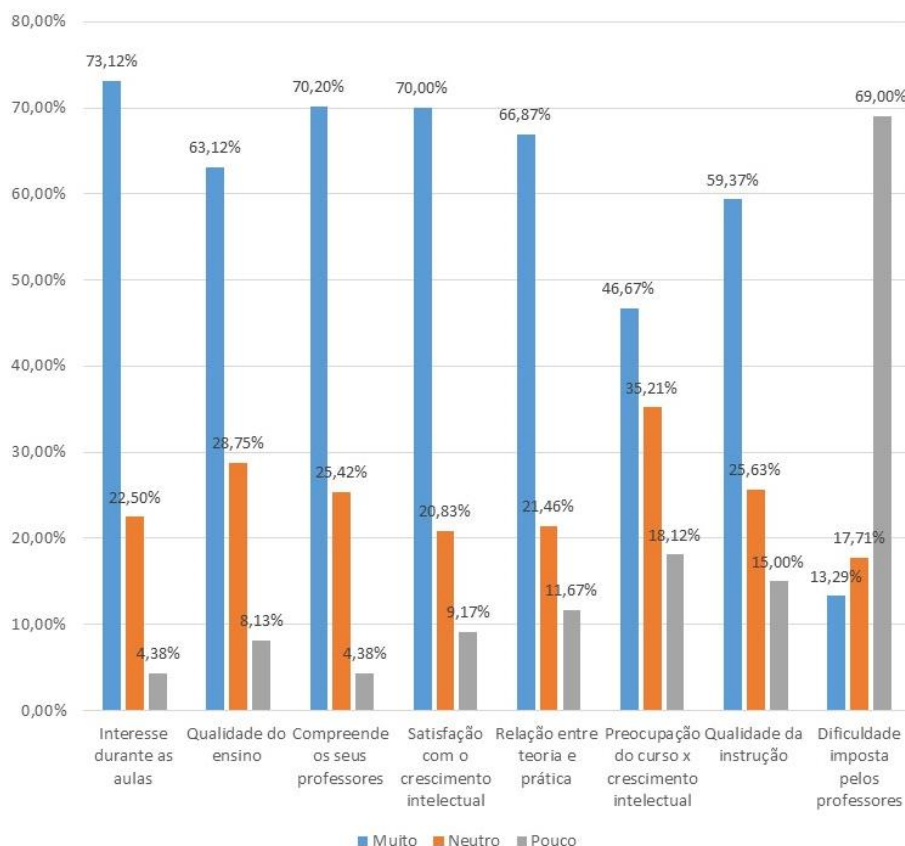
### **5.2.5 Integração Acadêmica**

A integração acadêmica refere-se a forma como o estudante interage com suas experiências acadêmicas, principalmente aquelas que se referem ao estar em sala de aula, no contato com colegas e professores. Ela pode ser percebida no desempenho através das notas, assim como, no desenvolvimento intelectual do estudante durante os anos na universidade.

Barbosa (2013) aponta que a integração acadêmica é influenciada diretamente por vários fatores psicossociais, como: eventos de vida, suporte social, autoestima, competência social, responsabilidade pessoal, bem-estar psicológico e satisfação acadêmica, mas também pelas características pessoais dos estudantes, como: status socioeconômico, compromisso institucional, objetivo inicial, comprometimento, disposição, interesse e responsabilidade.

Compõe essa dimensão o interesse que o estudante tem nas coisas que estão sendo ditas durante as aulas; a satisfação com a qualidade do ensino que recebe na instituição e com crescimento intelectual e interesse no curso desde que ingressou na UFSM; o quanto o estudante entende a explicação de seus professores; o quanto vê de ligação entre o que está aprendendo na universidade e as possibilidades de carreira futura; o quanto considera que o seu curso está preocupado com seu crescimento intelectual; o quanto está satisfeito com a qualidade da instrução recebida na UFSM e o quanto considera que os professores impõem dificuldades desnecessárias e apreciam o stress dos alunos. O gráfico a seguir ilustra os resultados encontrados:

Gráfico 21 – Integração Acadêmica



Fonte: própria autora (2019).

Os estudantes pesquisados apresentam interesse nos conteúdos apresentados em aula (73,12%) e entendem as explicações dadas pelos professores (70,20%), assim como, estão satisfeitos com a qualidade do ensino (63,12%) e com seu crescimento intelectual e no curso (70%). Interessante observar que embora 46,67% dos estudantes considerem que o seu curso está preocupado com o seu crescimento intelectual, uma parcela significativa se diz neutra quanto a essa questão (35,21%) ou então considera que o curso tem pouco interesse em seu crescimento (18,12%). Da mesma forma, 66,87% dos estudantes veem relação entre o que está aprendendo na universidade e a sua carreira futura e não consideram que os professores impõem dificuldades desnecessárias e apreciam o estresse do estudante (69%).

Tibola (2010) aponta que a relação entre colegas e professores é considerado um fator relevante na permanência do estudante. Essas relações são importantes, porque formam uma rede de apoio e engajamento social, muitas vezes ultrapassando os limites da sala de aula e constituindo-se em redes de apoio. A participação do estudante em sala de aula reforça a aprendizagem e a persistência do aluno no sistema educacional. As respostas às perguntas abertas também corroboram essa questão.

*“Incentivo às atividades extracurriculares e encorajamento/acompanhamento de perto dos professores”. (EP)*

*“Um bom relacionamento entre colegas e professores, e apoio de pessoas próximas”. (EP)*

*“O curso, as disciplinas, os colegas, professores e apoio da família”. (EP)*

*“Apoio, a facilidade de conversar com alguns professores”. (EP)*

*“Muitos colegas meus largaram o curso por não conseguir acompanhar o ritmo imposto pelos professores. E acredito que isso muito tem a ver com o ensino pré-faculdade”. (EP)*

*“Os professores acham que todos os alunos tiveram o melhor ensino médio do Brasil, que somos minigênio e vamos entender resoluções complexas sem nenhum problema. Varias vezes fomos taxados de ignorantes ou preguiçosos pelos professores. Por muito pouco não desisti de construir uma vida acadêmica”. (EP)*

*“Tive uma boa formação básica e isso foi fundamental para minha organização de estudos e desenvolvimento pessoal acadêmico”. (EP).*

*“Vim de escola estadual e tive dificuldades para me adaptar à rotina de estudos. Além disso, trago deficiências do meu ensino médio para a faculdade”. (EP)*

*“Porque tive orientação de uma professora muito especial, na época em que estava descontente com o curso, para permanecer e ter um olhar diferente da minha vida profissional. Um olhar diferente do que a maioria dos professores do curso nos proporcionam”. (EP)*

Os estudantes pesquisados sentem-se integrados academicamente na UFSM, no entanto, essa integração ainda é incipiente, uma vez que muitos estudantes relatam dificuldades de integração com colegas e professores. Dessa maneira, torna-se importante, na instituição, fomentar ações que busquem a integração acadêmica dos estudantes, seja através de ações junto as coordenações de curso e nas próprias Unidades de Apoio Pedagógico (UAP) de cada Centro de Ensino. Para tanto, acredito ser necessária uma maior integração e articulação dos setores e serviços dentro da UFSM.

### **5.2.6 Integração Social**

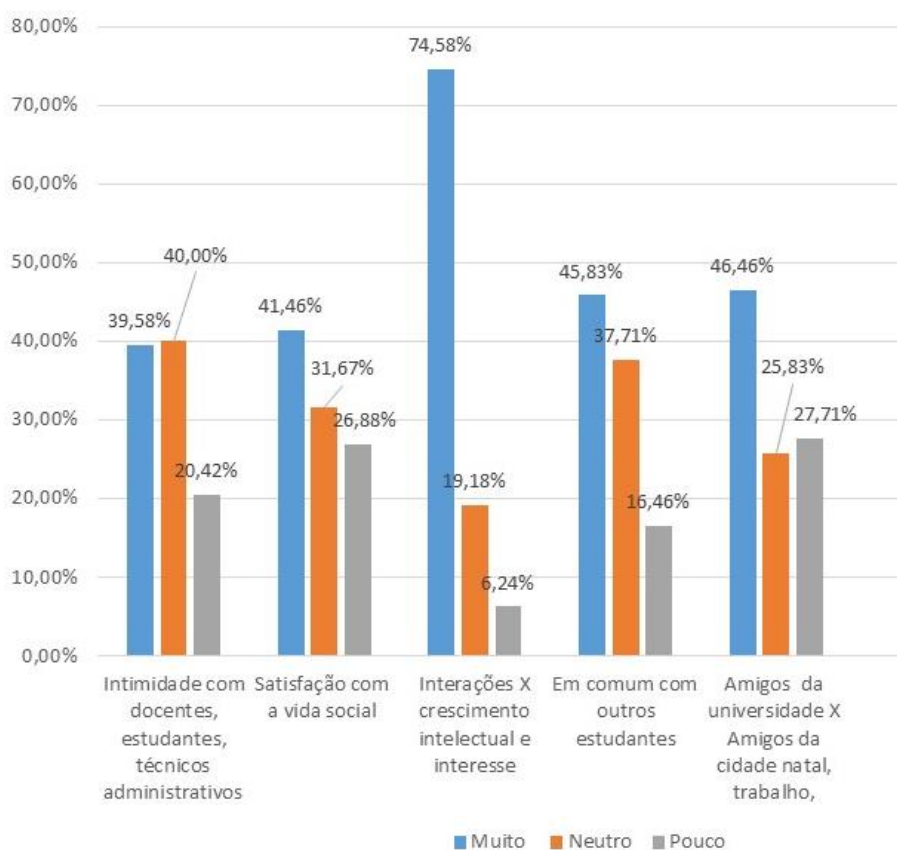
A integração social reflete a maneira pela qual os estudantes interagem com o ambiente do campus, incorporando experiências sociais em suas percepções sobre estar na universidade. Essa integração tem status inquestionável na literatura sobre permanência.

Esta dimensão incorpora a impressão geral do estudante sobre os outros estudantes da instituição, o quanto o estudante acredita que suas interações com outros estudantes tiveram



impacto em seu crescimento pessoal, atitudes e valores; o quanto se sente próximo (íntimo) às outras pessoas (docentes, estudantes, técnicos administrativos) na UFSM; o quanto está satisfeito com a sua vida social (amigos, organizações universitárias, atividades extracurriculares, etc.) na universidade; o quanto considera que as suas interações com outros estudantes tiveram um impacto sobre o seu crescimento intelectual; o que considera ter em comum com outros estudantes da UFSM; se seus amigos são da UFSM em relação aos que não são, como cidade natal, trabalho, etc e o quanto concorda que seus amigos mais próximos o encorajam a permanecer na UFSM. Segue gráfico com os resultados encontrados:

Gráfico 22 – Integração Social



Fonte: própria autora (2019).

Os estudantes investigados consideram, em sua maioria, que suas interações com outros estudantes da UFSM tiveram impacto em seu crescimento pessoal, suas atitudes e valores (87,29%), bem como, referem que essas interações tiveram impacto também sobre seu crescimento intelectual (74,58%). No que se refere a impressão geral sobre os estudantes, 38,33% dos estudantes não tem impressão nem favorável, nem desfavorável em relação aos

outros estudantes da instituição e 15,83% tem uma impressão pouco favorável dos outros estudantes.

No mesmo sentido, 40% dos estudantes pesquisados não se sentem tão íntimos de seus colegas, professores e técnicos administrativos e 20,42% se sentem pouco íntimo dessas pessoas. É importante apontar que 37,71% dos estudantes não consideram que tenham ou não algo em comum com os outros estudantes da UFSM e 16,46% consideram que tenham pouco em comum com os outros estudantes.

Segundo Jung (2014), o ingresso na universidade faz com que o estudante necessite de um novo arranjo na sua rede de apoio social e relações interpessoais, na medida em que o grupo tem papel fundamental na construção da identidade e no auxílio em caso de dificuldades, assim, a universidade torna-se um importante ambiente socializador. Segundo a autora, os pares atuam como mediadores entre o impacto das experiências universitárias e o desenvolvimento vivenciado. Essa interação permite compartilhar dúvidas e anseios em comum, ampliando as estratégias para resolução dos problemas enfrentados. As amizades também contribuem para a adaptação e promovem sentimentos de segurança e competência.

*“Conforme minha socialização e construção, acabei tendo um senso mais crítico ao entrar e uma ideia do que eu quero para o futuro”. (EP)*

*“Os incentivos dos colegas e do centro de educação para que eu conclua minha formação e do serviço sócio educativo que me ajudou muito na minha permanência na UFSM”. (EP)*

*“Ter um lugar acolhedor e confortável, poder se sentir bem”. (EP)*

Fior, Mercuri e Almeida (2011) destacam a importância da interação com os pares, sejam essas de cunho acadêmico (relacionadas ao desenvolvimento e/ou cumprimento das exigências e tarefas do curso superior) ou social (envolvendo conteúdos característicos do convívio social, como buscar ajuda dos pares para resolver um problema pessoal, auxiliar alunos com dificuldades, socializar-se com colegas e desenvolver atividades de lazer com os outros) para o desenvolvimento dos estudantes, pois possibilita a formação de amizades e ampliação da rede de apoio.

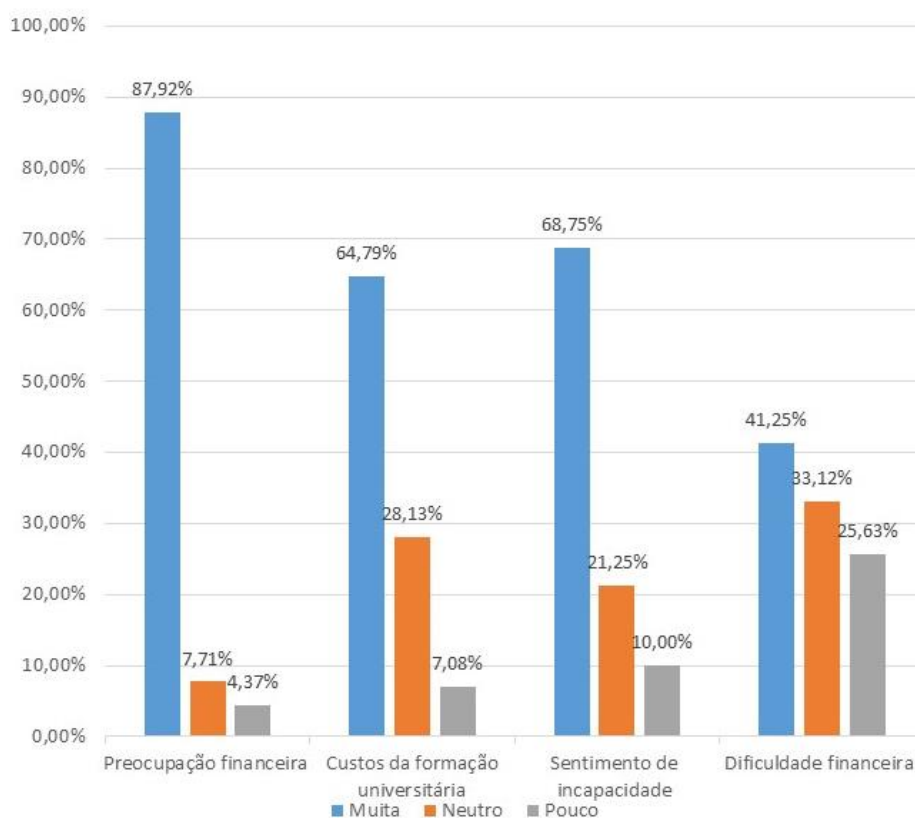
Nesse sentido, se os estudantes se sentem pouco integrados socialmente, como parece apontar a amostra pesquisada, aumenta-se o risco deles não permanecerem na instituição. Fato esse que enseja uma reflexão sobre as ações de integração que estão sendo desenvolvidas na UFSM e seu alcance para os estudantes com BSE.

### 5.2.7 Apoio Financeiro

O apoio financeiro, diz respeito à suficiência ou não de renda pessoal e familiar e a estabilidade pessoal e familiar do estudante atendido pelas ações de assistência estudantil da UFSM. Esse apoio vem sendo foco em vários modelos teóricos de retenção em termos de seus efeitos diretos sobre a permanência, (ALBUQUERQUE, 2008; ALLEN et al., 2008; CABRERA; NORA; CASTAÑEDA, 1992; DOWD; COURY, 2006; MORAES; THEÓPHILO, 2006). Ele avalia a satisfação dos estudantes com os custos institucionais e a tensão que eles experimentaram no cumprimento dos compromissos financeiros.

Dizem respeito a tal aspecto a frequência que o estudante se preocupa em ter dinheiro suficiente para atender às suas necessidades; o quanto é difícil para ele e/ou para família lidar com os custos da sua formação universitária. Também questiona o estudante quantas vezes ele se sente incapaz de fazer coisas que seus colegas podem fazer, em relação aos custos financeiros de estar na UFSM e a dificuldade financeira que encontra para comprar livros, fotocópias e material que o curso exige. A seguir seguem os resultados encontrados:

Gráfico 23 – Apoio Financeiro



Fonte: própria autora (2019).

Os resultados apontam que 87,92% dos estudantes relatam que se preocupam muito em ter dinheiro para atender as suas necessidades, assim como, 64,79% relatam muita dificuldade para si e/ou sua família de custear sua formação universitária. Da mesma forma, é significativo o número de estudantes, 68,75%, que se sentem incapazes de fazer coisas que os outros estudantes da UFSM podem se “dar ao luxo” de fazer.

*“A UFSM fornece o suficiente pra um aluno se formar (isso é um elogio. A maioria das universidades não o faz.), mas está longe de fornecer aos estudantes mais pobres condição de igualdade formativa. Não posso participar dos eventos que meus colegas participam, não posso comprar os livros que eles compram, etc.”. (EP)*

Nesse mesmo sentido, as perguntas abertas também apontam a importância da questão financeira para os estudantes da UFSM, uma vez que 30% escolheram a instituição pela sua AE, 49% dos pesquisados consideram que as ações de AE são importantes para sua permanência e 88% relatam que a AE da UFSM influencia na sua permanência.

Embora Barbosa (2013) aponte que a dimensão econômica não encontra grande apoio na literatura como um aspecto que influencia no processo de evasão, é importante lembrar que estamos tratando de um novo perfil de estudante que vem ingressando nas IFES. Esse perfil não se constituía objeto de pesquisas anteriores, visto que era insignificante sua presença nas universidades públicas de modo geral.

Destarte, não se pode ignorar que a crescente dependência que o estudante enfrenta de ajuda financeira para cobrir os custos de estar nas IFES, vem se constituindo como um componente importante para sua permanência no ES, fato esse, amplamente relatado na pesquisa. A capacidade de arcar com suas despesas básicas torna-se fundamental para remoção ou redução das dificuldades do estudante em participar das dimensões acadêmicas e sociais da instituição.

Por fim, embora seja necessária uma maior compreensão de questões de ordem acadêmica, das expectativas do aluno em relação ao curso ou à instituição, que podem encorajá-lo ou desestimulá-lo a priorizar a conclusão do seu curso, no estudo em questão, fica evidente a importância atribuída a questão financeira para decisão do estudante em permanecer na UFSM.

## **6 PROPOSTA DE UM INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO RISCO DE EVASÃO E DE UM SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO DA PERMANÊNCIA NA UFSM**

Conforme prevê o Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Educação Básica e Superior (PPC/MPPPGE/UFSM, 2015) ao término da dissertação espera-se que o estudante possa desenvolver práticas interventivas, por meio da ação-reflexão-ação, com conhecimento, criticidade e comprometimento, buscando a inovação e a valorização de sua experiência profissional. Com isso espera-se que o estudante gere conhecimento a ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais da educação nos diferentes contextos de gestão educacional e escolar onde estão inseridos.

Assim, a partir das discussões e reflexões ao longo das disciplinas do Mestrado Profissional e da pesquisa desenvolvida para tal dissertação, foi possível vislumbrar o quanto a proposta de intervenção a ser apresentada a seguir é pertinente ao momento em que vivemos, onde a sociedade do conhecimento e a globalização exige da universidade um novo olhar para o estudante que vem conseguindo acessar esse nível de ensino.

De acordo com Corbonel (2002), a inovação pode ser entendida como um conjunto de intervenções, decisões e processos, com certo grau de intencionalidade e sistematização, que tratam de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos, modelos e práticas pedagógicas. Ainda segundo o autor, a inovação acaba sendo o resultado de um sábio e frágil equilíbrio entre o saber acumulado coletivamente e a necessidade permanente de repensá-lo.

Dessa forma, apresento aqui a proposta de um Instrumento de Avaliação do Risco de Evasão de estudantes com BSE da UFSM e um Serviço de Acompanhamento da Permanência do Estudante – SAP, vinculado ao Setor de Atenção Integral ao Estudante –SATIE da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

O instrumento proposto, assim como o instrumento aplicado nessa pesquisa, tem como base o *College Persistence Questinnnaire* de Davidson, Beck e Milligan (2009). Tais autores desenvolveram um instrumento capaz de avaliar a maioria das dimensões consideradas, em estudos anteriores sobre o estudante universitário, como relevantes ao processo de evasão e permanência. Serão consideradas as dimensões apresentadas em tal questionário, no entanto, as questões serão reduzidas, a fim de dinamizar o preenchimento pelo estudante. O instrumento de avaliação do risco de evasão receberá o nome de QPA\_UFSM (Quadro 5).

Quadro 4 – Dimensões e perguntas que compõe o QPA\_UFSM

<b>Dimensões</b>	<b>Perguntas</b>
Apoio Institucional	Quanto você se considera satisfeito com a orientação acadêmica que recebe na UFSM?
	Quanto você considera que a UFSM divulga informações importantes, tais como regras acadêmicas, requisitos para graduação, notícias do campus, eventos, atividades extracurriculares, apoio financeiro e bolsas de estudo?
	Quanto você considera que pode participar dos processos de tomada de decisão da UFSM (questões como ofertas de cursos, regras, regulamentos e procedimentos)?
Compromisso com a Diplomação	Neste momento, o quanto você está comprometido em obter o diploma, na UFSM ou em outro lugar?
	Qual é a sua intenção em concluir a graduação, na UFSM ou em outra universidade?
	Quando se consideram os benefícios de ter um diploma universitário e os custos e esforço em obtê-lo, o quanto você diria que os benefícios superam os custos e o esforço?
Consciência Acadêmica	Os universitários têm muitas responsabilidades acadêmicas. Com que frequência você esquece aquelas que considera importante?
	Com que frequência você chega atrasado para às aulas, reuniões e outros eventos na UFSM?
Compromisso Institucional	Com que frequência você pensa em largar a UFSM (transferência para outra universidade, ir trabalhar ou sair por outras razões)?
	Qual é a probabilidade de você continuar na UFSM no próximo semestre?
Integração Acadêmica	Em geral, quanto você está satisfeito com a qualidade do ensino que está recebendo aqui?
	Você entende a explicação de seus professores ou quando eles pedem que você responda perguntas em sala?
	Quanta ligação você vê entre o que está aprendendo na universidade e as possibilidades de carreira futura?
	Quanto você considera que o seu curso está preocupado com seu desenvolvimento profissional?
Integração Social	Quanto você se sente próximo às outras pessoas (docentes, estudantes, técnicos administrativos) na universidade?
	Quando você pensa sobre sua vida social na UFSM (amigos, organizações universitárias, atividades extracurriculares, etc.), quanto você está satisfeito?
	Quanto você acha que é parecido (gostos, atitudes, jeito de ser) com outros estudantes da UFSM?
	Quantos dos seus amigos são daqui da UFSM em relação aos que não são, como cidade natal, trabalho, etc.?
Apoio Financeiro	Quão difícil é para você ou sua família lidar com os custos de sua formação universitária?
	Ao considerar os custos financeiros de estar na UFSM, quantas vezes você se sente incapaz de fazer coisas que outros estudantes daqui podem fazer?

Fonte: própria autora (2019).

As perguntas escolhidas para compor o QPA\_UFSM, partem do que foi mais relevante nos resultados dessa dissertação, estando assim constituídos:

Quadro 5 – Instrumento de avaliação do risco de evasão – QPA\_UFSM

(continua)

Prezado estudante!		Muitíssimo	Muito	Neutro	Pouco	Pouquíssimo
<p>Você está sendo convidado a responder esse questionário a fim de avaliar e contribuir para sua permanência na UFSM. Ele foi enviado para você, pois verificamos que teve algumas reprovações no semestre anterior, o que pode prejudicar sua permanência no Programa de Benefício Socioeconômico da UFSM e em consequência na própria instituição.</p> <p>Saiba que suas respostas estão protegidas por sigilo profissional. Você também tem a garantia que, caso não queira responder tal questionário, não haverá nenhum tipo de prejuízo em relação a sua decisão.</p> <p>O instrumento a seguir contém 20 questões, as quais você deve marcar conforme as respostas disponíveis. Importante destacar que não existem respostas certas ou erradas, queremos apenas sua percepção/sentimentos/expectativas em relação as questões a seguir:</p>						
1	Quanto você se considera satisfeito com a orientação acadêmica que recebe na UFSM?					
2	Quanto você considera que a UFSM divulga informações importantes, tais como regras acadêmicas, requisitos para graduação, notícias do campus, eventos, atividades extracurriculares, apoio financeiro e bolsas de estudo?					
3	Quanto você considera que pode participar nos processos de tomada de decisão da UFSM (questões como ofertas de cursos, regras, regulamentos e procedimentos)?					
4	Neste momento, o quanto você está comprometido em obter o diploma, na UFSM ou em outro lugar?					
5	Qual é a sua intenção em concluir a graduação, na UFSM ou em outra universidade?					
6	Quando se consideram os benefícios de ter um diploma universitário e os custos e esforços em obtê-lo, o quanto você diria que os benefícios superam os custos e o esforço?					
7	Os universitários têm muitas responsabilidades acadêmicas. Com que frequência você considera que esquece aquelas que considera importante?					
8	Com que frequência você chega atrasado para as aulas, reuniões e outros eventos na UFSM?					
9	Com que frequência você pensa em abandonar a UFSM (transferência para outra universidade, ir trabalhar ou sair por outras razões)?					
10	Qual é a probabilidade de você continuar na UFSM no próximo semestre?					
11	Em geral, quanto você está satisfeito com a qualidade do ensino que está recebendo na UFSM?					
12	Você entende a explicação de seus professores ou quando eles pedem que você responda perguntas em sala?					

Quadro 5 – Instrumento de avaliação do risco de evasão – QPA\_UFSM

(conclusão)

		Muitíssimo	Muito	Neutro	Pouco	Pouquíssimo
13	Quanta ligação você vê entre o que está aprendendo na universidade e as possibilidades de carreira futura?					
14	Quanto você considera que o seu curso está preocupado com seu desenvolvimento profissional?					
15	Quanto você se sente próximo às outras pessoas (docentes, estudantes, técnicos administrativos) na UFSM?					
16	Quando você pensa sobre sua vida social na UFSM (amigos, organizações universitárias, atividades extracurriculares, etc.), quanto você está satisfeito?					
17	Quanto você acha que é parecido (gostos, atitudes, jeito de ser) com outros estudantes da UFSM?					
18	Quanto dos seus amigos são daqui da universidade em relação aos que não são, como cidade natal, trabalho, etc.?					
19	Quão difícil é para você ou sua família lidar com os custos de sua formação universitária?					
20	Ao considerar os custos financeiros de estar na UFSM, quantas vezes você se sente incapaz de fazer coisas que outros estudantes daqui podem fazer?					

Fonte: própria autora (2019), adaptado de Davidson, Beck e Milligan (2009).

O Instrumento de Avaliação do Risco de Evasão dos estudantes será respondido pelos estudantes com BSE que tenham reprovado em 25% das disciplinas cursadas no semestre e pelos estudantes que não consigam cumprir as exigências impostas pela Resolução 035/15.

A escolha por esse grupo de estudantes deve-se por estes serem os contemplados, prioritariamente, pelo PNAES, ou seja, considerados com maior vulnerabilidade socioeconômica e foco das AE da UFSM. Conforme já foi discutido ao longo deste estudo, o estudante com trajetória de vulnerabilidade socioeconômica apresenta um menor aporte de recursos para lidar com barreiras em relação ao progresso de seus estudos universitários, sendo necessária a criação de mecanismos institucionais para lidar com essas situações. Tal escolha também se deve ao fato de já terem sido avaliados para inclusão no BSE, assim como, para manterem-se com o mesmo, necessitam cumprir o que preceitua a Resolução 035/15 PRAE/UFSM.

Embora inicialmente o produto a ser proposto ao final desta dissertação tenha sido um Instrumento de Avaliação do Risco de Evasão de estudantes com BSE da UFSM, acredito que tal instrumento não faça sentido se não estiver articulado com um serviço, dentro da instituição, que acompanhe a permanência do estudante a partir da identificação das suas estratégias de permanência e dos aspectos que o colocam em risco de evadir.



Para tanto, será criado o Serviço de Acompanhamento da Permanência - SAP, vinculado ao SATIE/PRAE que contará com os profissionais de tal setor, ou seja, assistentes sociais e psicólogos, para efetivar suas propostas. O SAP pretende estar amplamente conectado e articulado com os demais setores e serviços da instituição que visam contribuir para permanência do estudante, entre eles, destacam-se as UAP(s) dos Centros de Ensino e o CAED.

As UAP(s) têm por finalidade prestar apoio pedagógico aos docentes, TAE(s) e discentes, de maneira a otimizar os processos de ensino- aprendizagem no âmbito dos Centro de Ensino. Entre suas principais atribuições destacam-se: o assessoramento dos processos de criação e reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos dos Centros; a orientação didático-pedagógica dos docentes e dos discentes e o fomento da interdisciplinaridade nas ações de formação acadêmica e profissional desenvolvidas no Centro.

O SAP desenvolverá suas ações a partir da identificação dos estudantes com BSE e com reprovação em 25%, 50% e mais de 75% das disciplinas cursadas no semestre, através de relatórios disponibilizados pelo SIE. A seguir estes estudantes serão classificados conforme o seu risco de evasão, considerando três grupos: Grupo Azul: estudantes com reprovação entre 25% e 50% das disciplinas cursadas no semestre; Grupo Amarelo: estudantes com reprovação entre 50% a 75% das disciplinas cursadas no semestre e Grupo Vermelho: estudantes com reprovação em mais de 75% das disciplinas cursadas. Após, os grupos serão contatados pela equipe do SAP, sendo que os estudantes do Grupo Azul receberão um e-mail com explicações sobre sua situação acadêmica, oferecendo o SAP e convidando-o a preencher o QPA\_UFSM. Os estudantes do Grupo Amarelo receberão um e-mail convidando-os para entrevista com o SAP e a preencher o QPA\_UFSM. Para os estudantes do Grupo Vermelho será enviado e-mail, com proposta de agendamento de entrevista, caso não haja resposta, será efetuada ligação telefônica, caso não tenha sucesso na ligação, será feito contato via curso e, caso nenhuma das tentativas anteriores tenha êxito, será realizada visita domiciliar ao estudante.

Com o retorno do QPA\_UFSM preenchido pelos estudantes do Grupo Azul e Amarelo, será realizado um levantamento das estratégias usadas para garantir sua permanência na UFSM e o seu possível risco de evasão. Com isso serão articuladas junto as UAP (s), Coordenações de Curso e a CAED, ações de prevenção e de integração dos estudantes.

Para os estudantes do Grupo Vermelho, no dia da entrevista, na sala de espera do SATIE, será convidado a preencher o QPA\_UFSM. Na entrevista serão identificadas áreas que coloquem em risco a permanência desse estudante (aprendizagem, organização do tempo, estratégias de estudo, família, condições de instalação, etc.) na instituição. Essas áreas serão identificadas, tanto a partir das respostas ao QPA\_UFSM, quanto da fala do estudante. A partir

da entrevista, será construído, em conjunto com o estudante, um Plano de Progresso de Objetivos (PPO). Também será identificado junto com o estudante os possíveis serviços aos quais poderá ser encaminhado, estes serviços podem ser internos, oferecidos pela UFSM (CAED, Anima, CEIP, UAP (s) dos Centros de Ensino) como a rede municipal de saúde e assistência social.

Para o encaminhamento do estudante, a equipe de profissionais do SATIE/PRAE necessitará uma maior integração e interlocução, tanto com o município de Santa Maria a partir de um mapa atualizado da rede de atenção em saúde e assistência, como com os outros setores dentro da UFSM. Essa integração com os setores da UFSM tem o objetivo de mapear a rede de serviços de atenção interna da UFSM (apoio acadêmico, acessibilidade, saúde, projetos e atividades disponíveis) para os encaminhamentos possíveis a esse estudante.

Nesse sentido, será necessária uma articulação de forma sistêmica, com os diferentes setores da UFSM para que integrem as ações, isso conforme salienta Carbonell (2002) requer um enfoque global e multidimensional que evite atuações isoladas, como observo muitas vezes dentro da UFSM e que de certa forma também foi apontado nos resultados desse estudo.

Acredito que conseguir efetivamente a parceria com outros órgãos da instituição será um dos maiores desafios para implementação de tal proposta. Embora a UFSM se defina como uma universidade democrática, participativa e aberta a comunidade, ainda observo certa resistência à mudança e dificuldade de romper com o instituído, conforme nos aponta Carbonell (2002, p. 34),

É sabido dentro das instituições do enraizamento da inércia, da sua capacidade de sobrevivência, impermeável aos ventos da mudança, surda às críticas que vêm de todos os lados e cega diante dos inúmeros erros que ninguém questiona nem trata de revisar, fazendo sempre a mesma coisa, mantendo rotinas e o *status quo*.

Brzezinski (2001, p. 67) pontua que “a construção de um projeto na escola só tem significado quando é resultante de um trabalho interdisciplinar, transdisciplinar e coletivo, tendo como base relações democráticas, gestão participativa e colegiada, produção de conhecimento referenciada na pesquisa-ação”.

Nesse sentido, concordo com Ferreira (2000) que pontua que a participação é um processo de democratização emancipatória na conquista incessante de novos espaços e novas formas de cidadania individual e coletiva. Assim, ainda segundo a autora à gestão democrática da educação implica colocar a educação a serviço de novas finalidades, a fim de construir um futuro com maior comprometimento e responsabilidade do cidadão

Dando continuidade às ações do SAP junto aos estudantes do Grupo Vermelho, será agendado retorno ao longo do semestre para acompanhamento do seu Plano de Progresso de Objetivos (PPO). Ao término do semestre, caso esse estudante mantenha-se na mesma classificação de risco (cor), será realizado, novamente, no semestre subsequente o acompanhamento, identificando as falhas do semestre anterior (que áreas foram esquecidas, novos problemas, etc.).

Após o fim do semestre, será realizada a avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de todos os grupos. Caso o estudante apresente um menor risco de evasão (conforme a classificação dos grupos), será avisado por e-mail e será disponibilizado o serviço ao longo do semestre. Caso o estudante não seja mais classificado com risco de evasão, será desligado do SAP e o SATIE ficará à sua disposição.

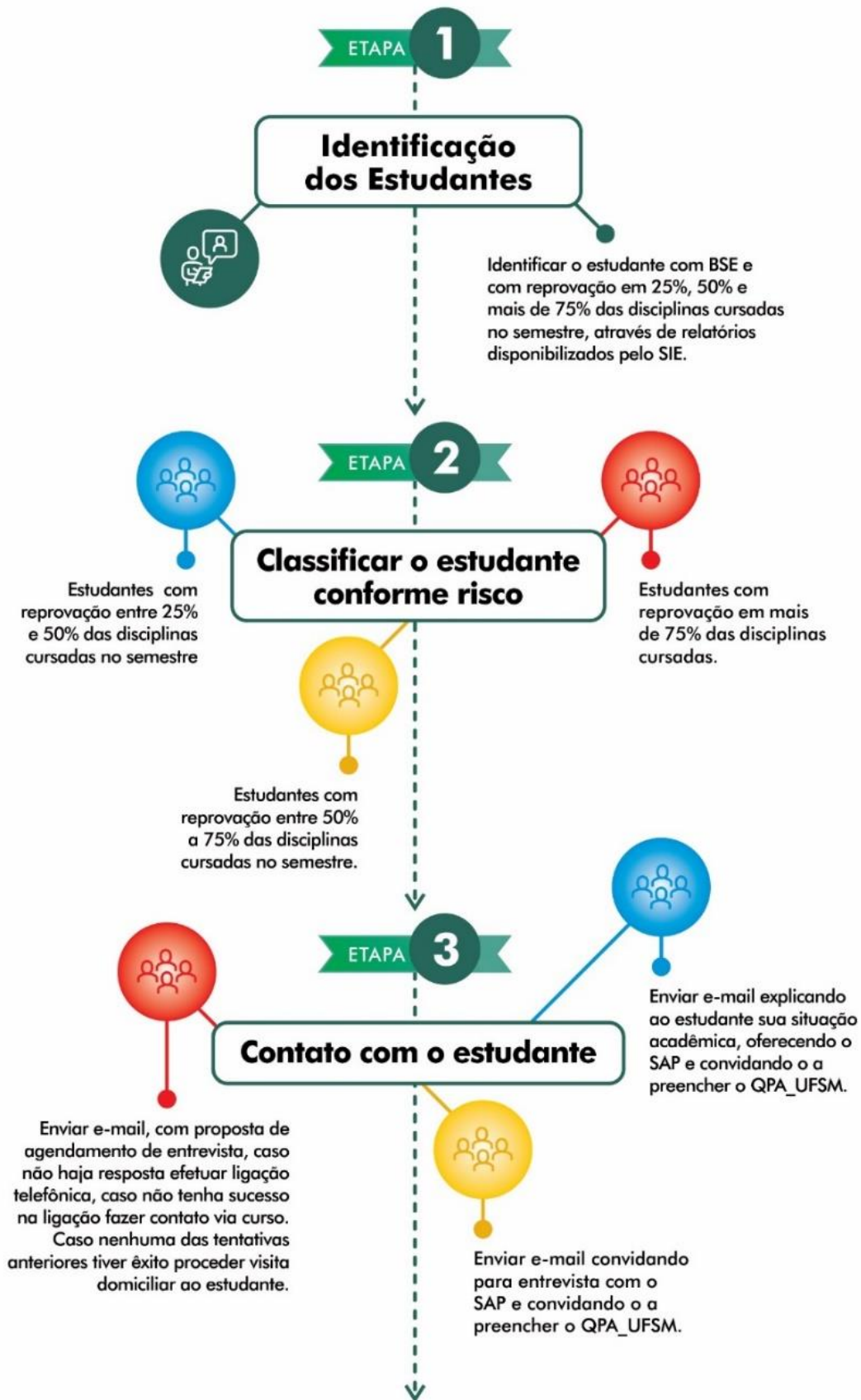
Importante destacar que o critério de desempenho acadêmico aqui levado em consideração para classificar os estudantes em risco de evasão baseia-se na Resolução 035/15 PRAE/UFSM. A Resolução preceitua em seus artigos 4º § 3º; 5º § 1º e 6º § 2º que situações de vulnerabilidade que impliquem o não cumprimento dos critérios serão analisadas e acompanhadas pelo NAE, a fim de garantir a permanência no Programa BSE.

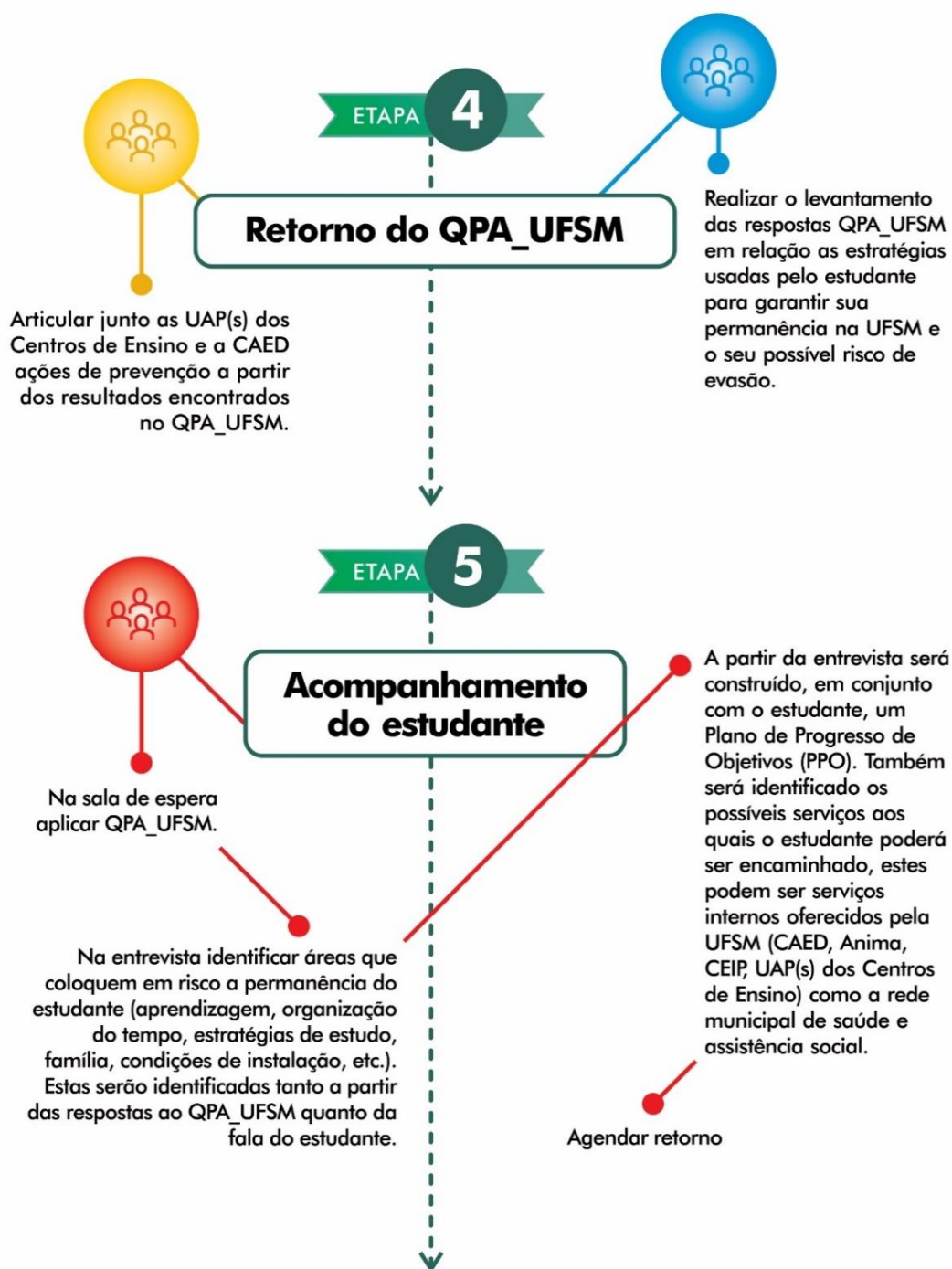
No entanto, tal acompanhamento, atualmente, se dá pela busca espontânea do estudante ao Projeto Nenhum a Menos, o que muitas vezes não acontece. Os dados dessa pesquisa apontam que apenas 14% dos estudantes utilizam ou já utilizaram o Nenhum a Menos, além de apresentarem dificuldades de acessar os serviços do SATIE, como a falta de divulgação e a demora no atendimento. Para o estudante em risco de evasão, o atendimento acontece, muitas vezes, após a reprovação em dois semestres consecutivos com consequente perda definitiva do BSE. Com a implementação do SAP acredito que o estudante poderá ter um melhor acompanhamento de seu desenvolvimento acadêmico e um cuidado maior com sua permanência na instituição.

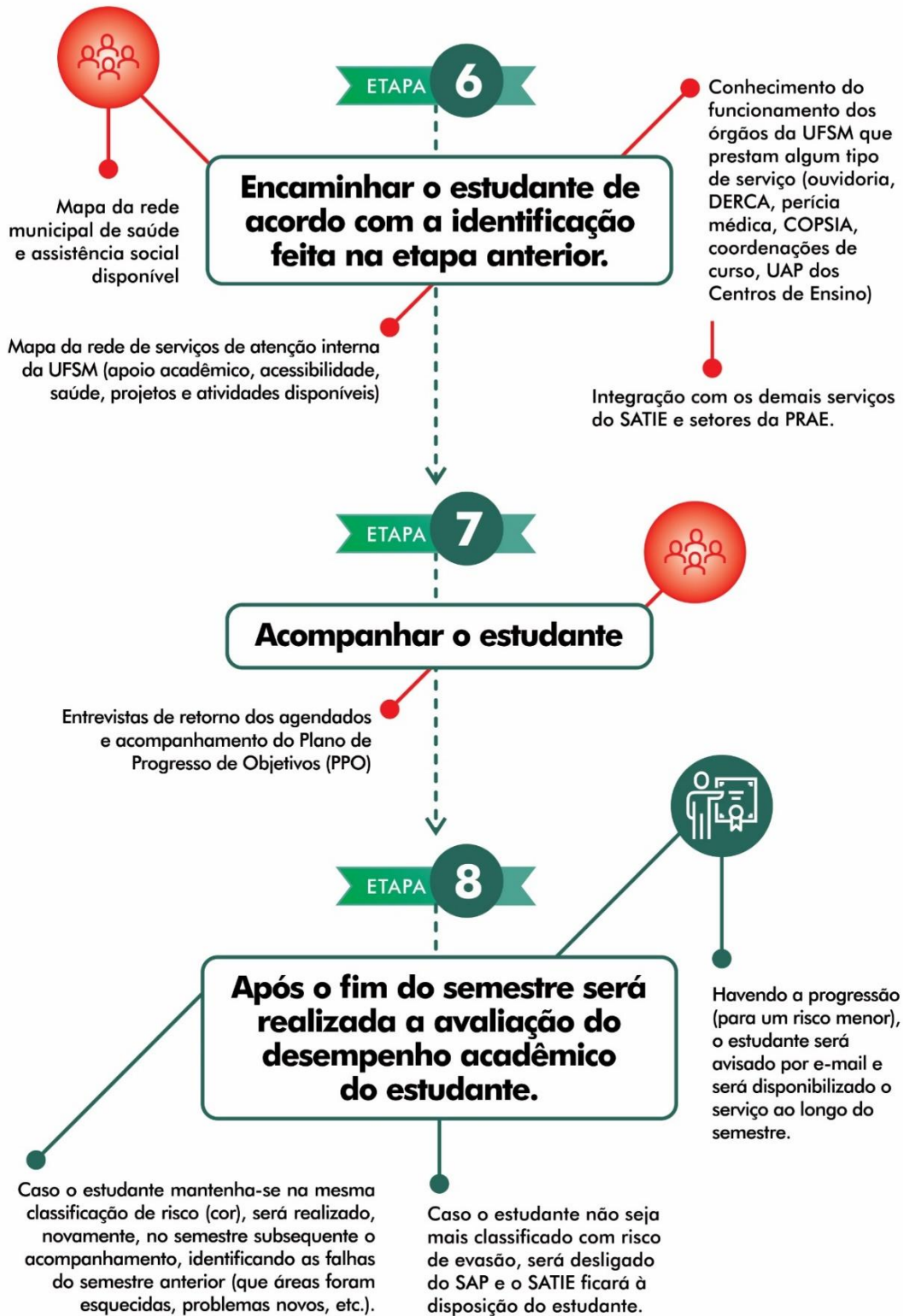
Com o QPA\_UFSM e do SAP os profissionais envolvidos nas ações de assistência estudantil da UFSM, mais especificamente da PRAE, terão a oportunidade de, considerando as demandas e as políticas públicas da educação superior, planejar, sistematizar e desenvolver um trabalho preventivo, qualificando a sua atuação e refletindo na qualidade da permanência do estudante.

A seguir apresento de forma esquematizada o Serviço Acompanhamento da Permanência – SAP/SATIE/PRAE

Figura 7 – Serviço de Acompanhamento da Permanência – SAP/SATIE/PRAE







## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENCERRANDO CICLOS E ABRINDO NOVAS POSSIBILIDADES**

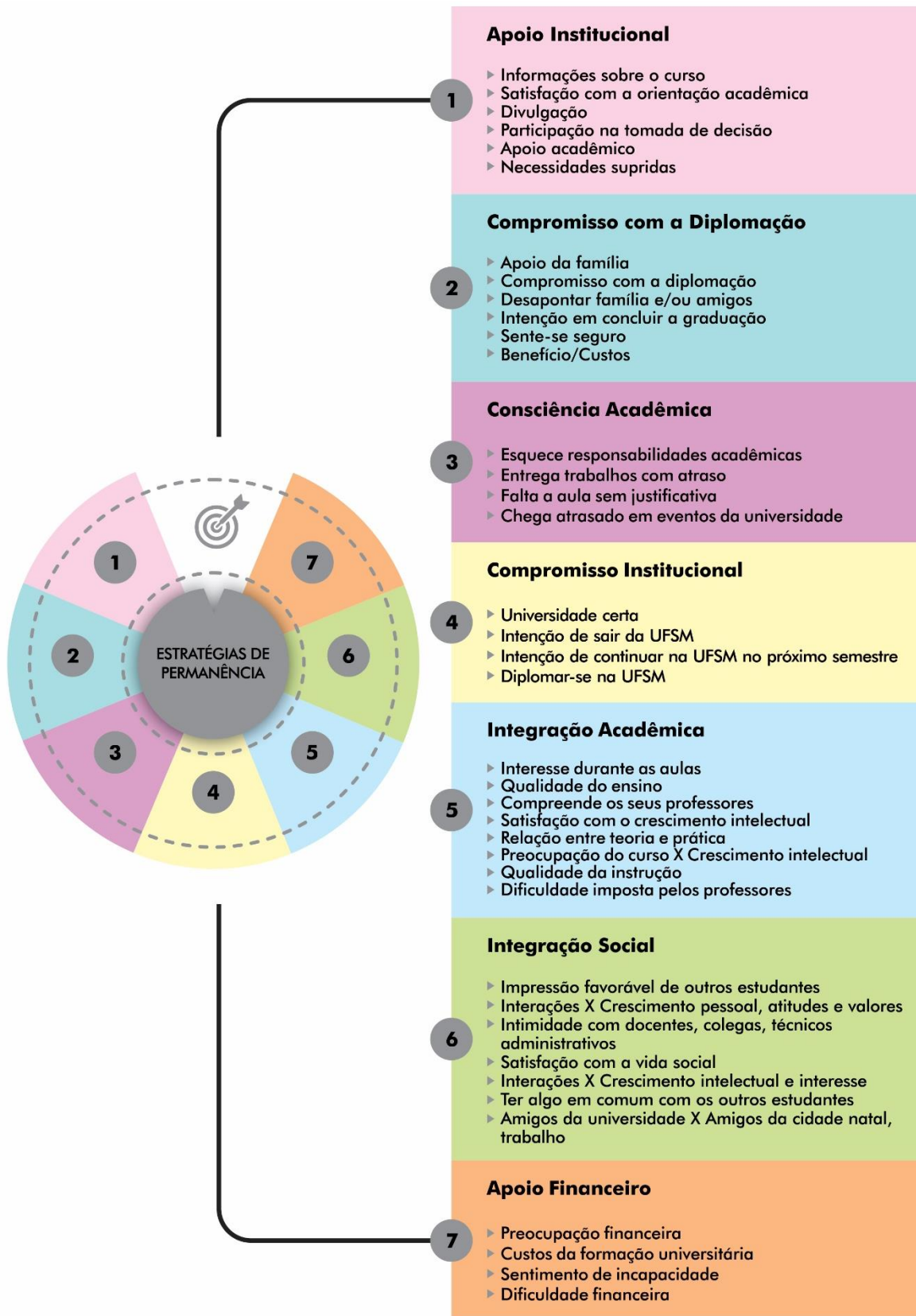
Acredito que não se constitui tarefa fácil concluir uma dissertação, tanto pela complexidade das questões aqui levantadas, quanto pelo processo de construção do conhecimento ao longo do trabalho que ensejou novos questionamentos e novas descobertas sobre o tema pesquisado. Além disso, o momento sociohistórico e político que acompanhou a escrita desse texto, vem sendo de intensas transformações e incertezas nos rumos das políticas de democratização e permanência dos estudantes em vulnerabilidade. Revisitar tais contextos para elaborar essa dissertação, gerou muita angústia e apreensão frente ao que está por vir.

Ao iniciar o Mestrado Profissional tinha uma única certeza: o desafio que estava assumindo, uma vez que, mesmo trabalhando em uma instituição educacional, me inquietando com as questões do meu cotidiano profissional, havia tempo que não me debruçava sobre a pesquisa e a escrita acadêmica. Da mesma forma, me deter na pesquisa de um tema tão próximo a minha realidade profissional, trazia o receio de “contaminar” os resultados da pesquisa com os minhas verdades e convicções, o que ao longo do estudo fui percebendo que, em um mestrado profissional não tem como não serem afetadas pelos resultados da investigação. O cotidiano vai nos afetando e nos constituindo, assim como vamos afetando o cotidiano.

Nesse sentido, ao concluir esse trabalho percebo a complexidade do tema proposto e a necessidade de vários olhares para responder a questão que norteou toda pesquisa: Quais as estratégias de permanência do estudante na educação superior atendidas pelas ações AE da UFSM? A essa questão, aliaram-se os seguintes objetivos, na perspectiva de compreender e apreender, com maior profundidade, sobre o tema: pesquisar sobre a política de assistência estudantil implementadas na UFSM; investigar se as ações de assistência estudantil da UFSM influenciam na permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica; investigar a opinião do estudante sobre as ações de AE da instituição e por fim propor um instrumento de avaliação do risco de evasão dos estudantes com BSE e um serviço de acompanhamento da permanência desses estudantes.

Considero de fundamental importância ter reconhecido, a partir do Questionário de Permanência Acadêmica (QPA), as estratégias de permanência do estudante no ES atendidas pelas ações de AE da UFSM, uma vez que esse questionário aponta dimensões importantes a serem trabalhadas pela instituição, a fim de garantir uma melhor permanência e conclusão do curso. Estratégias essas resumidas na figura a seguir:

Figura 8 – Estratégias de permanência do estudante com BSE



Fonte: própria autora (2019).



Nesse sentido, os estudantes pesquisados sentem-se satisfeitos com o **apoio institucional** que recebem da UFSM, tanto em relação a orientação e apoio acadêmico, quanto em relação ao acesso às informações sobre a sua formação. Os estudantes pesquisados apresentam, na sua maioria, **compromisso institucional** uma vez que têm a intenção de concluir a graduação na UFSM ou em outra instituição, assim como, sentem-se comprometidos em obter um diploma e estão seguros que conseguirão graduar-se. Da mesma forma, sentem-se apoiados pela família.

Acredito que a estratégia representada pela **consciência acadêmica** dos estudantes pesquisados requer um aprofundamento de pesquisas, uma vez que a maioria da amostra investigada apresenta dificuldades de entregar trabalhos no prazo, assim como esquecem com frequência de entregar atividades acadêmicas que consideram importantes, faltam e chegam atrasados nas aulas, reuniões e outros eventos.

No que concerne ao **compromisso institucional**, aponto que os estudantes pesquisados se sentem confiantes que escolheram a universidade certa e pretendem se diplomar na UFSM. Grande parte desses estudantes consideram a possibilidade de largar a universidade, dado esse que enseja maiores reflexões, uma vez que, mesmo sentindo-se satisfeitos com a UFSM, outras questões são relevantes para decisão do estudante em permanecer ou não no curso.

No tocante à **integração acadêmica**, a maioria dos estudantes pesquisados apresentam interesse nos conteúdos apresentados em aula, entendem as explicações dadas pelos professores em sala de aula, assim como, estão satisfeitos com a qualidade do ensino e com seu crescimento intelectual e no curso, percepções essas apontadas como importantes para avaliar a permanência ou não do estudante no curso. Da mesma forma, a **integração social** aparece como uma importante estratégia de permanência já que, na amostra pesquisada, a maioria considera que suas interações com outros estudantes da UFSM tiveram impacto em seu crescimento pessoal, suas atitudes e valores, bem como, acreditam que essas interações tiveram impacto também sobre seu crescimento intelectual. Importante destacar que uma parcela significativa dos estudantes pesquisados sente-se pouco íntima de seus colegas, professores e técnico-administrativos, o que pode contribuir para a desistência/abandono do curso.

Por último, mas não menos importante, destaca-se o **apoio financeiro** percebido pelos estudantes pesquisados como crucial para sua permanência e conclusão do curso, uma vez que a maioria se preocupa muito em ter dinheiro para atender as suas necessidades e sentem-se incapazes de fazer coisas que os outros estudantes da UFSM podem se “dar ao luxo” de fazer, assim como, referem muita dificuldade para si e/ou sua família de custear sua formação universitária.

De acordo com Schleich, Polydoro e Santos (2006), reconhecer a percepção dos estudantes acerca da sua permanência na instituição auxilia os gestores e a equipe técnica a entender o impacto do ensino superior no desenvolvimento do estudante, uma vez que o desencontro entre a diversidade de expectativas dos estudantes e o que realmente a instituição oferece pode gerar baixo desempenho, reduzida integração, insucesso e até mesmo o abandono do curso. É útil para gestão, ainda conforme as autoras, o estabelecimento de normas e de estratégias de intervenção, para o desenvolvimento de programas e serviços de forma que conduzam à promoção do sucesso dos estudantes e melhor qualidade de formação.

Do mesmo modo, pesquisar sobre a política de assistência estudantil, implementada no Brasil e na UFSM nos últimos anos, trouxe a possibilidade de revisitar minha trajetória profissional na instituição. Ingressei na UFSM em um momento rico e de profundas transformações no ambiente universitário, ancoradas nas políticas públicas de democratização do acesso e permanência no ES. Tal pesquisa confirmou o que venho observando empiricamente desde que ingressei na instituição no ano de 2005, ou seja, o crescente aumento e diversificação do perfil do estudante da UFSM, o aumento do número de servidores (docentes e técnicos-administrativos), bem como, o aumento do número de cursos, de prédios e de *campi*. Ao pesquisar a política de AE da UFSM foi possível ampliar minha visão e compreender melhor os determinantes sócio-históricos e políticos que fizeram com que a democratização do acesso e de permanência tivessem força nessas duas últimas décadas. Da mesma forma, me fez reconhecer a forte influência dos organismos multilaterais para efetivação de tais políticas, o que até a entrada no Mestrado Profissional não era tão claro para mim.

Com certeza o ingresso no Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior trouxe para minha experiência profissional e pessoal um olhar mais crítico e aguçado frente às exigências da sociedade do conhecimento e do mundo globalizado. Especialmente, no atual momento sócio-histórico e político de escrita desta dissertação, onde os ataques as IFES e, conseqüentemente aos servidores públicos e às políticas de democratização e permanência, vêm sendo constante.

De acordo com Afonso (2013) existe hoje uma cultura educacional mundial comum, tendo como padrões de referência países desenvolvidos. Tais políticas acompanharam as mudanças do papel da educação superior como um bem público e a colocam em um papel estratégico no desenvolvimento da sociedade, especialmente para países em desenvolvimento como o Brasil. A agenda globalmente estruturada para a educação, enfatiza a centralidade da economia capitalista no processo de globalização. Essa nova forma de ver a educação superior exige da universidade uma nova lógica de valores, uma reorganização em função de demandas

locais em um contexto global, necessitando conviver, ao mesmo tempo, com concepções preexistentes. Morosini (2014) aponta que esse contexto emergente na universidade, ao viver essas tensões, reformula-se, inova e revê sua gestão em diferentes aspectos, mas principalmente em relação à democratização do acesso e ao processo de ensino-aprendizagem, atendendo, assim, as exigências da sociedade do conhecimento. Fato esse que verificamos ao longo do estudo.

A democratização do acesso ao ES é um tema emergente na construção de uma sociedade baseada na educação e no conhecimento. Oliveira et al. (2008) aponta que a Sociedade do Conhecimento exige a qualificação geral da população, com isso posto, foram implementadas no Brasil, políticas afirmativas de acesso à educação superior a fim de acelerar a inclusão no ES de estudantes provenientes de escolas públicas, etnias sub-representadas e das camadas sociais mais empobrecidas que estavam distanciados do ES, em especial, da universidade pública.

Assim, as ações de AE das IFES, em especial da UFSM, foco deste estudo, tornam-se fundamentais para efetivar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que foi comprovado neste trabalho e responde ao segundo objetivo do mesmo, qual seja: investigar se as ações de AE da UFSM influenciam na permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A partir das respostas ao questionário, fica evidente a importância das ações de AE para os estudantes com BSE, pois estas garantem a permanência e obtenção de um diploma na UFSM. No entanto, mesmo sendo considerável o número de estudantes que apontam a AE como importante para sua permanência, ainda assim, observa-se nas respostas questões que vão além do apoio material da instituição, entre elas encontra-se o apoio da família e questões relativas à saúde mental.

Outra questão trazida pelos estudantes em relação a sua permanência na UFSM diz respeito a necessidade de um maior apoio pedagógico e uma maior e melhor aproximação entre estudantes, professores e TAE (s). Tal resultado corrobora com o que venho acompanhando nesses últimos anos. No que pese a importância atribuída às ações de assistência material ofertadas pela UFSM, muitas vezes, estas não são suficientes para manutenção do estudante. Não é raro observar no meu trabalho, na PRAE, as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, bem como, a desistência de alguns por não conseguirem dar conta das exigências do ES. Acredito que ainda é um desafio para a UFSM criar espaços de acolhimento e integração desses estudantes, tanto no que se refere a sua integração social, quanto acadêmica. Também é

urgente a necessidade de uma maior e melhor articulação dos serviços e setores que buscam a permanência dos estudantes, entre eles destacam-se a PRAE, CAED e UAP(s)

No que se refere a opinião sobre as ações de AE ofertadas pela UFSM, terceiro objetivo desse estudo, importante destacar que os estudantes na sua grande maioria consideram que elas são boas e cumprem com o seu objetivo de garantir a permanência. No entanto, ainda aparece nas respostas, estudantes que a consideram insuficientes e que tecem críticas quanto a forma como elas são efetivadas na instituição, principalmente em relação à gestão das moradias estudantis, o valor da bolsas, a pouca divulgação dessas ações e a falta de profissionais e de ações para atender as demandas de saúde mental dos estudantes.

Considero esses dados importantes para se pensar novas e melhores estratégias de intervenção para esses estudantes, contribuindo para sua permanência e conclusão de curso e cumprindo assim, com o objetivo da UFSM de inclusão social dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Vale destacar que esse estudo não se encerra com o término desta dissertação, muito pelo contrário. Acredito que novas e mais abrangentes pesquisas tendem a acontecer a partir dela, uma vez que a compreensão sobre como os estudantes vivenciam o ambiente universitário não significa apenas o levantamento de informações sobre as características dos estudantes ou do ambiente institucional. Inclui também o estudo do processo de interação desses dois elementos e as mudanças produzidas por essa experiência em ambos.

As observações e preocupações apresentadas neste texto manifestam a importância do tema e as mudanças que ocorrem no estudante ao longo do período em que passa na universidade, vindo assim, a contribuir para a expansão do campo de pesquisa brasileiro sobre o estudante universitário, com abordagem em diversos ângulos.

Acredito que os dados deste estudo podem ser utilizados no estabelecimento de políticas institucionais, na promoção de experiências acadêmicas e socioculturais e no planejamento de programas preventivos, bem como, no fomento de mais pesquisas na área em prol de um desenvolvimento integral do estudante, bem como, da consolidação das políticas públicas de democratização do acesso e permanência na educação superior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da universidade federal de minas gerais**. 2009. 214f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-7UPMBA/disserta\\_\\_o\\_ana\\_am\\_lia\\_adachi.pdf?sequence=1](http://www.biblioteca.digital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/HJPB-7UPMBA/disserta__o_ana_am_lia_adachi.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, p. 267-284, jun. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782013000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- ALBUQUERQUE, Teresa. Do abandono à permanência num curso de ensino superior. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 7, p. 19-28, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2795158>>. Acesso em: 15 mai. 2017.
- ALLEN, J. et al. Third-Year College Retention and Transfer: Effects of Academic Performance, Motivation, and Social Connectedness. **Research in Higher Education**, v. 49, n. 7, p. 647-664, 2008. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/25704590](http://www.jstor.org/stable/25704590)>. Acesso em: 13 mai. 2017.
- ALMEIDA, L. S.; FERREIRA, J. A. Adaptação e rendimento acadêmico no ensino superior: fundamentação e validação de uma escala de avaliação de vivências acadêmicas. **Psicologia: Teoria, Investigação e Prática**, v. 1, n. 4, p. 157-170, 1999.
- ALMEIDA, L. et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v17n3/a14v17n3.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. 2017.
- ALVES, K. T. **Ambientalização universitária sob o enfoque da racionalidade ambiental: campus curitibanos da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2014. 215p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC, 2014. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=207018](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=207018)>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- AMBIEL, R. A. M. Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior. **Aval. psicol.**, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 41-52, abr. 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712015000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 set. 2018.
- ANDRADE, A. M. J. de; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 512- 528, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22- 02-00512.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. 2017.

ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1927 – 2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARAÚJO, J. C. F. de; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 777-806, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v22n84/a09v22n84.pdf>>. Acesso em: 25 de nov. 2017.

ASSIS, A. L. de. **Desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da UFJF**. 2013. 121p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=88273](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=88273)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742005000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 jun. 2019.

BARBOSA, C. L. D. **Preditores de evasão em diferentes ambientes acadêmicos**. 2013. 119p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14515/1/DISSERTA%20C3%87%20C3%83%20CARMEM%20L%20C3%9ACIA%20DANTAS%20BARBOSA.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Não havia outra saída: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Itatiba, SP, v. 14, n. 1, p. 95-105, jan./abr. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. 70, 2011.

BARROSO, J. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores**. Lisboa: Educa 2006.

BARROSO-TANOIRA, F. G. Motivos para la baja voluntaria definitiva de alumnos de licenciatura en instituciones de educación superior privadas. Un estudio en el Sureste de México. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, [S.l.], v. 5, n. 14, dez. 2014. Disponível em: <<https://ries.universia.net/article/view/925/1103>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BLEICHER, T.; OLIVEIRA, R. C. N. de. Políticas de assistência estudantil em saúde nos institutos e universidades federais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 543-549, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00543.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRANDTNER, M.; BARDAGI, M. Sintomatologia de depressão e ansiedade em estudantes de uma universidade privada do Rio Grande do Sul. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.**, Juiz de fora, v. 2, n. 2, p. 81-91, dez. 2009. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202009000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202009000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 mai. 2019.

**BRASIL. Constituição (1934).** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 11 abr. 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1937).** Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1937. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 10 nov. 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1946).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 18 set. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1967).** Constituição do Brasil de 1967. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.htm>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Estatuto das Universidades. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 11 abr. 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972.** Programa Bolsa de Trabalho. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 13 jan. 1972. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 24 abr. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 19 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Empresa Brasil de Comunicação.** Brasília, DF: Agência Brasil, 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-06/mec-vai-abrir-4-mil-novas-inscricoes-para-bolsa-permanencia-ate-dia-29>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1961. Rio de Janeiro, RJ: Câmara dos Deputados, 20 dez.1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional– LDB, **Palácio do Planalto.** Brasília. DF, 20 dez.1996. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm) > Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.17, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 9 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 29 ago. 2012. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html>>. Acesso em: 19 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Palácio do Planalto, 25 jun. 2014. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRITO, L. C. A importância dos estudos sobre interiorização da universidade e reestruturação territorial. **Espaço e Economia** [Online], ano 2, n. 4, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/802>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRZEZINSKI, I. Fundamentos sociológicos, funções sociais e política da escola reflexiva e emancipadora: algumas aproximações. In: ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 65-82.

CABRERA, A. F.; NORA, A.; CASTAÑEDA, M. B. The role of finances in the persistence process: a structural model. **Research in Higher Education**, Georgia, v. 33, n. 5, p. 571-593, 1992. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/40196079](http://www.jstor.org/stable/40196079)>. Acesso em: 12 maio 2017.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar:** a mudança na escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

CARNEIRO, A. da S. C. **Caminhos universitários:** a permanência de estudantes de origem popular em cursos de alto prestígio. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

CISLAGHI, R. **Um modelo de sistema de gestão do conhecimento em um framework para a promoção da permanência discente no ensino de graduação.** 2008. 258f. Tese (Doutorado Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.



COSTA, E. N. da; POZZEBON, M. Dez anos de REUNI. **Revista .TXT**. 23. ed. 2018. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revistatxt/?p=2617>>. Acesso em: 30 maio 2019.

DAVIDSON, W. B.; BECK, H. P.; MILLIGAN, M. The College Persistence Questionnaire: Development and validation of an instrument that predicts student attrition. **Journal of College Student Development**, v. 50, n. 4, p. 373-390, jul./ago. 2009. Disponível em: <[https://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Beck\\_Hall\\_2009\\_The\\_College\\_Persistence\\_Questionnaire.pdf](https://libres.uncg.edu/ir/asu/f/Beck_Hall_2009_The_College_Persistence_Questionnaire.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, out. 2007.

DOWD, A. C.; COURY T. The Effect of Loans on the Persistence and Attainment of Community College Students. **Research in Higher Education**, v. 47, n. 1, p. 33-62, 2006. Disponível em: <[www.jstor.org/stable/40185883](http://www.jstor.org/stable/40185883)>. Acesso em: 13 maio 2017.

DUTRA, N. G. dos R; SANTOS, M. de F. de S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol.públ. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v25n94/1809-4465-ensaio-25-94-0148.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

FERREIRA J. A.; ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. C. Adaptação acadêmica em estudante do 1º ano: diferenças de gênero, situação de estudante e curso. **Psico-USF**, v. 6, n. 1, p. 01-10, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v6n1/v6n1a02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

FERREIRA, W. G. T. **As principais causas da reprovação nos cursos de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2016. 155p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/as-principais-causas-da-reprovacao-nos-cursos-de-engenharia-eletrica-da-universidade-federal-de-juiz-de-fora/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

FERREIRA, C. L. et al. Universidade, contexto ansiogênico? Avaliação de traço e estado de ansiedade em estudantes do ciclo básico. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 3, p. 973-981, jun. 2009 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300033&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300033&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

FERREIRA, N. S. C. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: Conceitos e Possibilidades. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, p. 167-176, 2000.

FIOR, C. A.; MERCURI, E.; ALMEIDA, L. da S. Escala de interação com pares: construção e evidências de validade para estudantes do ensino superior. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 16, n. 1, p. 11-21, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712011000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712011000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 jun. 2019.

FRANCO, M. E. D. P.; LAUXEN, S. de L.; OLIVEN, A. C. Educação superior e contexto: questões emergentes e desafios. In: FRANCO, M. E. D. P.; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Org.). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 6v., p. 81-98, (Série RIES/Pronex).

FONAPRACE (Org). **Revista Comemorativa 25 Anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Coordenação ANDIFES. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012.

FONAPRACE/ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** – 2018. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2019.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTE, Eliane (Org.). **Limites e Possibilidades da Assistência Estudantil no Espaço Universitário: análise de sua operacionalização**. Recife: Publicação da UFPE, nov. 2003.

GARCIA da C. E; NEBEL, L. O quanto vale a pena a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes da pós-graduação no Brasil. **Polis**, Santiago, v. 17, n. 50, p. 207-227, ago. 2018. Disponível em: <[https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-65682018000200207&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682018000200207&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 21 jun. 2019.

GARRIDO, E. N. Assistência estudantil: sua importância, atores envolvidos e panorama atual. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, 2012, Cachoeira, BA. **Anais...** Cachoeira, BA: Instituto Kirimurê, 2012. Disponível em: <[http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO\\_E.pdf](http://www.institutokirimure.pro.br/wp-content/uploads/2012/11/GARRIDO_E.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOHN, M da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/15.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

HOFFMANN, I. L. **Metodologia para identificação de fatores estratégicos para acompanhamento sistemático da evasão em cursos de graduação**. 2016. 111p. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2016.

HOURI, M. de S. **Evasão e permanência na educação superior – uma perspectiva discursiva**. 2016. 358 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu\\_sao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=3643017](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu_sao.jsf?popup=true&id_trabalho=3643017)>. Acesso em 20 nov.2017.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ISAZA, L. G.; LUBERT, C. D.; LONDOÑO, D. M. M. Aproximación causal al estudio de la deserción en la Universidad de Caldas. Periodo 2012-2014. **Revista Colombiana de Educación**, Bogotá, Colombia, n. 70, primer semestre de 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rcde/n70/n70a15.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

KOWALSKI, A. V. **Caminhos e (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LAMERS, J. M. de S.; SANTOS, B. S. dos; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 33, e154730, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v33/1982-6621-edur-33-e154730.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Mogi das Cruzes, SP: Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia, 2011. Disponível em: <[http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Final\\_Apostila\\_Palestra\\_ABMES\\_Evas%C3%A3o\\_Modulo\\_de\\_Compatibilidade.pdf](http://www.abmes.org.br/abmes/public/arquivos/documentos/Final_Apostila_Palestra_ABMES_Evas%C3%A3o_Modulo_de_Compatibilidade.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

LUNARDI, E. M. **Qualidade da gestão pedagógica no curso de pedagogia**. 2012. 362p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. de S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estud. psicol.**, Natal, v. 21, n. 4, p. 477-488, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n4/1413-294X-epsic-21-04-0477.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. São Paulo, SP: Bookman, 2006.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MELO, A. L. A. O Processo de adoção de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM): Autonomia e Diversidade. In: COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMERICA LATINA, 9., 2009, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: UFSC, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35839/O%20processo%20de%20ado%C3%A7%C3%A3o%20de%20a%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas%20na%20universidade%20federal%20de%20santa%20maria%2028UFSM%29%20Autonomia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório da Comissão Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 maio 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada - SisU. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.sisu.furg.br/images/portaria21mec.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 maio 2013. Disponível em: <[http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389\\_2013.pdf](http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Ofício-Circular nº 2/2016/DIPES/SESU/SESU-MEC de 11 de maio de 2016**. Suspensão de novas inscrições para o Programa de Bolsa Permanência. Brasília, DF: Ministério da Educação, 11 maio 2016. Disponível em: <[http://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/299/1/1139b0\\_dc62c7a801b44a41b5ae491f24d\\_f4d5a.pdf](http://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/299/1/1139b0_dc62c7a801b44a41b5ae491f24d_f4d5a.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Gestão da Bolsa Permanência**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://sisbp.mec.gov.br/faq>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Seleção Unificada**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas>>. Acesso em: 20 maio 2018.

MORAES, J. O. de; THEÓPHILO, C. R. Evasão no ensino superior: estudo dos fatores causadores da evasão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros & UNIMONTES. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <[https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos32006/an\\_resumo.asp?cod\\_trabalho=370](https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos32006/an_resumo.asp?cod_trabalho=370)>. Acesso em: 15 maio 2017.

MOROSINI, M. C. Qualidade da Educação Superior e Contextos Emergentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n2/a07v19n2.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MOROSINI, M. C. et al. **A Evasão na Educação Superior no Brasil**: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. Porto Alegre, RS: Faculdade de Educação (FACED), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2011. p. 1-10.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17>>. Acesso em: 20 maio 2017.

NOVAES, D. R. **Os cotistas da engenharia da UFRJ**: novos perfis ou mais do mesmo? 2014. 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu\\_sao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1349844](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu_sao.jsf?popup=true&id_trabalho=1349844)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

OLIVEIRA, A. M. de. **Os alunos pobres nos cursos mais seletivos da Universidade Federal do Acre, Campus Floresta**. 2015. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2784329](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2784329)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. E. de. **O desafio da permanência no ensino superior: análise da política de assistência estudantil da UFJF**. 2013. 82p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1008528](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1008528)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, J. F. de et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F. de MOROSINI, M. (Org.). **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília: Inep, 2008. p. 71-88.

OSORIO, A. M.; BOLANCÉ, C.; CASTILLO CAICEDO, M. Deserção e graduação de estudantes: uma aplicação de modelos de sobrevivência. **Jornal Iberoamericano de Educação Superior**, [s.l.], v. 3, n. 6, jan. 2012. Disponível em: <<https://ries.universia.net/article/view/72>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PADOVANI, R da C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Rev. Brasileira de Terapia Cognitiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 02-10, jun. 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-56872014000100002&lng=en&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

PAULA, M. de F. C. de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 301-315, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n2/1982-5765-aval-22-02-00301.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

PEREIRA, A. S. et al. Fatores relevantes no processo de permanência prolongada de discentes nos cursos de graduação presencial: um estudo na Universidade Federal do Espírito Santo. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 89, p. 1015-1039, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n89/1809-4465-ensaio-23-89-1015.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PETRÓ, C. M. **O Movimento Estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): da reconstrução da UNE às "Diretas Já"**. 201. 97p. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

PINTO, C. C. **Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2015. 118 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2945808](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2945808)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

- POLYDORO, S. A. J. **O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à universidade**. 2000. 175f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.
- REZENDE, C. H. A. et al. Prevalência de sintomas depressivos entre estudantes de medicina da Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 3, p. 315-323, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbem/v32n3/v32n3a06>>. Acesso em: 20 maio 2018.
- RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n3/10.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- SACRAMENTO, D. L. de A. **Gestão de assistência estudantil: a convivência nos alojamentos da UFV**. 2015. 131p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2015. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=2925642](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2925642)>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- SANTOS, B. S. dos; DAVOGLIO, T. R.. Permanência dos estudantes na universidade privada: um estudo exploratório. In: FRANCO, M. E. D. P.; ZITKOSKI, J. J.; FRANCO, S. R. K. (Org.). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 6v., p. 313-328, (Série RIES/Pronex).
- SANTOS, C. T. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 770-790, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/12.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.
- SANTOS, M. A. **Evasão um problema comum, origens diversas: um estudo sobre a evasão entre os diferentes grupos de alunos da UFJP**. 2016. 99 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5607>>. Acesso em: 22 nov. 2017.
- SANTOS, P. K.; GIRAFFA, L. M. M. Evasão na Educação Superior: um estudo sobre o Censo da Educação Superior no Brasil. In: CLABES, 3., 2013, Cidade do México. **Anais...** Cidade do México: Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), 2013. Disponível em: <<http://revistas.utp.ac.pa/index.php/clabes/article/view/901>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

SCHLEICH, A. L. R.; POLYDORO, S. A. J. Satisfação Acadêmica de Universitários: Estudo Piloto [ICD]. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DA PSICOLOGIA, 1., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: ULAPSI-União Latino-Americana de Entidades de Psicologia, 2005.

SCHLEICH, A. L. R.; POLYDORO, S. A. J.; SANTOS, A. A. A. dos. Escala de satisfação com a experiência acadêmica de estudantes do ensino superior. **Aval. psicol.**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 11-20, jun. 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v5n1/v5n1a03.pdf>>. Acesso em 1 nov. 2017.

SGUISSARDI, V. Universidade Pública Estatal: Entre o público e o privado/mercantil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 90, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SOARES, A. B. et al. O impacto das expectativas na adaptação acadêmica dos estudantes no Ensino Superior. **Psico-USF**, Itatiba, v. 19, n. 1, p. 49-60, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v19n1/a06v19n1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOUZA, P. de S. D. de. **A reprovação e seus fatores no primeiro ano dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora**. 2016. 172 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu\\_sao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4371926](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu_sao.jsf?popup=true&id_trabalho=4371926)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOUZA, J. A. da S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional**. 2014. 152p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2014. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu\\_sao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=1740032](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclu_sao.jsf?popup=true&id_trabalho=1740032)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOUZA, T. F. de; JOSE, H. P. M.; BARBOSA, A. R. Conduas negativas à saúde em estudantes universitários brasileiros. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 12, p. 3563-3575, dez. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013001200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SILVA, M. L. da. **A política de assistência estudantil no contexto de expansão do ensino superior: as particularidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SILVA, J. B. da. **A Política de Assistência Estudantil: estudo sobre condicionalidades**. 2016. 148f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2016.

SILVA, J. O. da. Ações inclusivas no ensino superior brasileiro. **Rev. bras. Estud. Pedagog.** [online], Brasília, v. 95, n. 240, p. 414-430, maio/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n240/09.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132>>. Acesso em: 23 maio 2017.

SILVA, M das G. M. da; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772013000300011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000300011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOARES, A. B. et al. O impacto das expectativas na adaptação acadêmica dos estudantes no Ensino Superior. **Psico-USF**, Itatiba, v. 19, n. 1, p. 49-60, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v19n1/a06v19n1.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

SOARES, A. P. C.; VASCONCELOS, R. M.; ALMEIDA, L. S. Adaptação e Satisfação na Universidade: Apresentação e validação do Questionário de Satisfação Acadêmica. In: POUZADA, A. S.; ALMEIDA, L. S.; VASCONCELOS, R. M. (Ed.). **Contextos e dinâmica da vida acadêmica**. Guimarães: Universidade do Minho, 2002. p. 153-165.

TANIKADO, G. V. F. **Ações afirmativas na UFRGS**: um percurso cartográfico. 2015. 125p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/141530/000993027.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 31 maio 2019.

TAUFICK, A. L. de O. L. **Avaliação da política de assistência estudantil dos Institutos Federais para o PROEJA**. 2013. 139 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2013. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConcl\\_usao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=88289](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConcl_usao.jsf?popup=true&id_trabalho=88289)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

TAVARES, J. Relações interpessoais em uma escola reflexiva. In: ALARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. p. 31-64.

TEIXEIRA, M. A. P. et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 185-202, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572008000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

TINTO, V. Definir La Desercion: Una Cuestion De Perspectiva. **Revista do Ensino Superior**, Cidade do México, v. 18, n. 71, p. 1-9, jul./set. 1989. Disponível em: <<http://publicaciones.anuies.mx/revista/71>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

TIBOLA, J. A. **Antecedentes da lealdade e da permanência de alunos em uma instituição de Ensino Superior**. 2010. 169p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp125157.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2019.



TONTINI, G.; WALTER, S. A. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 1, p. 89-110, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v19n1/05.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

TRINDADE, F. de S. **O papel da Pró-reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva no processo de inclusão da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2016. 117p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2016. Disponível em: <[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4656135](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4656135)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 01, de 09 de junho de 1965**. Cria Fundos Especiais para concessão de Bolsas de Estudo. Santa Maria, RS: UFSM, 1965.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 02, de 09 de junho de 1966**. Regulamenta a Bolsa Alimentação. Santa Maria, RS: UFSM, 1966.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 055, de 13 de julho de 1979**. Cria a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Santa Maria, RS: UFSM, 1979.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 026, de 15 de dezembro de 1995**. Institui o Benefício de Assistência ao Estudante. Santa Maria, RS: UFSM, 1995.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 011, de 06 de agosto de 1999**. Institui o Programa Gratuito de Moradia Estudantil PRAE – UFSM. Santa Maria, RS: UFSM, 1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 012, de 07 de julho de 2000**. Regulamenta a concessão de Benefícios a alunos carentes. Santa Maria, RS: UFSM, 2000.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 04, de 10 de fevereiro de 2003**. Altera dispositivos da Res. n. 012/00 que regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios a alunos carentes, revogando-a. Santa Maria, RS: UFSM, 2003.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 003, de 10 de fevereiro de 2003**. Altera dispositivos da Res. nº 011/99 que institui o programa de moradia estudantil no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, revogando-a. Santa Maria, RS: UFSM, 2003.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 007, de 10 de fevereiro de 2003**. Retifica a Res. nº. 004/03 que altera dispositivos da Res. n. 012/99 que regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios a alunos carentes, revogando-os. Santa Maria, RS: UFSM, 2003.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº. 005, de 21 de março, 2006**. Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação. Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução n. 004, de 21 de março, 2006.** Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação. Santa Maria, RS: UFSM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 011, de 03 de agosto, 2007.** Programa de Ações Afirmativas de Inclusão Racial e Social. Santa Maria, RS: UFSM, 2007.

\_\_\_\_\_. **Formulário de Apresentação de Propostas.** Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Santa Maria, RS: UFSM, 2007.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 006, de 19 de maio de 2008.** Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 004/06. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 007, de 19 de maio de 2008.** Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal De Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 005/06. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 004, de 19 de maio de 2008.** Institui o Programa de Moradia estudantil para alunos do ensino médio, técnico e graduação no âmbito da Universidade Federal De Santa Maria e revoga a Res. 003/03. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 05, de 19 de maio de 2008.** Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de Benefícios Socioeconômicos e revoga a Res nº 007/03. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 046, de 15 de dezembro de 2011.** Cria o Núcleo de Atenção ao Estudante. Santa Maria, RS: UFSM, 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 035, de 03 de dezembro de 2012.** Institui o Auxílio Aquisição de Materiais Pedagógicos a alunos de cursos de graduação com BSE da UFSM. Santa Maria, RS: UFSM, 2013.

\_\_\_\_\_. **A economia vai se adaptar.** Santa Maria, RS: UFSM, 2014. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/midia/?p=16559>>. Acesso em: 17 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 025, de 30 de outubro de 2014.** Institui o Programa de Moradia Estudantil, no âmbito da Universidade Federal De Santa Maria, para estudantes do ensino médio, técnico, tecnológico e de graduação, e revoga a Res. 004/08. Santa Maria, RS: UFSM, 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 035, de 30 de dezembro de 2015.** Regulamenta o Programa de Benefício Socioeconômico no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a Resolução n. 005/08. Santa Maria, RS: UFSM, 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto pedagógico de curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional.** Santa Maria, RS: Centro de Educação, 2015. Disponível em: <[https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/pppg/wp-content/uploads/sites/542/2019/04/PPC\\_MESTRADO-PROFISSIONAL\\_2015.pdf](https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/pppg/wp-content/uploads/sites/542/2019/04/PPC_MESTRADO-PROFISSIONAL_2015.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 19, de maio de 2016.** Aprova a criação da Coordenadoria de Ações Educacionais. Santa Maria, RS: UFSM, 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 002, de fevereiro de 2018.** Regula a forma de ingresso aos cursos de Graduação e Ações Afirmativas Correlatas da UFSM e revoga a Resolução 007/2011. Santa Maria, RS: UFSM, 2018.

\_\_\_\_\_. **Com 34% de bloqueio, UFSM vai operar no vermelho.** Santa Maria, DF: UFSM, 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2019/05/28/cortes-no-orcamento/>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **UFSM é a 21ª melhor universidade do país, segundo Ranking Universitário Folha.** Santa Maria, RS: UFSM, 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/2018/10/05/ufsm-e-a-21a-melhor-universidade-do-pais-segundo-ranking-universitario-folha/>>. Acesso em: 17 maio 2019.

\_\_\_\_\_. **UFSM é uma das universidades mais inclusivas e diversas do mundo.** Santa Maria, RS: UFSM, 2019. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2019/04/17/ufsm-e-uma-das-universidades-mais-inclusivas-e-diversas-do-mundo/>>. Acesso em: 01 maio 2019.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. **Conferência Mundial sobre Educação Superior**, Paris, 9 out. 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 19 maio 2018.

VERA-NORIEGA, J. Á. et al. Factores asociados al rezago en estudiantes de una institución de educación superior en México **Revista Ibero Americana de Educación Superior**, v. 3, n. 7 2012. Disponível em: <<https://ries.universia.net/article/viewFile/81/139>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

VERGER, J. **As universidades na Idade Média.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

ZABALZA, M. A. **O ensino universitário: seus cenários e seus protagonistas.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, ago. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 ago. 2018.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WEGNER, C.; FONSECA, C. UFSM e Unisinos aparecem em ranking mundial de universidades de impacto social. **GaúchaZH.** Porto Alegre, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/04/ufsm-e-unisinos-aparecem-em-ranking-mundial-de-universidades-de-impacto-social-cjuriejew04al01rt1f1g10go.html>>. Acesso em: 22 abr. 2019.



## APENDICE A – INSTRUMENTO PARA PRODUÇÃO DE DADOS

Prezado estudante!

O instrumento a seguir é dividido em duas (2) partes.

A primeira contém 35 itens, para os quais você deve marcar conforme as respostas disponíveis. Essas questões foram adaptadas do *The College Persistence Questionnaire* desenvolvido por Davidson, Beck e Milligan (2009) e visam identificar dimensões que influenciam na permanência do estudante no ensino superior.

A segunda parte é composta de perguntas relativas às ações de assistência estudantil da UFSM, além de dados sobre seu perfil sociodemográfico.

### Parte 1 – Questionário de Permanência Acadêmica

		Muitíssimo	Muito	Neutro	Pouco	Nada
1	Em média, quanto interesse você tem nas coisas que estão sendo ditas durante as aulas?					
2	Em geral, quanto você está satisfeito com a qualidade do ensino que está recebendo na UFSM?					
3	Você entende a explicação de seus professores ou quando eles pedem que você responda perguntas em sala?					
4	Quanto você considera que está satisfeito com seu crescimento intelectual e com seu interesse no curso desde que ingressou na UFSM?					
5	Quanta ligação você vê entre o que está aprendendo na UFSM e as possibilidades de carreira futura?					
6	Quanto você considera que o seu curso está preocupado com seu crescimento intelectual?					
7	O quanto você está satisfeito com a qualidade da instrução que você está recebendo na UFSM?					
8	Quanto você considera que seus professores impõem dificuldades desnecessárias e apreciam o stress dos alunos.					
9	Quanto que a sua impressão geral sobre os outros estudantes da UFSM é favorável?					
10	Quanto você acredita que suas interações com outros estudantes tiveram impacto em seu crescimento pessoal, atitudes e valores?					
11	Quanto você se sente próximo (intimo) às outras pessoas (docentes, estudantes, técnicos administrativos) nesta universidade?					
12	Quando você pensa sobre sua vida social na UFSM (amigos, organizações universitárias, atividades extracurriculares, etc.), quanto você está satisfeito?					
13	Quanto você considera que as suas interações com outros estudantes tiveram um impacto sobre o seu crescimento intelectual e interesse?					
14	Quanto você acha que tem em comum com outros estudantes da UFSM?					

15	Quantos dos seus amigos são daqui da UFSM em relação aos que não são dessa universidade, como cidade natal, trabalho, etc.?					
16	Em termos de incentivo e expectativas, quanto você considera que a sua família o apoia para concluir a graduação?					
17	Neste momento, o quanto você está comprometido em obter o diploma, na UFSM ou em outro lugar?					
18	Quando você pensa nas pessoas mais importantes para você (p. ex, amigos e família), quão desapontados você acha que eles ficariam se você abandonasse a UFSM?					
19	Há tantas coisas que podem interferir no progresso em direção à colação de grau; sentimentos de incerteza podem ocorrer ao longo do caminho. Neste momento, o quanto seguro você se considera para conseguir graduar-se?					
20	Depois de começar a universidade, alguns estudantes descobrem que um diploma universitário não é tão importante como eles achavam. Qual é a sua intenção em concluir a graduação, na UFSM ou em outra universidade?					
21	Quando se consideram os benefícios de ter um diploma universitário e os custos e esforço em obtê-lo, o quanto você diria que os benefícios superam os custos e esforço?					
22	Quanto você considera fácil obter informações sobre sua formação na UFSM?					
23	Quanto você se considera satisfeito com a orientação acadêmica que recebe na UFSM?					
24	Quanto você considera que a UFSM divulga informações importantes, tais como regras acadêmicas, requisitos para graduação, notícias do campus, eventos, atividades extracurriculares, ajuda financeira e bolsas de estudo?					
25	Quanto de participação você considera que pode ter nos processos de tomada de decisão da UFSM (questões como ofertas de cursos, regras, regulamentos e procedimentos)?					
26	Quanto você considera que recebe de apoio acadêmico na UFSM?					
27	Se você tem necessidades que são diferentes da maioria dos estudantes da UFSM, quanto você considera que a universidade supre essas necessidades?					
28	Os universitários têm muitas responsabilidades acadêmicas. Com que frequência você esquece aquelas que considera importante?					
29	Com que frequência você entrega trabalhos com atraso?					
30	Com que frequência você falta aula que não seja por motivos de doença ou participação em outras atividades acadêmicas?					
31	Com que frequência você chega atrasado para as aulas, reuniões e outros eventos da universidade?					

32	O quão confiante você está que esta é a universidade certa para você?					
33	Com que frequência você pensa em largar a UFSM? (transferência para outra universidade, ir trabalhar ou sair por outras razões)?					
34	Qual é a probabilidade de você continuar na UFSM no próximo semestre?					
35	Qual é a probabilidade de você diplomar-se na UFSM ?					

Adaptado de Davidson, Beck e Milligan, 2009.

## Parte 2

Qual foi o principal motivo que o levou a escolher a UFSM para fazer seu curso universitário?

---



---



---

Você já trocou de curso de graduação na Universidade? ( ) não

( ) sim.

Por quê? \_\_\_\_\_

Qual a sua principal fonte de sustento? (Marque apenas uma opção) ( ) A família.

( ) Trabalho informal ou temporário/estágio. ( ) A bolsa.

( ) Trabalho autônomo

( ) Emprego com carteira assinada

( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

		Muitíssimo	Muito	Neutro	Pouco	Nada	Não Se Aplica
1	Com que frequência você se preocupa em ter dinheiro suficiente para atender as suas necessidades?						
2	Quão difícil é para você ou sua família lidar com os custos de sua formação universitária?						
3	Ao considerar os custos financeiros de estar na UFSM, quantas vezes você se sente incapaz de fazer coisas que outros estudantes, daqui, podem se dar ao luxo de fazer?						
4	Quanta dificuldade financeira você enfrenta para comprar os recursos essenciais que você precisa para seu curso, como livros, fotocópias e material?						

Quais ações da assistência estudantil da UFSM você utiliza? (Múltiplas escolhas) ( ) Casa do Estudante Universitário (CEU)

( ) Restaurante Universitário ( ) Bolsa HUSM

( ) Bolsa PRAE

( ) Bolsa Transporte

( ) Auxílio Material Pedagógico

( ) Atendimento Odontológico no SATIE ( ) Atendimento Psicossocial no SATIE

( ) Oficinas

Qual a sua opinião sobre a assistência estudantil da UFSM?

---

---

O que você considera de importante para sua permanência na UFSM?

---

---

Você considera que as ações de assistência estudantil da UFSM afetam a sua permanência na UFSM?

( ) Sim. Por quê? \_\_\_\_\_

( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

Você conhece o Setor de Atenção Integral ao Estudante SATIE/PRAE da UFSM:

( ) Sim ( ) Não

Você já utilizou algum dos serviços do SATIE?

( ) Sim. Qual(is)? \_\_\_\_\_ ( ) Não

Você vê empecilho para procurar o SATIE/PRAE?

( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_

( ) Não

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_

Cidade de origem: \_\_\_\_\_

Curso de graduação: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso na UFSM: \_\_\_\_\_



**ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Pesquisadora responsável: Elisiane Machado Lunardi

Instituição/Departamento: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria/ Departamento De Administração Escolar

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-8450. Avenida Roraima, 1000, Centro de Educação, Prédio 16, Sala 3155, 97105-900 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Universidade Federal de Santa Maria

Eu, ELISIANE MACHADO LUNARDI, responsável pela pesquisa: **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR** e LUCIANE LEORATTO POZOBON (autora), convidamos você para participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende reconhecer as estratégias que determinam a permanência do estudante na educação superior a partir da política de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS. Acreditamos que a referida pesquisa é importante porque partir dela os profissionais envolvidos nas ações de assistência estudantil da UFSM terão a oportunidade de planejar e sistematizar o seu trabalho, qualificando assim a sua atuação.

A metodologia de pesquisa é quanti-qualitativa do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a construção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental e questionários on-line. Como sujeitos de pesquisa farão parte estudantes da UFSM que possuem o Benefício Socioeconômico. O tratamento dos dados será realizado através da técnica de análise de conteúdo. Como produto final, pretende-se elaborar um instrumento de avaliação do risco de evasão de estudantes com BSE e um serviço de acompanhamento da permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua participação será através do preenchimento do questionário on-line.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos: indisposição, cansaço ou constrangimento. Se caso você sentir algum desconforto terá liberdade para interromper a entrevista ou o questionário e retomá-lo em outro momento ou até mesmo em outro dia conforme sua disponibilidade. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Os benefícios que esperamos a partir deste estudo é que os profissionais envolvidos nas ações de assistência estudantil da UFSM possam planejar e sistematizar o seu trabalho. Assim poderão qualificar a sua atuação e impactar nos índices de evasão da instituição e na qualidade da permanência e formação do estudante.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada pelo SATIE.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa são confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

### **Autorização**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expressei minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Santa Maria, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, 201\_.

**ANEXO B – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

**Título do projeto:** ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Pesquisador responsável:** Luciane Leoratto Pozobon

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)

**Telefone para contato:** (55) 9811 7756

**Local da coleta de dados:** Universidade Federal de Santa Maria

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados através de um instrumento online. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em um servidor (Plataforma Digital SurveyMonkey) onde apenas os pesquisadores tem acesso através de login e senha, por um período de 5 anos sob a responsabilidade do (a) Sr. (a) Luciane Leoratto Pozobon. Após este período, os dados serão destruídos. Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 30/11/2018, com o número do CAAE 01478318.0.0000. 5346

Santa Maria, 01 de dezembro de 2018.

---

Luciane Leoratto Pozobon  
Matrícula 201770055

---

Elisiane Machado Lunardi  
Profa. Orientadora

**ANEXO C – AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL****AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, Clayton Hillig, abaixo assinado, responsável pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria, autorizo a realização do estudo **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA/RS: ESTRATÉGIAS PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR** registrado no Gabinete de Projetos do Centro de Educação sob o N° 050215 a ser conduzido pelas pesquisadoras: Luciane Leoratto Pozobon, servidora técnico administrativo – psicóloga lotada na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria e Elisiane Machado Lunardi, professora adjunta da UFSM, lotada no Departamento de Administração Escolar do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM.

Santa Maria, 24 de setembro de 2018.

Clayton Hillig  
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis UFSM